



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES
MESTRADO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UZENILDA FLORENTINO

**DA “PEDAGOGIA DO INSULTO PARA A PEDAGOGIA DO RESPEITO”:
SABERES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NA REFLEXÃO SOBRE O *BULLYING*
HOMOFÓBICO**

**CAMPINA GRANDE-PB
2023**

UZENILDA FLORENTINO

**DA “PEDAGOGIA DO INSULTO PARA A PEDAGOGIA DO RESPEITO”:
SABERES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NA REFLEXÃO SOBRE O *BULLYING*
HOMOFÓBICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Formação de Professores.

Linha de Pesquisa:
Ciências, Tecnologias e Formação Docente

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Robéria Nádia Araújo Nascimento

**CAMPINA GRANDE-PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F633d Florentino, Uzenilda.

Da "pedagogia do insulto para a pedagogia do respeito" [manuscrito] : saberes para a formação docente na reflexão sobre o bullying homofóbico / Uzenilda Florentino. - 2023.

127 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Robéria Nádia Araújo Nascimento, Departamento de Letras e Artes - CEDUC. "

1. Bullying homofóbico. 2. Direitos humanos. 3. Ambiente escolar. 4. Formação docente. I. Título

21. ed. CDD 370

UZENILDA FLORENTINO

**DA “PEDAGOGIA DO INSULTO PARA A PEDAGOGIA DO RESPEITO”:
SABERES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NA REFLEXÃO SOBRE O *BULLYING*
HOMOFÓBICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Formação de Professores.

Linha de Pesquisa:
Ciências, Tecnologias e Formação Docente.

Aprovada em 23 de outubro 2023

BANCA EXAMINADORA

Robéria Nádia Araújo Nascimento

Prof^a. Dr^a. Robéria Nádia Araújo Nascimento
(Presidente/orientadora/PPGFP/UEPB)

Documento assinado digitalmente



PATRICIA CRISTINA DE ARAGAO

Data: 24/11/2023 20:36:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão
(Membro interno/PPGFP/UEPB)

Documento assinado digitalmente



REGINA COELLI GOMES NASCIMENTO

Data: 26/11/2023 05:39:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Regina Coeli Gomes Nascimento
(Membro externo/PPGH/UFPG)

Este trabalho é dedicado a todas as forças espirituais que me conduzem e me alimentam: Deus, a minha luz maior; minha família, meu alicerce; meus amigos com os quais nutro minha alegria; minha comunidade católica, que ajudou a formar meu caráter e minha história de vida e; a todos os meus professores, desde aqueles que me alfabetizaram, me ensinaram as primeiras letras e ajudaram a formar minhas ideias e pensamentos, até os de hoje, especialmente minha orientadora, por sua dedicação e compromisso com a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Figura 1 Autora.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Sonhar é verbo, é seguir, é pensar, é inspirar,
é fazer força, insistir, é lutar, é transpirar.
São mil verbos que vêm antes do verbo realizar.

Sonhar é ser sempre meio, é ser meio indeciso,
meio chato, meio bobo, é ser meio improvisado,
meio certo, meio errado, é ter só meio juízo.

Sonhar é ser meio doido, é ser meio trapaceiro,
trapaceando o real pra ser meio verdadeiro.
Na vida, bom é ser meio, não tem graça ser inteiro.

O inteiro é o completo, não carece acrescentar,
é sem graça, é insosso, é não ter por que lutar.
Quem é meio é quase inteiro e o quase nos faz sonhar.

Bráulio Bessa

São muitos os pontos de apoio para a realização do sonho que foi esta etapa da minha formação acadêmica, tenho com todos os colaboradores um elo de gratidão que ficará registrado para sempre em minha vida. O Mestrado sempre esteve presente em meus objetivos, contudo, precisei adiar por muitas vezes em razão de outras prioridades, a exemplo

de trabalho e vida pessoal. Os passos para realização desta meta começaram a ser traçados no período da pandemia, quando em casa, com tempo na agenda, foi possível a dedicação em estudos antes adiados.

Agradeço primeiro a Deus, por me acompanhar nessa jornada de vida e de produção intelectual, foi Dele que sempre veio a força nos momentos de baixas e desânimos, quando a saúde se mostrou frágil, precisando de cuidados, Deus estava lá, comigo, me fazendo crer que tudo daria certo, e deu.

Expresso minha gratidão ao meu amigo Prof. Dr. Genes Duarte Ribeiro, foi ele quem me ajudou nos primeiros passos da minha pesquisa e traçou comigo as ideias que indicaram a construção deste estudo.

Agradeço à minha família pela compreensão das minhas ausências e pelo apoio nos momentos de maiores dificuldades, sobretudo quando a minha saúde precisou de mais atenção. Neste percurso precisei fazer uma intervenção cirúrgica e meus familiares me cercaram dos cuidados fundamentais para minha recuperação.

Aos meus amigos e colegas de trabalho da Escola Maria Lourdes de Souza Amorim, que sempre torceram pelo meu sucesso nos estudos, com destaque para o Diretor da Escola, Professor José Roberto Monteiro Alves, que sempre me apoiou em todas as necessidades referidas aos meus estudos.

Gratidão à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Robéria Nádia Araújo Nascimento, pela empatia, compreensão e apoio em todas as etapas da minha produção. Agradeço também aos professores colaboradores desta banca de exame, a Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Cristina de Aragão, Prof^ª. Dr^ª. Regina Coeli Gomes Nascimento e o Prof. Dr. Juscelino Francisco do Nascimento, pela atenção e interesse dispensados ao meu trabalho. Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação da UEPB, pelo empenho em manter a formação de professores no exercício da profissão.

**“Seja qual for a liberdade pela qual lutamos,
deve ser uma liberdade baseada na igualdade”**

Judith Butler

RESUMO

Este estudo se originou no cotidiano da nossa profissão docente e tem o propósito de oferecer possibilidades de discussão teórico-pedagógica que fomentem ideias e ações de combate ao *bullying* homofóbico. A questão problema foi assim formulada: Que tipo de formação docente e quais estratégias metodológicas são necessárias para incentivar práticas de enfrentamento dessa temática no ambiente escolar? Desse modo, o objetivo geral foi problematizar o *bullying* homofóbico que seja possível articular instrumentos teórico-pedagógicos de combate. Para tanto, a formação de professores é pensada, através da articulação de um instrumento pedagógico, no formato de cartilha informativa, que possa contribuir em favor da compreensão de gênero na escola e das consequências da homofobia. Neste sentido, a pesquisa contempla os professores da Escola Municipal Maria de Lourdes Amorim, localizada na cidade de Guarabira-PB. Assim, o objeto de estudo circunscrito é a formação docente para uma pedagogia do respeito. Na esfera dos direitos humanos e educacionais, a temática do *bullying* na sua expressão homofóbica impacta a educação de pessoas declaradas homossexuais, lésbicas e/ou que se identificam com outras sexualidades consideradas fora do padrão heterossexual e que, por essa razão, possivelmente são agredidas, reprimidas ou ignoradas nas práticas pedagógicas. Do ponto de vista teórico, a pesquisa se fundamenta nos trabalhos de Junqueira (2007; 2009; 2012), com foco nas perspectivas críticas sobre a educação para discussão e enfrentamento da homofobia; Oliveira (2018), que aborda a relevância das discussões de gênero na escola; Dinis (2015), que enfoca a prática docente como reforço do *bullying* homofóbico; Figueiró Oliveira (2001), que reflete sobre as possibilidades e os limites da formação docente; Freire (1996; 1997), no que tange à prática docente como ato político de transformação social; Nascimento (2019), que chama atenção para as condições da transexualidade; Neto e Agnolleti (2014), que tratam dos Direitos Humanos como suportes de formação para a diversidade sexual; Carvalho (2014), Lira e Jofili (2010), cujos apontamentos se orientam para a valorização dos Direitos humanos e a formação docente, além de Figueiró (2001), Braga (2010), dentre outros. Como produto final desta Dissertação será elaborado e aplicado um tutorial de orientações para os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: *Bullying* Homofóbico; Direitos Humanos; Ambiente Escolar; Formação Docente.

ABSTRACT

This study originated from the daily life of our teaching profession and aims to offer possibilities for theoretical-pedagogical discussions that foster ideas and actions to combat homophobic bullying. The problem question was formulated as follows: What kind of teacher training and what methodological strategies are necessary to encourage practices to address this issue in the school environment? Thus, the general objective is to problematize homophobic bullying to be able to articulate theoretical-pedagogical instruments to combat it. For this purpose, teacher training is thought through the articulation of a pedagogical instrument, in the form of an informative booklet, that can contribute to the understanding of gender in school and the consequences of homophobia. In this sense, the research encompasses the teachers of the Municipal School Maria de Lourdes Amorim, located in the city of Guarabira-PB. Thus, the circumscribed object of study is teacher training for a pedagogy of respect. In the sphere of human and educational rights, the theme of bullying, in its homophobic expression, impacts the education of people who declare themselves homosexual, lesbian, and/or identify with other sexualities, considered outside the heterosexual norm, and who, for that reason, may be attacked, repressed or ignored in pedagogical practices. From a theoretical point of view, the research is based on the works of Junqueira (2007; 2009; 2012), focusing on critical perspectives on education for discussion and confrontation of homophobia; Oliveira (2018), who addresses the relevance of gender discussions in school; Dinis (2015), who focuses on teaching practice as a reinforcement of homophobic bullying; Figueiró Oliveira (2001), who reflects on the possibilities and limits of teacher training; Freire (1996; 1997), regarding teaching practice as a political act of social transformation; Nascimento (2019), who draws attention to the conditions of transsexuality; Neto and Agnolleti (2014), who deal with human rights as supports for training for sexual diversity; Carvalho (2014); Lira & Jofili (2010), whose contributions are oriented towards valuing human rights and teacher training, as well as Figueiró (2001), Braga (2010), among others. As a final product, a tutorial of guidelines for teachers of the early years of elementary school will be developed and applied.

Keywords: Homophobic Bullying; Human Rights; School Environment; Teacher Training.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância
ESH	Escola sem homofobia
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Assexuais.
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Assexuais, Polissexuais.
GGB	Grupo Gay da Bahia
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PCN	Parâmetros Curriculares Nacional
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
CF	Constituição Federal

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Autora	5
Figura 2	Consagração à vida religiosa	14
Figura 3	Sala de aula	15
Figura 4	Não ao bullying	17
Figura 5	Frente da escola campo	23
Figura 6	Interior da escola campo	24
Figura 7	Sala de aula escola campo	24
Figura 8	Corpo Docente Escola Maria Lourdes	25
Gráfico 1	Sobre a idade dos professores	26
Gráfico 2	Nível de escolaridade dos professores	26
Gráfico 3	Tempo de atuação no Ensino Fundamental	27
Figura 9	Registro do seminário com os docentes	31
Figura 10	Registro do seminário com os docentes	32
Figura 11	Registro do seminário com os docentes	35
Figura 12	<i>O Bullying</i>	3
Figura 13	Armário com poeira	56
Figura 14	Parada do Orgulho Gay	61
Gráfico 4	Compreensão sobre Homofobia	71
Gráfico 5	Formação sobre Homofobia	72
Gráfico 6	Ambiente escolar e Homofobia	73
Gráfico 7	Testemunho de casos de homofobia o ambiente escolar	74
Gráfico 8	Discussão da Homofobia na escola	75
Gráfico 9	Papel da escola sobre diversidade	76
Gráfico 10	Currículo, Gênero e diversidade	77
Gráfico 11	Recursos importantes contra a homofobia na escola	78
Gráfico 12	Família e bullying homofóbico na escola	80
Gráfico 13	Desafios para o enfrentamento da homofobia na sala de aula	81
Figura 15	Dia do Folclore.....	83
Figura 16	Dia do professor na escola	83

Figura 17	Ações de prevenção ao suicídio – setembro 2021	84
Figura 18	Colaçon de Grau da turma do 5º ano de 2021	84
Figura 19	Encerramento do ano letivo 2021	85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: INICIANDO A CONVERSA	13
2	TRILHA METODOLÓGICA	23
2.1	Passos da Pesquisa	23
2.2	Procedimentos do estudo: a Pesquisa-ação no ambiente escolar	31
2.3	Formulário de Entrevista	36
3	A TENTATIVA DE DESCREVER UMA DOR SILENCIOSA	38
3.1	Conceitos de <i>bullying</i>, <i>bullying</i> homofóbico e homofobia	38
3.2	Gênero e Sexualidade em debate	46
3.3	A Educação Sexual como superação do controle dos corpos	52
4	BREVE HISTÓRICO DAS CONQUISTAS DO MOVIMENTO LGBTQIAP+	56
4.1	A Linguagem Inclusiva	61
4.2	Pressupostos da Formação Docente em Direitos Humanos	63
5	COMPOSIÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA: UM OLHAR SOBRE SI MESMO	70
5.1	Nossa galeria – Motivação para o dia a dia	82
6	PONDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	94
	ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL – TAI	96
	ANEXO B – PARECER DE CONSUBSTANCIADO DO CEP	97
	ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE	99

1 INTRODUÇÃO: INICIANDO A CONVERSA

Começo este texto com a intensão de expor minha trajetória de formação escolar. O ambiente da escola forjou muito do que sou hoje, e estes ensinamentos permanecem com influências significativas em minhas escolhas profissionais e de vida. Muitas sementes foram lançadas ao meu solo de aprendizado, algumas destas com bom aproveitamento para as minhas práticas pedagógicas; outras, perdidas entre outras ocupações. Ressalto que neste trabalho revisito parte dos meus aprendizados, sobretudo naquilo que consiste a alteridade e o respeito à pessoa do outro, lições que me são caras na minha vida pessoal e profissional no cotidiano da escola.

No Ensino Fundamental, denominado na época de “Primeiro Grau Escolar”, estudei em dois colégios, em razão da estrutura maior, com capacidade para muitos alunos. Era cerca de mil alunos distribuídos nos três turnos, com riquezas de criatividade e diversidade, que também eram grandes: fazíamos teatro, praticávamos esporte, os torneios eram eventos de muita diversão.

Neste período vivenciei um modelo de educação que abrange várias vertentes do aprendizado, este tipo de formação agregava muitos valores, a exemplo da disciplina, do trabalho em grupo, da construção das amizades, da busca profissional e do engajamento em Grêmios. As práticas cultural e esportiva eram complementos do aprendizado de sala de aula. Tudo isso era presente no meu cotidiano de estudante e me possibilitou as condições iniciais para firmar minha identidade de cidadã, aprendi a expressar meus pensamentos e opiniões. Os valores da educação que “ensina a falar” foram sedimentados em mim a partir das relações e dos debates que a escola favorecia.

Na juventude, iniciei um processo de engajamento nas pastorais sociais da Igreja Católica, através das formações da PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular, fundada no ano de 1978, no Estado de Pernambuco, pelo então Bispo Dom Helder Câmara. Essa vivência pastoral fortaleceu em mim o que a formação escolar já havia iniciado, reiterando a busca pelo poder da fala, da liberdade de ser e da construção da cidadania.

Minha trajetória acadêmica teve início no ano de 2007, com o ingresso ao curso de Pedagogia da UEPB, Campus de Guarabira. Minha formação acadêmica foi tardia em razão de outra opção de cunho religioso. Por nove anos fiz a experiência de vida consagrada¹, período

¹ Vida consagrada missionária na Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia, com sede no país da Itália, fundada por Santa Paula Frassinetti no século XIX, cujo carisma é a educação. Período de 1996 até 2005.

em que meu foco formativo foi o estudo da teologia e da psicologia, com cursos voltados para a gestão emocional e as práticas pastorais da Igreja Católica.

Figura 2 - Consagração à vida religiosa



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Seguindo o meu caminho de aprendizados fiz o curso de Pedagogia, formação esta que acendeu o desejo de ser professora e atuar em sala de aula, antes do curso o meu projeto profissional era trabalhar como pedagoga na área social em ONGs², atividade já praticada por mim, por considerar a modalidade de educação informal mais propícia à prática de um modelo de educação afetiva e mais humanizada.

A formação acadêmica me ajudou a despertar a possibilidade de construir na escola uma postura próxima aos alunos, baseada na prática de uma educação relacional e dialógica. Estes ensinamentos aconteceram de forma teórica e prática, pois havia aproximação entre as professoras e alunos. A possibilidade de ser na escola um referencial semelhante àquele que vivi na universidade animou a perspectiva de atuar em sala de aula e, dessa maneira, concluí o curso já engajada em uma escola da mesma comunidade que hoje trabalho.

Na graduação pesquisei Educação em Direitos Humanos para o meu TCC³, Trabalho de Conclusão do Curso, por considerar uma temática próxima do que eu desejava para a minha prática profissional. Este tema acompanhou também o curso da minha especialização. Concluí o curso de Licenciatura em Pedagogia com o estudo do tema “Compreensão dos Direitos

² AMECC – Associação Menores com Cristo, situada na cidade de Guarabira, cujo objetivo é atender meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social abrigados em casas e lares, com a responsabilidade dos cuidados de mães e pais sociais. TALITA – Associação Abrigo Comunidade Talita, situada na cidade de Guarabira, com o objetivo de atender meninas em situação de vulnerabilidade social. Integrada a AMECC no ano de 2020, hoje desempenham trabalho conjunto com meninos e meninas. A sede da Comunidade Talita está cedida ao trabalho da Fazenda Esperança com o objetivo de recuperar dependentes químicos.

³ UEPB – Universidade Estadual da Paraíba – ano de conclusão 2011.

Humanos no Ensino Fundamental”. Em seguida me especializei na UFPB, Universidade Federal da Paraíba, com a pesquisa “A educação para a tolerância como enfrentamento à violência na Escola”. Com esta pesquisa executei um plano de ação de combate à violência, que consistia em rodas de conversa e formação de opiniões, através de vídeos e atividades lúdicas no ambiente escolar.

Portanto, os estudos que ora faço são partes de mim, representando uma continuidade das formações vivenciadas. No presente estudo dedico-me com maior atenção ao tema do *bullying*, atitude maldosa que acontece nas escolas quase sempre de forma sutil, disfarçada de “brincadeiras” para quem pratica, mas que são experiências dolorosas para muitos alunos afetados. Neste sentido, busco refletir a respeito da pedagogia do respeito, que pensa o aluno como pessoa de direitos, inclusive do direito de ser diferente e a escola como lugar de acolhimento.

A pedagogia que vivencio e na qual acredito baseia-se na prática da alteridade e da empatia. Os nossos alunos chegam até a escola marcados por muitas realidades sociais, muitas das quais se estabelecem na pobreza e na violência. Parte significativa dos alunos convive com a presença de pais e mães que não sabem demonstrar carinho e afeto por seus filhos, muitas crianças e adolescentes são educados com o uso excessivo de agressividade e com uso frequente de palavrões, xingamentos recebidos dos seus pais e ainda as ditas surras. Proponho-me como professora a ser uma referencia de carinho e afeto, com práticas criadoras de espaço para escuta e diálogo, por vezes silenciados no ambiente familiar, a fim de favorecer aos alunos a possibilidade de expressarem suas dores e suas angustias, baseada na prática da pedagogia respeitosa e empática com nossos alunos para que estes reconheçam a escola como lugar de proteção.

Figura 3 – Sala de aula



Fonte: www.facebook.com/photo/

Considerando que a violência e o desrespeito em sala de aula representam a violência

sofrida pelo público LGBT na sociedade brasileira, em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, no ano de 2017, constatou-se através de dados do disque 100 que neste corrente ano foram feitas 2.608 denúncias de natureza de violência física, psicológica, violência institucional, violência sexual, dentre outras.

Outra pesquisa realizada em 2016 sobre o ambiente educacional no Brasil revelou que 73% dos alunos LGBT já sofreram violência verbal na escola, 36% já sofreram violência física e 58,9% já faltaram às aulas em razão da violência sofrida. São dados preocupantes que afetam a escola e seus sujeitos, demonstrando que a nossa sociedade, bem como as instituições escolares ainda não conseguem responder com eficácia a este grave problema que persiste no Brasil. Pelo exposto, este estudo adentra no contexto escolar para fomentar discussões acerca do bullying e da homofobia, a fim de pensar novas práticas pedagógicas de respeito e tolerância às diferenças no sentido de visibilizar a existência do *bullying* homofóbico na escola. Esta questão tem sido tratada em muitas situações como “brincadeira”, no entanto, tem causado danos significativos a muitos alunos nas escolas do Brasil. Portanto, nosso interesse pela temática se assenta no desejo de criar na escola um ambiente seguro para as pessoas de identidades de gênero fora do padrão hétero.

Muitos gays, lésbicas e travestis abandonam a escola por não se sentirem aceitos em sua condição e orientação sexual, o que impede a conclusão da formação básica. Os preconceitos muitas vezes levam às práticas de violência de gênero, que se expressam com o uso de palavras depreciativas dirigidas aos LGBTs. Estes recebem diversas formas de agressão tão somente por não acompanharem determinados padrões de comportamento. Nosso objetivo é trazer esta reflexão para a prática pedagógica e criar um ambiente favorável para novas práticas através do estudo da temática e da elaboração de instrumental pedagógico, que será uma cartilha.

Por qual razão o tema da homofobia despertou meu interesse? Esta temática chamou minha atenção em razão do silenciamento que persiste no ambiente escolar sobre as identidades de gêneros dos alunos e alunas que chegam à escola. Eu percebia as nuances do desprezo que alguns alunos demonstravam por seus colegas quando apresentavam algum traço ou comportamento diferenciado em relação ao que culturalmente é atribuído aos meninos e às meninas.

As dores silenciosas de alguns alunos e algumas alunas “deixados de lado” pelos colegas por motivo de diferenças sejam em razão da orientação sexual, cor da pele ou crença religiosa, foram algumas das nossas observações, pois, é muito frequente ouvirmos queixas

dessa natureza. Em os momentos das brincadeiras e interações. Esta realidade fez nascer o desejo de aprofundar meus estudos e colaborar na construção pedagógica de novas práticas que representem maior empatia e acolhimento às diversidades.

Figura 4 -Não ao bullying



Fonte: <https://www.42frases.com.br/frases-contr-o-bullying/>

Na perspectiva da violência e da homofobia reside a corriqueira diferença entre o masculino e o feminino, em que este último sofre historicamente as repressões sociais vistas como inferior e secundária na dinâmica social. As relações de poder e os papéis sociais referentes aos homens e as mulheres, qualificam as formas de emoções permitidas socialmente a cada sujeito. O feminino é especialmente reprimido nos homens quando demonstram delicadeza e sensibilidade. Para estes é proibido expressar fragilidades e emoções no espaço social. Os ambientes sociais exigem dos homens posturas masculinas, enrijecidas e rudes.

A beleza dos gestos de cuidado e atenção quando manifestadas nos homens sofrem interpretações pejorativas, com denominações preconceituosas e práticas de *bullying*, com uso de palavras depreciativas como “veadinho”, “boneca”, dentre outras palavras que denotam discriminações. As meninas também são afetadas pelos preconceitos quando demonstram interesse por atividades socialmente atribuídas aos meninos, a exemplo do futebol e de lutas. As meninas que buscam diversão nesses esportes, por vezes, são chamadas de “machões”, de “meninas-macho”, denominações inibidoras dos comportamentos de liberdade de gênero e da igualdade entre meninos e meninas.

Esta pesquisa apresenta uma reflexão de gênero sobre os padrões sociais estabelecidos para os meninos e para as meninas. Assim como as flores no asfalto teimam em nascer, em perfurar o concreto para brotarem belas e resistentes, da mesma forma este trabalho problematiza o tema da homofobia, que muitas vezes é posto de lado nos conteúdos escolares e ignorado pelos docentes. A resistência das flores para nascer em locais inóspitos e expressar sua beleza nos move para analisar os movimentos LGBTQUIAP+ nas suas lutas por direitos e

cidadania.

Compreendemos o processo de construção de novos olhares sobre as questões de gênero na escola como sendo fundamental para novos direcionamentos de ações pedagógicas de desconstrução dos preconceitos e intolerâncias. Concebemos gênero a partir de um conjunto de complexidades histórias descritas em conceitos ainda em processos, adaptações e autoanálises. Para LOURO (2007, P. 209) “o gênero não é, simplesmente, a descrição de um corpo, mas aquilo que efetivamente faz existir esse corpo”, a autora concebe o corpo edificado na base da cultura e da linguagem. Desta forma, os corpos se formam a partir de interpretações sociais que constituem as identidades de gênero.

Assegura BUTLER (1999) a existência de relação entre cultura e natureza na formação do gênero, tal relação pressupõe alguns modelos de gênero construídos em face à ação da cultura sobre a natureza. Sendo assim, os modelos de gênero definidos culturalmente apresentam-se como naturais e pré-requisitos das identidades compostas em linguagens e direcionamentos para a composição dos corpos, gêneros e sexualidades.

Neste sentido, a formação de professores necessita da inserção neste conhecimento, a fim de modificar olhares equivocados a respeito das concepções de gênero na escola. São os professores quem ocupa lugar central na educação, pois sua relevância na formação humana se justifica pela função de ensinar e de despertar potencialidades para o avanço social. Estes sujeitos são também parte da histórica construção humana, pois estamos e somos sujeitos em construção. Somos seres inacabados, FREIRE (1996), em permanente estado de formação.

Para Larossa (2002), a formação dos professores deve ser pautada na ideia de experiência/sentido em continuidade ao pressuposto da reflexão/prática. Para o autor, a experiência é algo que passa por nós, que é diferente de nós e que, por esse motivo, nos acrescenta saberes e concepções diversas. O sentido é aquilo que se constrói com as palavras pensadas, sentidas e compartilhadas. Desta forma, pensar uma formação para a prática pressupõe compartilhamento de experiências, escuta do diferente e respeito à diversidade.

Nóvoa (2007) afirma que a formação docente necessita ser reconstruída com traços de profissionalidade engajada na personalidade. O autor explica que não é possível separar a profissão do compromisso pessoal, que implica em atitudes baseadas em valores, capazes de forjar um “novo contrato educativo com a sociedade”. Um contrato que passa por mudanças na profissão, que apontem para novas práticas a partir da permanente análise daquilo que se faz e se pensa.

Freire (1997) indica o movimento da escuta como vozes que educam na escola. Para ele,

o ato de ouvir humaniza o processo educativo, dando a percepção daquilo que se fala e de quem fala. A partir da escuta, a docência constrói sua identidade de ser política e democrática, pois é no ato de ouvir que aprendemos a respeitar as diferenças e acolher a diversidade. Através da escuta compreendemos o outro do jeito que ele é, com suas riquezas, seus valores e sua cultura. Neste sentido, o movimento da escuta é empático, pois ascende para o acolhimento e o respeito, processo que poderá levar à transgressão da homofobia na escola.

Para problematizar o tema de nossa pesquisa podemos então analisar os três pontos de vista similares nos autores citados: prática/reflexão, novas práticas e o ato de ouvir. A partir desses teóricos a formação docente envolve ação contínua e abrangente no sentido de adequação às novas questões sociais que surgem no tempo e na história. Desta forma, a diversidade, especialmente a diversidade de ordem sexual, precisa ser contemplada na formação docente em razão de muitos profissionais ainda apresentarem atitudes e comportamentos discriminatórios e homofóbicos.

Junqueira (2009) aponta em seu texto a pesquisa realizada pela UNESCO, de 2004, a respeito do perfil dos professores brasileiros. Dos cinco mil professores entrevistados 59,7% considera inadmissível a prática da relação homossexual; e 21,2% não gostaria de ter vizinhos homossexuais (UNESCO, 2004, p. 144 a 146). Neste sentido, o preconceito também acontece nos ambientes escolares, considerando que muitos professores que atuam no Brasil apresentam comportamento homofóbico e são alinhados ao discurso social da heteronormatividade, colaborando por silenciar qualquer forma de expressão sexual que destoe do modelo aceito socialmente. São, portanto, também “competentes amoladores de facas”, segundo Dinis (2011), que reproduzem em suas práticas educativas discursos normativos da religião, da política e das famílias tradicionais.

Os preconceitos e discriminações aos gays, lésbicas, travestis e outras expressões da sexualidade homoafetiva estão postos como realidade nas escolas brasileiras, cabendo a nós, educadores, tomarmos consciência dessa problemática para assumirmos práticas de combate em favor destes sujeitos historicamente reprimidos e oprimidos em suas sexualidades. Para Junqueira (2009), um caminho possível para o enfrentamento da homofobia na escola passa pela elaboração e execução de pesquisas que atentem aos dados desse problema na educação brasileira, pois tal iniciativa pode materializar ações de combate à homofobia.

A formação docente deve ser aprendizado para o acolhimento e a valorização da diversidade. As novas atitudes na escola não nascem do improviso, nem repentinamente, mas são construídas processualmente através da formação. Por isso, pensamos como necessária a

formação docente em um processo contínuo e abrangente que considere a diversidade de gênero e a sexualidade.

O combate à homofobia nas escolas se justifica pelos dados preocupantes da violência sofrida pela comunidade LGBTQIAP+. A cada vinte e três horas um homossexual é assassinado no Brasil apenas em razão da sua orientação sexual. Isso é o que revela a pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), com dados referentes aos meses de janeiro a maio de 2019: uma morte a cada dia de pessoas vítimas da violência homofóbica.

Considerando esta realidade alarmante defendemos a importância da discussão do tema da homofobia e das práticas de *bullying* homofóbico na escola. Essa violência é notada através de xingamentos, exclusões das brincadeiras, agressões verbais, atitudes depreciativas ou insultos expressos em desenhos e palavras ofensivas dirigidas a todos os que se apresentam fora dos padrões de comportamento heteronormativo.

A violência social é outra forma de violência praticada contra a população LGBTQIAP+, que tem em uma das formas de expressão a falta de oportunidade de trabalho em razão das discriminações. As consequências de tais preconceitos são muitas as pessoas LGBTQIAP+ que são empurradas para meios de sobrevivências em subempregos e profissões estigmatizadas como cabeleireiros, transformistas, dançarinos e, muitos travestis acabam na prostituição para garantir a sobrevivência.

A violência homofóbica não acontece apenas distante de nós, ela está perto e tem nomes e rostos. Nas nossas práticas educativas é possível testemunhar alunos vitimizados em razão da sua orientação sexual, crianças e adolescentes que ainda não compreendem sua identidade sexual deparam-se na escola com críticas e ridicularizações em razão das demonstrações de comportamento efeminado, quando menino, e masculinizado, quando meninas. Nestes casos, as crianças são discriminadas na escola antes mesmo de se perceberem ou se entenderem como *gays* ou *lésbicas*.

Pelo exposto, pretendemos estudar as possibilidades de superação das práticas de *bullying* homofóbico através de subsídios pedagógicos para os professores que possam desencadear respeito às diferenças no ambiente escolar. LIMA (2012) reflete a insegurança dos professores nos fundamentos das abordagens de temas como diversidade, gênero e sexualidade na formação escolar, segundo a autora, é preciso capacitação para conviver com a diversidade. E ainda, “é comum que os professores não se sintam à vontade para falar sobre as sexualidades na escola” (MARTINS et. all 2019). É, portanto, urgente a necessidade de pensar a formação continuada dos professores em temáticas que exigem maior conhecimento e segurança, a

exemplo da sexualidade e das questões de gênero.

Nessa perspectiva, a formação de professores pode transformar a sala de aula em um lugar de aprendizagens colaborativas e humanizadas, com respostas mais eficazes às questões humanas e sociais. Visto que apesar das diretrizes, normas e informações disponíveis para o trabalho sobre gênero e sexualidade nas escolas, muitos/as professores/as ainda não têm conhecimento dos mesmos e/ou não executam nenhum tipo de ação com os seus alunos e alunas para combater discriminações e preconceitos (OLIVEIRA; ADI, 2018, p.496). Neste sentido, os autores reforçam a necessidade de investir tanto na formação destes profissionais como também de motivá-los para a importância desta problemática nos espaços educativos. Para tanto, será necessário propor materiais e recursos didáticos “para que a ética e o respeito à diversidade humana se façam presentes”, tanto fora como dentro da escola, considerando que o documento dos PCNs aponta que “é necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola” (BRASIL, 1999, p. 303).

Não são recentes as leis, programas e políticas públicas no Brasil que preconizam e orientam as discussões que envolvem a homossexualidade e outras identidades de gênero no espaço escolar, mas o que podemos observar é que não são poucos os profissionais que se sentem inseguros ou resistem em realizar na prática pedagógica um trabalho mais efetivo que envolva os aspectos da sexualidade, geralmente deixados a cargo dos professores de Ciências (LIRA; JOFILI, 2010, p. 25). Nesta perspectiva, BRAGA (2010) considera que a escola pode ultrapassar o espaço de repressão e repressão em relação à temática da sexualidade e vir a ser um lugar livre e educativo para todas as pessoas. Outro ensinamento da autora é que hoje não é mais possível que as questões relativas à sexualidade passem despercebidas ou que sejam tratadas com deboche, o mundo mudou e as escolas devem acompanhar essas mudanças. Dessa forma, o fechamento da sociedade para as discussões dos temas relacionados à sexualidade não deveriam ter espaço na educação, contudo ainda persistem no Brasil, com o ponto de partida em discursos de preservação dos valores e bons costumes. Tais posicionamentos podem indicar que a educação no Brasil ainda é utilizada como instrumento de controle a serviço dos discursos sociais que reforçam os padrões de dominação dos corpos.

É possível reconhecer avanços nas políticas de combate à homofobia, já que a comunidade LGBT se faz mais presente nas suas lutas por direitos e desconstrução da invisibilidade social. Contudo, é necessário que a temática dos direitos e da homofobia tenha maior discussão e relevância, sobretudo nas escolas, como lugares privilegiados de formação.

Cabe-nos perguntar: É possível identificar as práticas cotidianas do *bullying*

homofóbico que ocorrem no ambiente escolar? Como os docentes se inserem no contexto destas discussões? Que tipo de formação docente é necessária para incentivar e motivar as práticas de enfrentamento ao *bullying* homofóbico no ambiente escolar? Quais estratégias metodológicas podem ser utilizadas pelos professores para uma educação que supere preconceitos, intolerâncias e desrespeito? São algumas questões que motivam o desenvolvimento desta pesquisa na busca por respostas plausíveis.

Este estudo foi orientado pelo objetivo de articular instrumentos teórico-pedagógicos para conhecimento e superação do *bullying* homofóbico no ambiente escolar. Para tanto, realizamos inicialmente uma pesquisa teórica a partir da busca de autores que desenvolvem esta temática. Desta forma, buscamos compreender os significados dos conceitos de *bullying*, homofobia, gênero e sexualidade. Estudamos também o marco legal que embasa as lutas das comunidades LGBT na busca por seus direitos. Para nós, este conteúdo interessou para fundamentarmos os argumentos de combate às práticas de *bullying* homofóbico na escola.

As aquisições teóricas visaram fomentar as nossas discussões sobre a homofobia e a elaboração do nosso produto pedagógico, que foi uma cartilha pedagógica para auxiliar na formação contínua dos professores em favor da promoção do respeito e da tolerância de gênero na escola. Desta forma, trilhamos um caminho de estudo em busca de compreender um pouco mais as entrelinhas da presença maldosa dos preconceitos contra as pessoas LGBTQIAP+ e que geram o *bullying* homofóbico, objeto do nosso estudo.

Assim, as discussões temáticas estão estruturadas em quatro capítulos: No primeiro, expomos o percurso metodológico do estudo, com descrição dos procedimentos seguidos, considerando o foco da educação em (e) para os direitos humanos, bem como as coletas de dados feitas com dois instrumentais da pesquisa qualitativa, um seminário, aplicação de questionário e o produto final deste estudo, que foi uma cartilha. No segundo capítulo discorremos a respeito do conceito de *bullying*, *bullying* homofóbico, homofobia e suas representações discriminatórias contra as pessoas homossexuais, lésbicas, transsexuais e outras identidades de gênero dentro das escolas. Discutimos ainda a formação das identidades de gênero e a sexualidade como construções sociais, controle dos corpos na sociedade e suas representações no âmbito da escola. Evidenciamos a formação docente como fundamental no redirecionamento dos olhares sobre gênero e sexualidade na escola. O terceiro capítulo traz o marco histórico das lutas LGBTQIAP+. O quarto capítulo está composto pela apresentação dos resultados coletados no questionário, com discussões sobre os resultados e também uma galeria de fotos que representam a motivação do nosso trabalho.

2. TRILHA METODOLÓGICA

2.1 Passos da Pesquisa

Neste capítulo faremos a descrição do percurso realizado no nosso estudo, relataremos os procedimentos adotados na coleta de dados, a seleção dos participantes e a construção do nosso produto pedagógico. Trata-se de uma abordagem qualitativa nos moldes de uma Pesquisa Ação. Consideramos a observação do cotidiano escolar, analisamos as práticas de ensino da escola campo, tendo por base as nossas vivências de professora e a participação dos sujeitos integrantes do estudo. O nosso *locus* de análise foi a escola da rede municipal Maria Lourdes de Souza Amorim, na cidade de Guarabira/PB.

Figura 5 - Frente da escola campo.



Fonte: Acervo pessoal da autora

A Escola Municipal Maria de Lourdes de Souza Amorim está localizada na cidade de Guarabira-PB, no bairro Mutirão, este bairro é periférico e distante do centro da cidade cerca de 2 km. Não há transportes urbanos na cidade e o serviço oferecido é privado, feito por mototaxistas e taxistas. Essa realidade dificulta a vida dos moradores do bairro, em que muitos deles precisam ir a pé para o centro da cidade por não dispor de recursos financeiros para transportes. Outra realidade difícil dos moradores, são os serviços de saúde precários oferecidos no PSF – Posto de saúde Familiar - do bairro, quase nunca tem a presença de médicos nem atendimentos de primeiro socorros, temos experiência de situações com alunos machucados sem que houvesse atendimento imediato no posto de saúde local.

Figura 6- Interior escola campo



Fonte: Acervo pessoal da autora

O bairro é conhecido por ter muitos moradores trabalhando na reciclagem, esses moradores saem do bairro com os carrinhos de coleta para trabalharem no centro e nos bairros da cidade. A Escola Maria Lourdes de Souza Amorim está situada nesse contexto, recebendo alunos vindos de muitas situações de pobreza. É comum a escola receber pedidos de ajuda para favorecer cestas básicas e roupas às famílias do bairro, outro fato corriqueiro é a presença de alunos que não estão matriculados na escola para o momento das merendas. Vivenciamos situações de alunos não irem à escola por não terem a calça da farda ou sapatos e até mesmo chinelos. Neste sentido, a escola é para a comunidade um importante ponto de apoio. No que diz respeito à estrutura física a escola é composta por seis salas de aulas com bom espaço em seus tamanhos, contudo, possuem pouca ventilação e no período de calor se tornam desconfortáveis, mesmo com ventiladores.

Figura 7- Sala de aula escola campo



Fonte: Acervo pessoal da autora

Não há refeitórios, os alunos fazem os lanches na sala de aula, o que não é adequado pelo risco de deixarem o ambiente com sujeiras nas carteiras e materiais escolares. Os intervalos são realizados no corredor e pátio da escola, este espaço é insuficiente para comportar as atividades de recreação dos alunos. Algumas vezes o ginásio da escola é utilizado para fim de recreações, contudo nem sempre é possível, pois é também utilizado pela comunidade para jogos e para as aulas de educação física no contraturno.

A Escola Maria Lourdes de Souza Amorim possui um corpo docente de 14 professores, um coordenador pedagógico, uma secretária, uma vice-diretora e o diretor. Atende alunos do primeiro ano do Fundamental I até o nono ano do Fundamental II. Desse corpo docente contamos com a participação em nossa pesquisa de seis professores, dois do Fundamental I e quatro do Fundamental II. Os professores convidados reponderam ao questionário da pesquisa e participaram do seminário com a temática deste estudo.

Figura 8 – Corpo Docente Escola Maria Lourdes

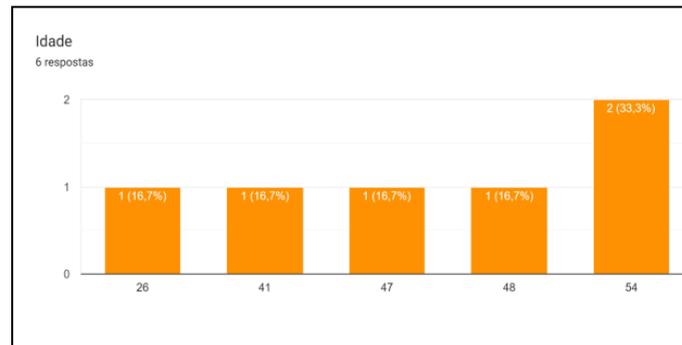


Fonte: Acervo pessoal da autora

A seleção dos professores ocorreu por meio de visitas à escola campo ocorridas nos meses de março e abril de 2022, nessas ocasiões realizamos conversas individuais com cada professor convidado com explicações sobre a nossa pesquisa, após as conversas aconteceram às assinaturas do TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os colegas professores tiveram a liberdade de colaborar ou não colaborar com a nossa pesquisa. Nas conversas apresentamos a importância da temática do nosso estudo e dos ganhos que a escola poderá ter com a discussão das questões de gênero e da homofobia.

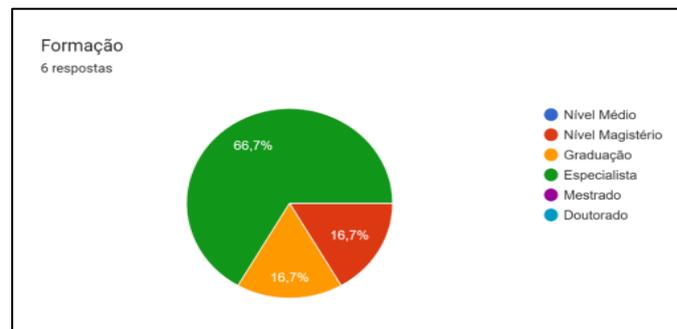
A idade dos professores participantes foi entre 20 e 50 anos, contudo a idade não foi um critério de participação no nosso estudo, nos interessou saber a experiência dos professores em sala de aula e suas maneiras pedagógicas de lidar com situações de homofobia na escola. A maioria dos professores participantes tinha escolaridade no nível de especialista.

Gráfico 1 – Sobre a idade dos professores



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos professores



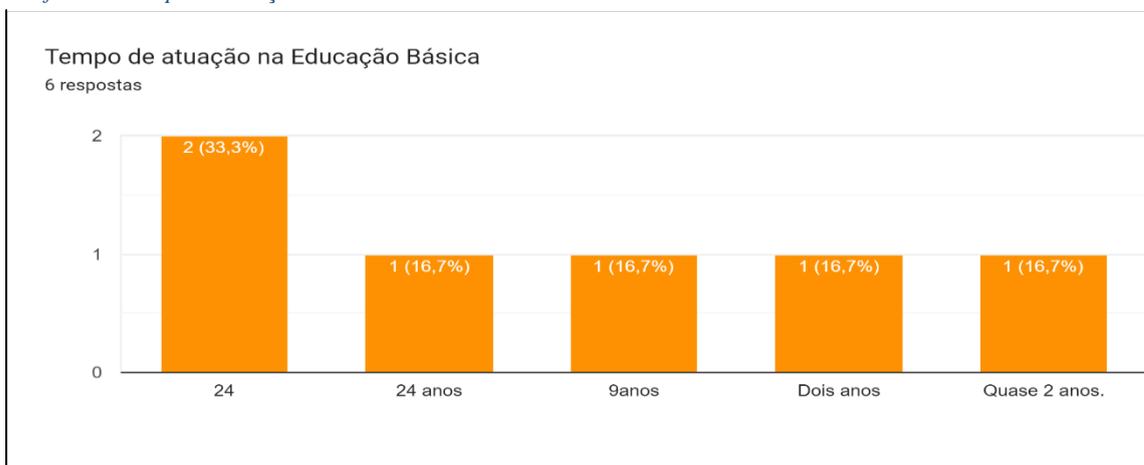
Fonte: Elaborado pela autora

Os instrumentos para a coleta de dados foram coletados por meio de questionário elaborado na plataforma *Google Forms*, com questões de múltipla escolha, assim definidas por ser um meio mais descomplicado para que os professores pudessem utilizar um tempo curto para responder as questões em razão das demandas por nós conhecidas que afetam os nossos professores.

O questionário pretendeu criar a oportunidade para que os professores pudessem fazer uma autoanálise de suas práticas no que diz respeito à homofobia na escola. Queríamos saber quais eram as estratégias docentes para o trabalho sobre a homofobia na escola e quais os seus interesses de formação em temas relacionados ao *bullying* homofóbico e aos direitos humanos.

O questionário foi aplicado com seis professores: quatro professores do turno manhã e dois do turno tarde, cinco participantes foram mulheres e um homem. A participação maior das mulheres pode ser um indicativo de maior abertura para discutir a temática. O critério de escolha foi inicialmente profissionais em atividade por pelo menos três anos consecutivos, pertencentes ao Ensino Fundamental I e II, contudo, no decorrer do estudo optamos por convidar os professores que poderiam estar mais afeitos à participação, desse modo, dois professores participantes estão na escola há dois anos consecutivos. Como está representado no gráfico:

Gráfico 3 – Tempo de atuação no Ensino Fundamental



Fonte: Elaborado pela autora

O procedimento de análise baseado em coletas por questionário é um instrumental da pesquisa ação assumida como basilar em nossas observações. Entendemos por Pesquisa Ação as metodologias participativas nas quais as pessoas envolvidas são tanto praticantes como também pesquisadores PICHETH (2016), no tocante às práticas estão implicados no desenvolvimento da pesquisa no âmbito comunitário, aqui entendida como o espaço da escola campo, e ao mesmo tempo são pesquisadores à medida que se envolvem no processo de transformação deles próprios e de suas práticas. Em seus procedimentos esta modalidade de pesquisa não se faz meramente com aplicações de técnicas de pesquisas fixas, mas ao contrário as práticas são consideradas parte da construção e reconstrução dos métodos. Em seus aspectos principais. THIOLENT (2011) destaca a ampla interação entre os pesquisadores e os sujeitos envolvidos, nesse sentido a interação é parte fundamental da Pesquisa Ação, pois, é desse processo que surgem à identificação dos problemas e as prováveis soluções constituídas no envolvimento dos participantes. O foco do objeto está nas situações problemas identificados e analisados em seu conjunto, culminando na aplicação de técnicas próprias desta pesquisa.

Estamos de acordo com LOURO (2007) da importância da pesquisa estar voltada para as minúcias no exercício de perceber os lugares de poder e resistência e demonstrar por meio da análise estas intuições e o chão onde acontecem. Para a autora é fundamental “obsevar e descrever com tantos detalhes quanto for possível” (P. 217). Para tanto a nossa pesquisa se alicerça sob três pilares. Partimos da revisão literária dos estudos de Junqueira (2007; 2009; 2012); perspectivas críticas sobre a educação no enfrentamento da homofobia; Oliveira (2018); relevância das discussões de gênero na escola; e Dinis (2015); a prática docente como agente de reforço do bullying homofóbico; Figueiró (2001) as possibilidades e os limites da formação docente; Foucault (2009) com o conceito de “corpos dóceis”; Freire (1996; 1997) a prática docente como ato político de transformação social; Nascimento (2019) que discute a transexualidade; Neto e Agnoletti (2014), Direitos Humanos como suporte de formação para a diversidade sexual, além dos trabalhos de Carvalho (2014) que tratam dos Direitos Humanos e a formação docente.

Desenvolvemos uma abordagem dialógica com fundamentos na ação-reflexão, desde a aplicação do seminário bem como as conversas preliminares à aplicação do questionário. Essa estratégia apresentou como propósito a escuta das situações problemas e ensejou uma construção coletiva das possibilidades de superação. O passo subsequente para compreensão do contexto escolar foi a elaboração de um instrumento pedagógico, no formato de cartilha, a partir dos diálogos e interações registrados no percurso da pesquisa.

Temos a ciência de ser possível apontar soluções definitivas para as questões levantadas sobre sexualidades, gênero, bem como sobre as complexidades que tais temas demandam na escola. O propósito foi contribuir para a compreensão desta temática numa perspectiva de promoção dos direitos humanos e, especialmente, com o intuito de problematizar, desestabilizar e subverter a homofobia, através da formação docente no espaço escolar.

A pesquisa científica necessita de métodos e práticas que estejam coerentemente alinhados a fim de tornar mais claras as finalidades que a teoria quer alcançar em seu desfecho da prática abordada. Para Minayo (2002), há um impasse entre a teoria e a prática que deverá ser superado pela clareza e coerência dos instrumentais a serem usados na pesquisa. Assim, os métodos e técnicas são apoios indispensáveis à pesquisa, contudo, não devem substituir a criatividade do pesquisador, já que a pesquisa deve ser composta pela marca do pesquisador, ou seja, deve manifestar sua maneira de enxergar determinadas realidades e sua forma de experimentá-las. Os estudos e aprofundamentos são necessários para que a visão inicial e a experiência do pesquisador estejam em consonância com os aspectos de abordagens da ciência.

Dessa forma, o nosso estudo se estrutura a partir dessa dialética em que o sujeito constroi os saberes externos em relação com o todo, com o seu interior e também com as dinâmicas das relações externas que ocorrem nas realidades estudadas.

Num primeiro momento, apresentamos algumas discussões acerca dos conceitos de bullying, homofobia e bullying homofóbico, em seguida discutimos sobre gênero, sexualidade e educação dos corpos como forma de controlar e inibir as expressões de afetos entre pessoas do mesmo sexo. Buscamos também aprofundar visões a respeito das Leis, Documentos, Programas Nacionais e as políticas públicas de combate às práticas de *bullying* homofóbicos no Brasil, a partir das ações promovidas pelos movimentos LGBTQIA+ por legitimidade e direitos sociais.

Nesse âmbito, são oportunos os Cadernos Escola Sem Homofobia e Brasil Sem Homofobia, aliados às ideias de Junqueira (2009; 2012), Oliveira (2018), Dinis (2015), Bourdieu (2019), Louro (1999), Butler (2008) e outros autores relevantes. Em seguida, discutiremos os desafios dos professores para as exigências de novas práticas pedagógicas. Esse movimento é essencial para possibilitar nossa travessia da “pedagogia do insulto” para a “pedagogia do respeito”. Autores como Figueiró (2001), Braga (2010), Martins (2019; 2020), Da Silva (2018) e Lira & Jofili (2010) são importantes nesse momento.

Em síntese, a metodologia privilegiada se assenta sobre a compreensão de um “conjunto de ações que geram o processo de ensino/aprendizagem para o desenvolvimento de competências e habilidades” (CALISSI, 2014, p. 113). Competências e habilidades são aqui entendidas como processos de elaboração do conhecimento de forma crítica e criativa para que os envolvidos sejam eficazes em suas ações sobre determinadas circunstâncias ou situações. Após a coleta dos dados, a análise se dará sob as luzes dos referenciais teóricos já apontados. Poderemos construir planilhas, gráficos e tabelas, a fim de quantificar esses dados, como também refletir sobre os seus conteúdos a partir dos objetivos deste trabalho.

Nossa análise assume uma perspectiva qualitativa, porque esse modelo de pesquisa analisa os dados a partir de significados que compreendem “motivos, aspirações, valores, crenças e atitudes” (MINAYO, 2002 p. 23) de uma dada realidade partindo da imersão no contexto. As categorias envolvem maior profundidade nas relações e não se limitam a números quantificáveis. Dessa forma, as informações que iremos condensar através da observação serão percebidas no processo, ou seja, pelo envolvimento nos debates, no interesse pelo assunto e as possíveis indiferenças apresentadas pelos envolvidos no processo.

Nesse sentido, a pesquisa-ação permanece como resposta eficiente para identificar problemas e buscar soluções coletivas (PICHETH, 2016). Uma das condições necessárias é a participação dos sujeitos, pois os colaboradores assumem também o papel de pesquisadores, buscando eles próprios às transformações das suas práticas. Por isso, o nosso trabalho busca instigar os professores interlocutores a conhecerem a temática da homofobia e a se envolverem nas soluções dos problemas identificados em suas ações pedagógicas cotidianas.

Seguiremos alguns passos, entre os quais foi à estruturação de um seminário temático na escola campo de estudo, bem como a elaboração de um questionário com perguntas de múltiplas escolhas e apresentação de um instrumental pedagógico, que será uma cartilha sobre a temática da homofobia. O conteúdo pretende ser informativo lúdico e aplicável em sala de aula de maneira a envolver os professores para a compreensão dessa problemática.

Dito isso, a proposta metodológica segue as orientações das práticas da educação em e para os Direitos Humanos, através da indicação de atividades que tratem do sofrimento da população LGBT considerando-se situações corriqueiras de conflitos e violências. Nesse viés a temática dos direitos humanos foi o pano de fundo para as nossas reflexões, tendo em vista a importância do respeito às diferenças em sala de aula. Acreditamos que os professores somente poderão colocar em prática o conteúdo dos direitos, se conhecerem tais conteúdos. Assim, a pesquisa se propõe a ser um instrumento de conhecimento e de provocação para que os professores percebam a necessidade de trabalhar no espaço da escola o tema do respeito e das diferenças sexuais. A informação contextualizada é o suporte necessário para o enfrentamento às questões de homofobia na escola.

A metodologia da educação em Direitos Humanos, conforme situamos neste estudo, passa pela necessidade de busca de instrumentos pedagógicos que deem suporte às ações educativas da escola, entendendo-se os educadores como os principais mediadores do conhecimento. A interação entre alunos e professores abre os passos para as novas aprendizagens, que podem até estar contempladas no currículo tradicional, ou desenvolvidas a partir de necessidades pontuais surgidas no caminho da aprendizagem. Ou seja, trata-se de uma educação baseada na valorização da pessoa humana em toda a sua complexidade, incluindo-se a diversidade de gênero e a sexualidade.

2.2 Procedimentos do estudo: a Pesquisa-ação no ambiente escolar

De posse dos saberes, acima apresentados, como foram definidos nossos procedimentos metodológicos?

Trouxemos como ponto de partida, as discussões temáticas acerca da sexualidade e diversidade de gênero na escola, associados aos conteúdos curriculares obrigatórios. Nesse ponto, nossas observações no espaço escolar realizaram-se com um conjunto de estratégias que elaboradas a partir de experiências vivenciadas na escola. Isso inclui fatos levantados nas discussões e visitas à escola com avaliação da homofobia ou da incidência de *bullying* homofóbico, alguns desses fatos estão implícitos nas construções teóricas desse estudo.

Conforme indicado, realizamos um seminário como instrumento de coletas de dados com objetivo de expor a nossa pesquisa, compartilhar experiências e examinar questões sobre preconceitos homofóbicos expressos ou implícitos. Dessas discussões encaminhamos os passos do processo de investigação, referentes ao questionário e a elaboração do nosso produto pedagógico. Através desses instrumentos, centralizam-se as informações e elaboramos nossas análises e fundamentações. As discussões do seminário foram significativas para a construção do nosso produto pedagógico.

Figura 9 - Registro do seminário com os docentes



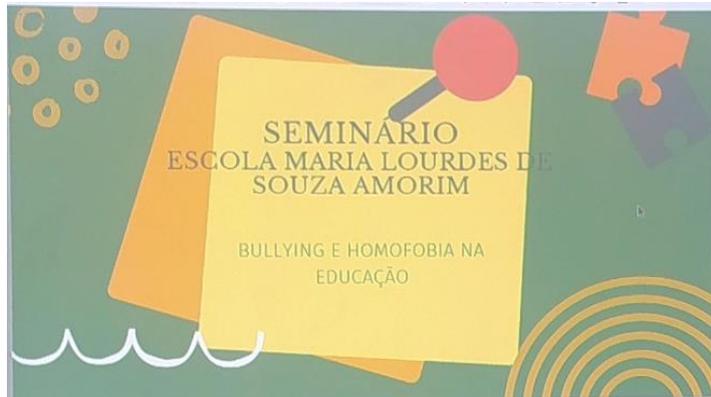
Fonte: Acervo pessoal da autora

O referido seminário foi realizado no dia 05 de maio de 2023, na Escola Campo Maria Lourdes de Souza Amorim, com o tema *Bullying* e Homofobia na Educação. Este momento formativo foi oferecido para todos os professores da escola, os professores acolheram o nosso convite, e, contamos com a participação de quatorze professores dos anos Fundamental I e Fundamental II, além do gestor, e dos coordenadores pedagógicos. Contamos também com a

participação de dois representantes da Secretaria Municipal de educação. Iniciamos pedindo para que os professores se apresentassem com seus nomes e a turma que estava responsável. No final também me apresentei falando do Programa de Formação de Professores da UEPB. Após as apresentações passamos a falar da pesquisa, de como tinha surgido o interesse pela temática.

Compreendemos esse momento como uma oportunidade de problematização das ideias, na qual teremos a possibilidade de dialogar com as diferentes opiniões, permitindo acessar conceitos e recriá-los na dialética do encontro e das trocas de saberes. Através deste instrumento poderemos expor situações vividas e partindo delas elaborarmos pontos de construção de novos pensamentos sobre a realidade escolar. Freire (1996) aponta a necessidade de estarmos disponíveis para olhar as realidades com a finalidade de estabelecer nossa própria segurança. Nesse sentido, almejamos criar uma segurança desta temática a partir das disponibilidades encontradas nos professores, assim demonstradas no momento de formação, para a abordagem das afetividades e das diversas expressões de gênero implementadas em novas práticas a partir das reflexões compartilhadas no seminário realizado.

Figura 10 - Registro do seminário com os docentes



Fonte: Acervo pessoal da autora

O conteúdo constou da apresentação dos conceitos de *bullying*, homofobia, gênero, sexo, sexualidade e identidade de gênero, para melhor compreensão desses conceitos. No primeiro momento realizamos a exposição oral com o uso de slides, constando objetivos, resumo e fundamentações teóricas da nossa pesquisa.

Conforme o conteúdo era exposto, crescia o interesse e a participação dos professores, sobretudo quando falamos do conceito de Gênero, uma professora interveio dizendo: “quer dizer que gênero é uma construção cultural?” nessa questão a professora reforçou seu ponto de vista

de que não há identidade fechada e determinada para definir homens e mulheres. Corroborei a fala com os estudos de Butler sobre a construção cultural do gênero.

Seguimos falando sobre as identidades e de como são formadas a partir de discursos sociais e ideológicos que colocam lugares definidos e engessados para homens e mulheres. Nesse sentido nos ajuda a refletir os estudos de LOPES, 2003: “aquilo que a pessoa é, ou sua identidade social, é exatamente o que é definido nos e pelos discursos que a envolvem ou nos quais ela circula...” P. 20. O sonho de Martin Luther King revelado em seu discurso na Califórnia em agosto de 1963 de que um dia as pessoas não seriam julgadas pela sua cor de pele, mas pelo conteúdo do seu caráter, continua como um sonho para os que refletem as mudanças necessárias de concebermos as pessoas em suas composições existenciais e essenciais com acolhimento e respeito. Dar-nos um exemplo de respeito o Papa Francisco, como autoridade da Igreja Católica o Papa apresenta fala respeitosa a respeito da homossexualidade, com críticas em seus discursos às leis que criminalizam as pessoas homossexuais, classificando tais leis de injustas.

Um segundo professor relatou um fato de uma aluna que nos anos iniciais se comportava como uma “princesinha” tinha modos de menina doce e gentil, mas que com o passar dos anos havia mudado seu comportamento e modo de se vestir, a menina “princesinha” se transformou em uma adolescente “rebelde”, relatou o professor que certa vez indagou a menina sobre o porquê de haver mudado tanto o seu comportamento, a menina respondeu: “essa sou eu de verdade, aquela outra era o que as pessoas queriam que eu fosse”. Essa ilustração do professor enriqueceu ainda mais a nossa discussão porque mostrou como a sociedade através das instituições de controle, família, escola, igrejas entre outras, assumem o discurso de identidades marcando as meninas de modo delicado e singelo e os meninos como ousados e viris.

As discussões avançavam e surgiam novas intervenções dos professores no sentido de enriquecer as nossas reflexões. A crise de identidade dessa geração de crianças, adolescentes e jovens foi uma pauta importante nas ponderações dos professores. Para muitos dos presentes o momento que vive hoje as escolas revelam as meninas assumindo comportamento de meninos no sentido de se tornarem agressivas, brigonas, impulsivas. Essa nova maneira de ser menina chama a atenção nas salas de aula, uma vez que as meninas historicamente sempre tiveram um comportamento mais ameno, e os meninos foram mais agressivos.

Colaboramos com a discussão a despeito das mudanças de comportamento das meninas refletindo que estas mudanças poderiam expressar a busca pela autoafirmação

feminina em moldes diferenciados daqueles assumidos socialmente ao longo do tempo, as meninas quando expressam mais virilidade podem querer o lugar onde elas podem ser mais fortes, sem serem tachadas de “machões” de “meninas machos”, podem estar desejando o espaço onde possam se colocar com mais firmeza e autocoefiança, apresentarem seus pontos de vistas e suas habilidades. Outras contribuições foram no sentido de dizer que as meninas buscam afirmações da sua feminilidade através da erotização do corpo, expõem-se com danças sensuais e exibem seus corpos para chamar a atenção dos meninos, esse comportamento foi colocado pelos professores como “errado”, pois, alguns deles viam nessa forma de expressão a desvalorização do ser mulher. Neste ponto provoqueei os professores a pensarem como foi a construção das suas identidades sexuais, perguntei se quando adolescentes não buscaram em revistas e outras fontes da época os recusos para conhecerem sobre os corpos masculinos e femininos, se não havia curiosidade sobre os corpos.

Desse modo incitamos o debate sobre os adolescentes dos tempos atuais e suas buscas pelo conhecimento das sexualidades nos meios que dispõem nos dias de hoje, ou seja, as mídias sociais, os aplicativos de vídeos e outros canais de conhecimento atuais. Assim, ponderamos que mudanças poderiam não ser tão grandes assim, seja na época da adolescência dos professores, seja nos dias de hoje, os adolescentes continuam buscando respostas para as suas inquietações sobre sexualidade, nos meios disponíveis para tais fins. E a escola? E a educação? Não poderíamos também compor esses lugares e ser uma fonte para os adolescentes e jovens que procuram conhecer melhor suas identidades sexuais?

O tema da sexualidade quase nunca é discutido nas famílias e tampouco nas escolas, meninas e meninos buscam em vídeos de *Tik Tok*, *Youtube*, entre outros, respostas para suas inquietações e dúvidas da sexualidade, aprendem e reproduzem em danças sensuais o modo de exercer a sedução sobre os seus pares. Nestes meios digitais os saberes disponíveis conduzem muitas vezes para um modelo de sexualidade segundo os interesses comerciais destes canais, existem no espaço vazio deixado pela ausência das famílias e da escola no que tange a formação sexual deste público, resta para a família e a escola o lugar de críticas, repressões e julgamentos. O discurso da sexualidade não é presente na formação dos nossos alunos, contudo o discurso existe e está cada dia mais forte nas plataformas de vídeos e músicas.

Observamos o ser feminino como destaque nas discursões do primeiro momento da apresentação dos conteúdos, esta categoria foi indicada como fator de transformações de comportamentos na escola e na sociedade, as reflexões expostas deixaram a impressão de que pode haver a idéia de inversão na maneira de ser das meninas com mudanças de seus

comportamentos e atitudes. De acordo com os debates, as meninas se mostram no contexto de hoje com atitudes mais destemidas e ousadas, estão deixando de lado os modelos de princesinhas, comportadas, meigas, para assumirem papéis mais agressivos e afirmativos. Acreditamos que as mudanças no comportamento das meninas, fazem parte das mudanças sociais do papel da mulher com pautas de reivindicações do lugar de mais destaque, paridade e controle. As identidades sociais e culturais não possuem uma base imutável, pelo contrário, são construídas de forma múltipla em diferentes discursos, práticas e atitudes. LOPES, 2003.

No segundo momento do seminário realizamos uma dinâmica com os professores sobre xingamentos e discriminações. Convidamos alguns professores para participarem da dinâmica, seis professores se disponibilizaram, pedimos para formarem duplas e entregamos a cada um uma expressão de xingamento, havia palavras como “cabelo de bucha”, “macaca preta” “veado” entre outros, cada um deveria pronunciar três vezes as palavras escritas direcionadas para o colega, nesse momento houve risos, alguns pediram desculpas antes de dizer as palavras, e um professor relutou para pronunciar, pareceu difícil para ele dizer palavra tão pesada para o colega, depois de um tempo conseguiu falar.

Figura 11 - Registro do seminário com os docentes



Fonte: Acervo pessoal da autora

Em seguida perguntamos como se sentiram ouvindo e falando os xingamentos. Falaram da dificuldade de expressarem as palavras, e uma das professoras pediu desculpas ao colega, dizendo que mesmo que não fosse real, a palavra era muito pesada. Expliquei que a dinâmica era uma simples representação daquilo que nossos alunos escutam cotidianamente quando são vítimas do bullying nas nossas salas de aula. Uma das professoras que ouviu o xingamento “cabelo de bucha”, falou que lembrou da sua infância quando era ofendida com essas palavras, relatou a rejeição que sentia dos seus cabelos e que só aprendeu a se valorizar na vida adulta.

A partir da dinâmica dissemos da necessidade de estarmos atentos para percebermos a dor, por vezes silenciosa, das nossas crianças e adolescentes, quando escutam não apenas por três vezes palavras ofensivas, mas por vezes, durante todo o seu período de formação escolar. A crueldade do bullying está na repetição, se a criança ignora ela escuta, se reage ela escuta, não há lugar seguro para escapar de tais afrontas, somente haverá o lugar de proteção, se nós professores, tivermos a sensibilidade de construí-lo em nossas práticas pedagógicas.

Os relatos das experiências vividas firmou nossa compreensão sobre o espaço do seminário como uma oportunidade de problematização das ideias, este instrumento formativo nos dar a possibilidade de dialogar com as diferentes opiniões, permitindo acessar conceitos e recriá-los na dialética do encontro e das trocas de saberes. Através deste instrumento foi possível expor situações vividas e partindo delas elaborarmos pontos de construção de novos pensamentos sobre a realidade. Freire (1996) aponta a necessidade de estarmos disponíveis para olhar as diferentes realidades com a finalidade de estabelecer nossa segurança. Nesse sentido, almejamos criar uma segurança desta temática a partir das disponibilidades que esperamos encontrar nos professores na perspectiva da composição de novos olhares sobre as afetividades e as diversas expressões de gênero.

2.3 Formulário da entrevista

Quanto ao formulário eletrônico, às perguntas foram encaminhadas para os participantes através de *link* por meio do aplicativo de mensagem *Whatsapp*, elaboramos dez questões a respeito de conceitos de homofobia, família, formação docente, material didático e currículo. Dividimos as formulações em três partes: **Primeiro**, indagamos sobre o perfil dos educadores (gênero, tempo de sala de aula, modalidades ou segmento que lecionam formação); **Segundo**, conceitos de homofobia, *bullying* homofóbico, no que diz respeito ao conhecimento existente (ou não) sobre esta temática, as práticas e metodologias de sala de aula; **Terceiro**, envolvemos a formação docente, família na escola e currículo.

As questões foram elaboradas no formato de múltipla escolha comportando três opções de respostas. Fizemos essa escolha por ser um método mais acessível aos professores em razão do pouco tempo que dispõem para atividades acrescentadas a difícil rotina do ofício.

Os dados obtidos foram para o *drive* virtual – do Gmail - da pesquisadora com acesso totalmente restrito. Essas informações pessoais serão mantidas sob sigilo absoluto com a garantia de privacidade dos participantes, antes, durante e após a finalização do estudo. Os

protocolos de segurança da coleta de dados serão devidamente respeitados. Em tempo de trinta dias após a defesa dessa pesquisa serão apagados todos e quaisquer registros de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

A seguir fazemos a discussão a respeito dos principais conceitos que permearam o nosso estudo. No seminário realizado na escola, alguns professores expressaram o conhecimento a respeito dos conceitos que trabalharemos a seguir, contudo predominou o silêncio, o que pode denotar certa insegurança sobre tais conceitos, quando foram apresentados para as ponderações dos professores presentes.

3. A TENTATIVA DE DESCREVER UMA DOR SILENCIOSA

3.1 Conceitos de *bullying*, *bullying* homofóbico e homofobia

Figura 12 - O Bullying



Fonte: <http://www.codajic.org/node/1007>

Quem cuida com carinho de outra pessoa
 Se importa com alguém que nem conheceria
 Quem abre o coração e ama de verdade
 Se doa simplesmente por humanidade
 Se coloca no lugar do outro, sente empatia.
 (Nando Reis e Ana Vilela – Laços)

Inspirados na música Laços de Nando reis e Ana Vilela, alimentamos o desejo de fomentar empatia em nossos espaços de práticas pedagógicas, sendo assim, apresentamos neste capítulo alguns conceitos considerados elementares para a compreensão das práticas de violência na escola, problematizamos sobre gênero e sexualidade como conteúdos relevantes a serem arrolados nos conteúdos escolares e finalizamos com a discussão sobre as facetas do poder, na perspectiva da dominação masculina em detrimento da valorização do feminino na nossa sociedade. Os conceitos nos ajudam a compreender o significado das práticas de violência contra as pessoas LGBTQIAP+, contudo não conseguiremos sentir a dor real dessa parte da população, pois, não vivemos as mesmas experiências dolorosas de agressões e preconceitos, por esse motivo os conceitos são colaboradores para a compreensão sem porém descrever a realidade das dores vivenciadas por gays lésbicas, transsexuais entre outros.

Na ocasião do seminário, realizado como prática da nossa pesquisa, um professor declarou ser fácil falar da dor do outro quando esse não é o nosso lugar, é fácil dizer que essas questões dolorosas são “mi mi mi”. Para o professor dizer que trata-se de “mi mi mi” é uma forma perversa de pisar na dor do outro, que nunca saberemos o que sente uma pessoa negra na sociedade racista se não somos negros, da mesma forma a pessoa gay, travesti. Podemos até falar, contudo, do nosso lugar, não saberemos medir a dor que sentem ao sofrerem racismo e homofobia.

Acrescentou ainda que costumamos dizer que antigamente esses xingamentos faziam parte do cotidiano da escola e que ninguém se importava, ninguém “morria”, o mesmo professor colocou uma interrogação, “será? Será mesmo que a gente não se importava? Será que nossos

medos, nossos comportamentos de hoje não estão ligados a alguns desses xingamentos que fomos absorvendo?” Depois dessa fala, outro professor relatou que na sua infância sofria discriminação por ser muito pobre, e que isso o acompanhou a vida toda. Relatou que sentia-se excluído sem espaço na escola. Dessa forma atestamos serem muitas e diversas as formas de violências presentes nas nossas escolas, e nós professores devemos assumir como parte das nossas responsabilidades, tarefa de observar e interferir nessas práticas de violência que tanto oprimem e desanimam as vítimas dessas condutas.

Nenhuma brincadeira tem graça, quando a pessoa é o brinquedo. A brincadeira é divertida quando os envolvidos se divertem juntos, riem juntos, constroem laços afetivos juntos. Quando na ocasião do brincar ocorrem xingamentos, ofensas e desrespeitos deixam de ser mera brincadeira e passam a ser violência entre iguais, conhecido por *bullying*. Neste ponto o alerta dos educadores deve funcionar como radar para perceber tais práticas violentas e exercer o controle da situação a fim de colocar em segurança os alunos mais vulneráveis a serem vítimas de agressões e violências por parte dos seus colegas, visto que, compreendemos a escola como lugar de boas vivências, lugar em que crianças e adolescentes deveriam gostar de estar. Nesse ambiente, acumulam-se experiências marcantes positivas ou negativas. O convívio escolar pode fazer nascerem amizades que perduraram a vida toda, alguns professores marcam a nossa história, nos inspiram afetos que podem fundamentar os alicerces para futuras escolhas de trabalho, família e sociedade.

Todavia a escola poderá também ser lugar de experiências de violências, implícitas ou explícitas que deixam marcas de sofrimento na vida de milhares de alunos, meninos e meninas desejosos de aprender e construir seus futuros, vão para as escolas, e neste lugar deparam-se com verdadeiras batalhas a serem enfrentadas. E não falamos de dificuldades em aprender português, matemática ou outras disciplinas, falamos de batalhas entre iguais, alunos que, por motivos diversos, decidem humilhar, perseguir, maltratar outros colegas, motivados por aprendizados sociais de desrespeito, reproduzindo na escola práticas de preconceitos. Os motivos que geram as disputas entre os alunos estão quase sempre ligados às diferenças culturais, físicas, de gêneros e religiosas, alunos e alunas que apresentam atitudes comportamentais ou complexão física diferente da maioria acabam vítimas de violências grupais, e essas são razões de grandes sofrimentos. Essas práticas de preconceitos e violências são denominadas de *bullying*.

A palavra *bullying* tem origem anglo-saxônica e representa as práticas de violência e vitimização entre pares, outros países que não possuíam termos adequados para caracterizar a violência/vitimização assumiram este termo que é usado internacionalmente. SOUSA, (et. All. 2011). *Bully* denota característica de pessoa valentona e o sufixo *ing* quer dizer ação contínua⁴, a prática do *bullying* é muito comum em ambiente escolar, com maior incidência nos intervalos das aulas, momento em que os alunos sentem-se mais a vontade para expressarem suas atitudes de agressividade contra os colegas considerados mais frágeis por motivos diversos, desde as características físicas, comportamento efeminado, crença religiosa ou etnia.

Atesta-se por vezes que a prática do *bullying* é considerada como brincadeira entre as crianças, “na escola o fenômeno *bullying*, muitas vezes é identificado pelos profissionais da educação como algo que faz parte do momento da criança como meras brincadeiras infantis”, SOUSA, (et. all 2011, p.35). Contudo a literatura sobre esse assunto vem reforçando a importância da atenção a esses tipos de comportamento agressivos com a finalidade de prevenir danos psicológicos aos estudantes vitimados por essas práticas que em muitos casos podem ocasionar revide no formato de igual violência.

Bandeira e Hutz (2012) apresentam em seus estudos uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) no Rio de Janeiro entre 2002 e 2003 com 5428 participantes, com média de idade de 13 anos, 16,9% dos participantes se identificaram como vítimas, 10,9% como vítimas/agressores, 12,7% agressores e 57,5% como testemunhas das agressões. Estes dados são um alerta para a necessidade de ajustes nas metodologias educacionais em vistas de propor um modelo formação escolar com foco nas subjetividades e no diálogo aberto e franco com os estudantes. Nesse sentido, a escola assume a função social de apoio na construção da consciência humana para a sensibilidade e acolhimento das diversidades.

O fenômeno da agressividade se faz presente na sociedade e não é fato novo, os grupos sociais se relacionam entre si, e dessas interações surgem os conflitos que por vezes culminam na prática de violência definido como danos à vida dos envolvidos. De acordo com os estudos de Bandeira e Hutz (2012) a prática do *bullying* se expressa de várias formas de agressão/violência, são estas, física - ocasionada com socos, chutes, pontapés empurrões e ainda quando o agressor, pega sem permissão, o lanche ou o material escolar do colega. O tipo verbal

⁴ O conceito de *bullying* é aceito mundialmente como prática de violência contínua entre iguais por meio de violência física, verbal e eletrônica.
<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm> - acesso 08/10/2022 Às 15h35min.

do *bullying* - é ocasionado por apelidos vexatórios, humilhações em razão das características físicas ou comportamentais. O modo relacional - ocorre quando uma criança ou adolescente faz tentativas de aproximação dos grupos relacionais da escola e são ignorados, deixados de fora das brincadeiras e conversas. Mais recentemente surgiu o *cyberbullying* - nessa modalidade as agressões são feitas por meios eletrônicos através de mensagens com xingamentos e ofensas em redes sociais. O estudo indica também que a prática do bullying diferencia-se entre meninos e meninas, “Quanto às diferenças entre os sexos, os achados desta pesquisa indicaram que os meninos utilizaram mais empurrões, chutes e socos e as meninas utilizaram mais mentiras e fofocas” (BANDEIRA; HUTZ, 2012, p. 41).

As escolas precisam estar atentas ao recreio, considerando que nestas ocasiões os estudantes, em sua maioria, expressam seu prazer em brincar, conviver com os colegas, praticar jogos. É no momento da proximidade em que experimentam maior liberdade, fora dos limites e das regras da sala de aula. As atividades recreativas possuem grande importância no desenvolvimento psicossocial e motor das crianças. Contudo, tais momentos são relegados à compreensão de intervalo como tempo livre, para os alunos e alunas brincarem a vontade, enquanto os professores e professoras descansam do trabalho. No nosso ponto de vista os intervalos deveriam ser melhor acompanhados por profissionais com conhecimento de recreação. Segundo os autores supracitados “Por vezes, não nos apercebemos da importância do poder educativo destes espaços, pois não há atividades dirigidas, zonas atrativas, nem supervisão capaz de dar resposta às necessidades dos alunos” (SOUSA et. All, 2011, p. 34). Dessa forma, as crianças e adolescentes inventam suas próprias maneiras de interações e brincadeiras que podem resultar em práticas de hostilidades entre iguais e a exemplo da homofobia.

Homofobia é segundo DINIS (2011) um termo que diz respeito às formas discriminatórias contra a diversidade sexual, utilizado para se referir as formas de discriminação contra homossexuais transexuais, mulheres lésbicas e outras expressões da sexualidade divergente do padrão heterossexual. Para o autor o termo homofobia é limitizante, pois, expressa os poderes marcantes da linguagem masculina que utiliza generalizações para dizer sobre as mulheres e o feminino. A homofobia é uma forma de discriminação ainda tolerada no mundo contemporâneo (DINIS, 2011), é possível notar a defesa pública dos direitos de pessoas que sofrem violências sociais a exemplo das mulheres, dos sem-teto, das pessoas violadas nas favelas entre outros, contudo pouco ou quase nada se escuta falar em defesa dos direitos dos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. O silêncio dos agentes públicos a respeito

desta temática representa uma tendência maldosa de coibir as pessoas LGBT de assumirem publicamente sua sexualidade. Essa realidade também se faz presente em nossas escolas.

Assim atestamos,

Na escola a homofobia se expressa por meio de agressões verbais e/ ou físicas a que estão sujeitos estudantes que resistem a se adequar à heteronormatividade, conceito criado pelo pesquisador americano Michael Warner (1993) para descrever a norma que toma a sexualidade heterossexual como norma universal e os discursos que descrevem a situação homossexual como desviante. (DINIS, 2011 P. 42).

Por extensão, o *bullying* homofóbico é uma categoria de agressão dirigida às pessoas que apresentam comportamentos diferenciados do padrão social. Nos estudos de Bandeira e Hutz (2011) aprende-se que as diferenças de gênero entre meninos e meninas estão marcadas desde a infância:

As características que são tidas como traços de personalidade específico dos homens são independência, autoafirmação, tendência ao risco. Em contraste, o feminino é principalmente caracterizado em termos de traços expressivos como cordialidade, amizade, sensibilidade e altruísmo (BANDEIRA; HUTZ 2011, p. 63).

Pessoas que demonstram atitudes comportamentais diferenciadas do padrão socialmente aceito e incorporado nos discursos conservadores, podem se tornar alvos em potencial do *bullying* homofóbico, e a escola pode ser um espaço de reforço do discurso social que rejeita ou mesmo reprime as diferenças, esse pensamento corrobora com os estudos de Junqueira,

Temos visto consolidar-se uma visão segundo a qual a escola não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos (seus corpos e suas identidades), legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação (JUNQUEIRA, 2009, p.14).

Outro fato a ser considerado é a evasão escolar em decorrência do *bullying* homofóbico, “a homofobia é uma das principais causas de discriminação nas escolas” (DA SILVA et. al, 2018 p. 55). E conforme assinala Dinis (2011):

Na escola o *bullying* homofóbico tem resultado na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar (DINIS, 2011, p.42-43).

A evasão escolar desencadeia uma série de outros problemas. A título de ilustração citamos a pouca presença de pessoas LGBTQIAP+ em postos de comando na sociedade em razão da desistência no percurso da formação escolar. Persistem na sociedade os marcadores dos lugares de homens e mulheres padronizados por discursos determinantes dos comportamentos de cada sexo.

Bandeira e Hutz (2011) mostram em seus estudos que o sexo significa a distinção biológica entre homem e mulher, enquanto gênero compreende uma série de significados culturais atribuídos às diferenças biológicas entre eles. Tais diferenças são confundidas, sobretudo, entre crianças e adolescentes, considerando que estes sujeitos vivem o processo de formação humana e necessitam de orientações claras a respeito destas questões. Contudo, constata-se que ainda persiste o silêncio quando os assuntos se relacionam aos temas sobre sexo e seus desmembramentos. Os lugares de fala sobre estas temáticas são cautelosamente escolhidos e a escola faz parte dos componentes influenciadores das demandas conservadoras, a esta compete à incumbência de educar para o controle das expressões da sexualidade.

A pouca oferta de estudos de temas polêmicos na escola, que possam conduzir os estudantes para a compreensão do processo de constituição da pessoa humana em suas complexidades e diferenças, nas temáticas do sexo/gênero/sexualidade, pode deixar um vazio na formação desses estudantes, vazio ocupado por compreensões enganosas e por vezes preconceituosas sobre as diferenças. É o que apontam os estudos de Silva et. all (2018) sobre as consequências da homofobia no espaço escolar:

A homofobia é uma das principais causas de discriminação nas escolas. De acordo com uma pesquisa realizada em 500 escolas, em 2010, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), 26,6% dos/as alunos/as entrevistados/as concordaram com a afirmação “eu não aceito a homossexualidade”; 25,2% concordaram com “pessoas homossexuais não são confiáveis”; 23,2% com “a homossexualidade é uma doença”; 21,1% com “os alunos homossexuais não são normais” e 17,7% com “os alunos homossexuais deveriam estudar em salas separadas” (SILVA et. all, 2018, p.07).

Os dados apontam uma clara preocupação a ser pautada nas nossas escolas. Como estamos formando os nossos alunos? Quais alternativas estão sendo buscadas para preencher os vazios do debate sobre as questões humanas recorrentes no cotidiano escolar, e relacionadas à sexualidade? Estamos de acordo que os desafios são expressivos e revelam a falta de apoio de muitas famílias conservadoras que enxergam na educação sexual uma ameaça à condição heterossexual.

Na contramão dos conservadores dos padrões do sexo/gênero/sexualidade estão os educadores que persistem em estudar e fomentar estes temas nos ambientes escolares com alunos e com professores, de modo a promover a superação do *bullying* nos espaços escolares.

Silva (2020) salienta a importância da leitura na formação crítica dos estudantes, como abordagem eficiente na construção de novos olhares. Segundo este autor, a escola deve favorecer a leitura e compreensão de textos polêmicos com a finalidade de promover a “competência de leitura do alunado”. Dessa forma, o acesso a textos que tratem e retratem a realidade dos alunos, tais como *bullying*, homofobia, sexualidade, poderá redirecionar raciocínios discriminatórios rumo à superação de preconceitos.

Junqueira (2009) ressalta a importância de se produzir estudos e pesquisas sobre a homofobia para que sejam discutidos e representados em novos discursos sobre os gêneros e as sexualidades. O autor defende a necessidade de transgredir a homofobia e reconstruir o respeito às diferenças. A pesquisa científica é um caminho favorável para elucidar o contexto e despertar o interesse dessa temática.

Carvalho (2011) menciona um modelo ecológico de prevenção ao *bullying* como uma estrutura que reflete a inclusão da pessoa humana em sistemas integrados: “Nesta teoria, o desenvolvimento humano ocorre num conjunto de sistemas ecológicos sobrepostos e centra-se na relação de um indivíduo dentro do seu contexto social” (CARVALHO, 2011, p. 98). Ou seja, nessa realidade, a escola deve orientar seus alunos para perceberem que são parte de um todo interligado, cada indivíduo possui suas particularidades, e todos estão integrados a um corpo maior de relações sociais contínuas e interdependentes no espaço das diferentes culturas.

Martins (2019) assinala a importância de fazer emergir as vozes abafadas por preconceitos, vozes que guardam a dor da rejeição e da perseguição escondidas nos “subterrâneos” da sociedade e também das escolas. O ressoar dessas vozes reprimidas faz vir à luz as mais diversas expressões das afetividades e põe em teste o desafio das novas relações sociais.

As eleições presidenciais no Brasil no ano de 2018 são exemplos de intolerâncias acerca das diferenças de sexualidades a serem confrontados e combatidos. Tornou-se pública a distribuição nas escolas do denominado “kit gay”⁵ pelo candidato Fernando Haddad, quando era Ministro da Educação. Em debates, horários eleitorais e nas redes sociais esta discussão

⁵ Reportagem da Revista Nova Escola apresenta o Documento “Escola Sem Homofobia” de formação sobre questões de gênero e sexualidade, que foi alvo de críticas de setores conservadores e teve a veiculação suspensa pela presidência apelidado de “kit gay”. <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>

contribuiu para exposição dos preconceitos e denotações pejorativas em torno da homossexualidade. Ou seja, essa suposta investida educacional do então ex-Ministro lhe tirava os pré-requisitos para ocupar a presidência da República, uma vez que estaria patrocinando, através de materiais didáticos, a “sexualização das crianças” e “destruindo os valores da tradicional família brasileira”⁶.

O Documento em questão, já apelidado de “kit gay”, estava em preparação no ano de 2011 com o nome de “Escola sem Homofobia”⁷. Este documento foi retirado de pauta no Governo de Dilma Rousseff, após forte mobilização de setores conservadores do Congresso. Observamos, junto com Junqueira (2009), que a escola brasileira, na sua constituição histórica, é um “espaço marcado por valores, normas e crenças que reduz a presença dos homossexuais como uma figura considerada “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso” àqueles que não se enquadram nos padrões normatizados” (JUNQUEIRA, 2009, p. 14)-(Aspas do autor).

Por outro lado, no dizer de Martins (et. all. 2020), apesar do crescimento conservador em torno dos estudos de gênero e sexualidade nas escolas brasileiras, acusando estas temáticas de “aniquilar a família tradicional brasileira”, é preciso que o ambiente escolar busque “estratégias de enfrentamento no combate à homofobia” (MARTINS, et. al. 2020 p. 688).

Nesse sentido, a homofobia

Opera não só pelo conjunto explícito de interdições, censuras ou por um código negativo e excludente, mas se efetiva, sobretudo, por meio de discursos, idéias, representações, práticas e instituições que definem e regulam o permitido, distinguindo o legítimo do ilegítimo, o dizível do indizível, delimitando, construindo e hierarquizando seus campos (JUNQUEIRA, 2009, p. 16).

Tanto o *bullying*, como a homofobia são representados por atitudes desumanas, que inferiorizam e humilham as vítimas, os desrespeitando enquanto pessoas de direitos. Assim, a “pedagogia do insulto” que aqui nos referimos se manifesta através de “piadas, ridicularizações, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes e desumanizantes”

⁶ Reportagem sobre as supostas “ameças marxistas dos estudos de gênero” e do “kit gay” à família tradicional brasileira do “kit gay” <https://www.nexojornal.com.br/academico/2020/04/02/kit-gay-e-a-dificuldade-de-desmentir-falsidades-na-politica>

⁷ Este Programa surgiu do Documento Brasil sem Homofobia, onde cada Ministério ficou responsável para criar ações e realizar a sua implementação: Ministérios da Educação, Cultura, Saúde, Justiça, Trabalho e Emprego, Relações Exteriores, as Secretarias Especiais dos Direitos Humanos, Políticas para Mulheres, Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

cotidianamente no ambiente escolar (JUNQUEIRA, 2012, p.69).

Através do Caderno Escola Sem Homofobia (2004) chama atenção para os educadores “que não podem enfrentar aquilo que não enxergam ou não conhecem.” Sendo assim, reiteramos a importância do nosso trabalho de pesquisa com outra questão a partir de Figueiró (2001), quando trata da formação de professores e as questões relacionadas com a sexualidade: Quem educa os educadores? Consideramos necessário que esta discussão chegue até a escola através da formação dos professores fomentando a prática de uma pedagogia do respeito. Daí ser necessário instrumentalizar os professores para que possam exercer na escola o papel de agentes de aprendizagens que apontem caminhos para a construção do respeito e da pluralidade no cotidiano escolar.

3.2 Gênero e Sexualidade em debate

Diante desta problematização, sobre a possibilidade de atravessarmos as relações escolares do insulto para a “pedagogia do respeito”, os autores Da Silva et al. (2018) propõem uma questão: Como efetivamente se pode pensar na desconstrução dos preconceitos no espaço escolar para implementar um espaço inclusivo, onde todos possam participar e (con)viver?

Neste ponto trazemos algumas reflexões a respeito das identidades de gênero e sexualidades como indicadores importantes para formação docente em vista de fomentar novas visões sobre estas temáticas e apontar caminhos pedagógicos para a construção do respeito a todas as formas de expressões do gênero e da sexualidade na escola. Esta perspectiva está indicada nas ações programadas do PNEDH (2008),

Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas; P. 33

A sexualidade pertence ao campo mais abrangente do conceito acerca da constituição identitária do ser humano, como algo diverso e amplo, já que se manifesta de maneira diferente em cada indivíduo. Pertence à parte mais íntima do indivíduo, sendo sua composição mais natural, caracterizando a pessoa. A sexualidade não é a mesma coisa de “sexo”, como afirmam alguns. O conceito de sexo dá-se na constituição da genitália de nascimento que cada pessoa possui.

Gênero, por sua vez, é uma construção cultural, é aquilo que o indivíduo aprende a ser de acordo com os costumes: “O gênero é uma construção erigida sobre crenças, normas, hábitos, valores, práticas e atitudes, onde a diferença biológica entre homens e mulheres é hierarquizada, sendo-lhe atribuído um significado cultural” (NETO; AGNOLETI, (2014, P. 243).

O gênero apresenta-se como uma construção hierarquizada em que a constituição das genitálias impõe os desejos sexuais que deverão ser aprendidos e praticados em relações com padrões socialmente admitidos. A imposição de tais padrões amortece as demais expressões de diversidade sexual existente nos seres humanos. “O fator preponderante na definição da identidade não é o desejo, mas as transformações que as pessoas inscrevem em suas imagens” (NETO; AGNOLETI, 2014, p. 245). Dessa forma, a identidade de gênero está associada à construção da autoimagem relacionada aos fatores psíquicos, emocionais e as interações externas. Todavia, quando a identidade de gênero é divergente do que socialmente considera-se natural para o homem/mulher acontecem pressões sociais advindas da família, escola, igrejas e outros setores culturalmente dominantes, causadores dos condicionantes de gênero.

Para tanto destacamos a colaboração dos estudos, BUTLER (2008) a autora problematiza a questão de gênero como formação histórica e social por meio do discurso compulsório do falocentrismo, dominado pela linguagem masculina de poder. Corrobora com esse pensamento BAKHTIN (2006) quando afirma que as comunicações verbais bem como outras formas de comunicação são utilizadas nas relações de poder, dominação e resistência. Nesses embates dos cotidianos formam-se os conflitos com as adequações ou inquietações frente aos poderes hierárquicos e seus conteúdos de linguagens opressivos.

Dessa forma os discursos de poder têm imposto um modelo padrão do feminino que não responde as principais questões da formação da identidade de gênero, isso em razão da evolução de muitos conceitos e comportamentos presentes na sociedade pós-moderna. Dizer do feminino hoje implica ampliar horizontes de entendimento sobre esta temática. Contribui com esse entendimento Butler (2008) quando afirma não existir uma linguagem impessoal correspondente as devidas adequações sociais das questões feministas sem que estejam fundidas no domínio do sexo masculino,

Os debates feministas contemporâneos sobre o essencialismo colocam de outra maneira a questão da universalidade da identidade feminina e da opressão masculina. As alegações universalistas são baseadas em pontos de vista epistemológicos comum ou compartilhado, compreendido como consciência articulada ou como estruturas compartilhadas de opressão ou transculturais. BUTLER (2008 P. 34).

As estruturas dominantes de poder insistem em manter um padrão do feminino forjado na cultura da fragilidade e da dominação masculina, esse modelo social baseia-se na conveniência do feminino servil ao masculino suscetível as aceitações dos papéis sociais secundários, de esposas e donas de casa, sem que façam sombra aos agentes masculinos em seus postos de poderes legitimados por seus discursos machistas. Segundo LOURO (1999), as identidades sociais são definidas por grupos sociais que vem a representação das identidades como sendo a própria realidade por eles definidas, desse modo ditam as maneiras de ser homem e de ser mulher na vida social, por se sentirem na posição de falar pelas vozes dos outros, assim, “as identidades sociais e culturais são políticas. As formas como elas representam ou são representadas, os significados que atribuem as suas experiências e práticas é, sempre atravessado e marcado por relações de poder” LOURO, (1999, P. 16).

Nesse aspecto insere-se a formação das identidades de gênero e as expressões da sexualidade, os aparelhos sociais de poder insistem em manter as adequações dos comportamentos dentro dos parâmetros da normalidade heterossexual, se alguém deseja viver sua sexualidade de outra maneira, faça isso de modo “discreto”, na sombra social. Corroboramos, “É preciso ser cauteloso e manter a camaradagem dentro dos limites, empregando apenas gestos e comportamentos autorizados para o “macho”. LOURO (1999, P. 28)

De acordo com BUTLER (2008) é possível a construção de uma nova concepção da sexualidade com representações em si mesmas diferenciadas na essencialidade das naturezas construídas livremente dentro dos contextos investigados como lugar próprios das suas manifestações, ou seja, o ser em si mesmo, libertos das concepções culturais impositivas do masculino sobre o feminino.

No lugar de uma sexualidade com “identidade masculina”, em que o masculino atua como causa e significado irreduzível dessa sexualidade, nós podemos desenvolver noção de sexualidade construída em termos das relações fálicas de poder, as quais reestruturariam e redistribuiriam as possibilidades desse falicismo por meio, precisamente, da operação subversiva das “identificações” que são inevitáveis no campo do poder da sexualidade. BUTLER (2008 P. 56).

Concebemos a questão da superação da dominação masculina imposta culturalmente nos cotidianos sociais, como um desafio a ser superado, mediante esforços de mudanças de linguagem, atitudes e comportamentos, BAKHTIN (2006) assevera que as lutas ideológicas também sofrem as influências dos sistemas de controles sociais, nesse sentido as lutas do

feminino empreendidas na busca das autos-afirmações em si mesmas submetem-se por vezes as lógicas dominantes dos sistemas ideológicos acumuladores de formas e práticas direcionadas para as repetições históricas dos padrões estabelecidos. Dessa forma, os educadores identificados com as lutas ideológicas pró-minorias, precisam manter-se vigilantes às possíveis influências dos sistemas de controle.

Nessa direção, corrobora LOURO (2007), da importância de perceber as nuances do poder nas relações de gênero, as superações perpassam por motivações investigativas com a disposição de “voltar o olhar para os processos minuciosos, percorrer com olhar atento os caminhos e as nuances do exercício do poder, “observar por onde ele se infiltra e se disfarça, prestar atenção aos detalhes, às “ninharias”, ao “grão do poder”; ser meticuloso” LOURO (2007, P. 216), mudar a maneira de analisar as dinâmicas das relações de poder na sociedade, abandonando as visões mais amplas e genéricas e focar na visão mais minuciosa e detalhista, migrar das macro visões para as micro visões.

Dessa forma a compreensão das “pedagogias culturais” LOURO (2007), colabora para a identificação dos embates do poder entre os gêneros que ocorrem nas “arenas” sociais, representadas de um lado pelas forças opressoras que buscam negar as autonomias e as diversidades e do outro lado as resistências das minorias oprimidas que se negam render-se as imposições dos poderes multifacetados.

Ressaltamos o aspecto religioso como intervenção eficiente na formulação das ideias do feminino, do desejo e do sexo. As divindades, sobretudo, do Antigo Testamento apresentam o simbolismo do desejo submetido à transcendência divina, nessa direção a realização dos desejos acontecem no campo da ilusão e da fantasia, o que distancia a realização do corpo feminino na esfera real. Assevera Bultler,

Se o simbólico garante o fracasso das tarefas que ordena, talvez os seus propósitos, como os do Deus do Velho Testamento, sejam inteiramente não teológicos, não a realização de algum objetivo, mas obediência e sofrimento, para impor ao sujeito o sentido de sua limitação “diante da lei”. (BUTLER 2008 P. 90),

A ideia exposta compreende a validade da lei acima das realizações das sexualidades e dos desejos. Tais vivências se manifestam ordinariamente no cotidiano das existências dos corpos controlados, vale mais o comportamento padrão do feminino “discreto”, “elegante”, não exuberante, não chamativo de atenção a fim de manter nos compartimentos adequados, sexo, comportamentos, atitudes e desejos. Os mecanismos culturais, famílias, religiões, ciência,

controlam as expressões das sexualidades enquadrando os padrões de desejos e de expressões das sexualidades desconsiderando as possibilidades naturais dos seres, “cada criança contém todas às possibilidades sexuais acessíveis a expressão humana”, BUTLER (2008 p. 112).

Concordamos com LIMA, (2012) sobre a dificuldade de contrapor na escola os pesnamentos das instituições de poder, sobretudo a Igreja, para o autor, “determinadas religiões ainda têm um pensamento ortodoxo com relação à sexualidade, isto é, um pensamento arcaico e puramente preconceituoso” P. 46.

Discutimos como apropriadas as variantes expressões das sexualidades e dos desejos sustentados nas ideias de LOURO (2008), a autora afirma a sexualidade como uma construção histórica instável e cambiante, sujeito as mudanças de contextos sociais, culturais e também subjetivos. “somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes” LOURO, (1999, P. 12) Aferimos desse pensamento que os comportamentos podem mudar, uma pessoa pode nascer em um corpo masculino e estar marcado pela identidade feminina, o mesmo pode acontecer com meninas identificadas com as características do masculino. Tais complexidades se encontram no campo social das existências, e não interessa a este estudo enquadra-las em modalidades corretas e incorretas de existirem, mas sim, fazer central a questão da aceitação e da convivência com todas as diferenças perceptíveis na vida real, em corpos reais, em pessoas com nomes e sobrenomes reais, situados em seus lugares de existência.

Apontamos como ação desafiadora o enfrentamento das questões de preconceitos expressos em atitudes discriminatórias, com isso a inclusão da temática do gênero e da sexualidade no âmbito da escola é algo fundamental para contribuir na formação da personalidade dos alunos nas suas fases de desenvolvimento, assegura LIMA (2012, P.43),

Os conteúdos de cidadania e direitos humanos devem ser bem desenvolvidos na escola logo a partir dos primeiros anos do ensino básico. A finalidade é que tais conteúdos possam contribuir na formação da personalidade do aluno durante a infância, adolescência e fase adulta. Isso tudo para que possamos, enquanto educadores/educadoras sermos agentes na formação de seres humanos com capacidade de discernir aquilo que é justo e que proporciona a felicidade e harmonia para o mundo, desenvolvendo comportamentos que não perpetuem mais a discriminação e o preconceito contra a pessoa humana. LIMA (2012, P. 43).

Para tanto se faz necessário capacitar os profissionais da educação a fim de melhor compreensão da diversidade e dos conceitos a respeito do gênero e da sexualidade e assim foratalecer as atitudes de combate aos preconceitos. Com esse embasamento, os professores poderão melhor debater os temas polêmicos da contemporaneidade. LIMA (2012).

Isto porque, a sociedade estar impregnada com posturas discriminatórias, que insistem em colocar as pessoas em determinados padrões pré-definidos e assimilados culturalmente. Assim nos atesta LIMA (2012), ao nascermos, somos inseridos em determinados contextos com identidades pré-determinadas pela cultura e seus contextos, isso pressupõe que estaremos prontos para conviver bem socialmente em harmonia com os demais seres e a natureza. Contudo esse modo de conceber as relações entre as pessoas é frágil, pois os determinantes sociais a exemplo do poder capitalista diferenciam as pessoas, colocando-as em escalas de valores a partir da lógica do mercado.

Desse modo a competitividade é estimulada e algumas pessoas assumem posturas de superioridade em detrimento das demais. Os grupos mais fragilizados são aqueles identificados como “fora do parão”. Isso porque “a não aceitação ao diferente ocorre por meio do nosso complexo de superioridade em definir aquilo que na nossa concepção é a “verdade””. LIMA (2012, P. 35). Romper com essa dinâmica exige disposição, por isso é mais cômodo colocar no outro a culpa por ser diferente e não adequado à normalidade social.

Nesse propósito, Faz sentido a indicação de SANGENIS, (2018), sobre a educação começar a ser pensada a partir da pedagogia da preguiça, ou seja, pensar as práticas pedagógicas desde os que sobraram, dos considerados fora dos encaixes sociais, dos discriminados por cor da pele, sexo e outras formas de discriminação social. Para o autor nossa linguagem poderia deixar de ser acadêmica e passar para a fala que as pessoas reconhecem e entendem.

Lima (2012 p. 36) indica que “O sistema de ensino brasileiro desde o seu surgimento valorizou um currículo eurocêntrico que priorizou a cultura branca, masculina e cristã”, o que levou ao menosprezo das demais formas de expressões culturais dentro dos currículos e das atividades escolares.

Dessa forma os saberes escolares articulam-se com as ideias do poder que vigia e controla os sujeitos e a escola reproduz as atitudes preconceituosas da sociedade. Dessa forma, podemos dizer que a escola ainda não aprendeu a acolher a diversidade, neste espaço de aprendizagens ainda predomina o ensino sobre as referências de coisas de meninos, e coisas de meninas, nesse leque enquadram-se as brincadeiras, objetos, vestimentas. Os comportamentos, são moldados a partir dos determinantes sociais referidos ao que é adequado e inadequado.

3.3 A Educação Sexual como superação do controle dos corpos

Do ponto de vista de Foucault (2009) os discursos sociais produzem objetos manipuláveis, já que tudo aquilo que se refere às expressões de liberdades de desejos, deve ser “vigiado” de perto pelos olhos do poder. Foucault acentua como diferença mais significativa da dominação dos corpos no século XVIII os movimentos de controles internos, ou seja, o controle é forjado nas ideias neoliberais que são amplamente difundidas em meios de comunicação de massa, de modo que o sujeito se apropria do que se apresenta como valoroso e essencial.

Exemplos dessa dinâmica de poder, que nos ajudam a compreender as questões da sexualidade e do preconceito, são as necessidades de padrões de corpo, de moda, de alimentação, de posturas tidas como padrões aceitáveis. Esses padrões também são usados como parâmetros de aceitação para as relações de gênero, funcionando como força coibidora das expressões das afetividades nas diversidades.

A partir do ponto de vista foucaultiano é possível perceber que nós, educadores, muitas vezes funcionamos como reprodutores dos discursos do poder alinhados aos padrões sociais de dominação e controle. Parece-nos mais conveniente a adequação social/educacional que segue a linha reta, focados em horizontes determinados e determinantes sobre os comportamentos dos corpos controlados. Para Bourdieu (2019), isso se traduz na hegemonia do masculino, a dominação masculina acontece por meio da “violência simbólica”, o autor identifica a dominação masculina como uma “imensa máquina simbólica”, P. 24. Que movimenta a ordem social e determina os papéis das mulheres através da divisão do trabalho e do lugar social que deve ser ocupado por elas. Tal violência é às vezes invisível até mesmo para as vítimas, e se exerce essencialmente através da “comunicação e do conhecimento ou mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância do sentimento”. (BOURDIEU, 2019, P. 12).

Faz parte dessa construção a formação dos corpos com determinantes do lugar sexual do homem e da mulher, no antagonismo alto/baixo colocando o homem na posição do alto (ereção). E a mulher na posição de baixo, representada na submissão. Dessa forma, “o ato sexual em si é concebido pelos homens como uma forma de dominação, apropriação, de posse”, (BOURDIEU, 2019, P. 40). Assim a relação sexual pode ser como relação social de dominação, associando ao homem à erotização através do desejo de dominação e a mulher a erotização mediante o desejo de subordinação.

Realçamos também a ideia de Bourdieu, sobre a dominação masculina como um aprendizado social contínuo e eficaz que acontece por intermédio de disciplinas impostas às identidades dos corpos com coações sobre o modo de vestir, arrumar o cabelo, e maneiras de comportamentos associadas ao modo de andar, sorrir, sentar. (BOURDIEU, 2019). Este autor acentua a necessária reconstrução da história, mediante a des-historização dos processos hierárquicos das instituições sociais como igrejas, escola e estado que silenciaram as mulheres durante muito tempo. Faz-se necessário a elaboração da “história das mulheres” (BOURDIEU, 2019, P. 137), uma nova história que não se contente em descrever as exclusões das mulheres na sociedade, mas, amplie os olhares sobre como se deram tais processos de exclusões e quem os produziu.

Por que não tratarmos da história das mulheres na escola, como conteúdo libertário e inovador? Criar novos vocábulos; pulsar heterotopias. Afirmar a vida; criar outros possíveis. Outras vidas, outros tempos, outros lugares, outras linguagens, outros sujeitos. Outredade (RODRIGUES; SILVA, 2020, p. 18).

Historicamente, as comunidades LGBTQIA+ têm sofrido processos de invisibilidade social, muitos gays, lésbicas, travestis preferem se manter dentro dos espaços isolados, distantes dos olhos julgados da sociedade, para assegurarem suas vidas emocional e se protegerem da violência. As lutas sociais surgem como denúncia contra esses processos de invisibilidade, insistentes em manter a normalidade hétero sexual, nesse sentido o Programa Brasil sem Homofobia mostra-se uma luz no fim túnel, um respiro para essas lutas. Contudo, nada é tão simples e fácil quando se trata de mudanças de posturas sociais históricas. Os entraves desse Programa se sucederam a sua implementação, as discussões e ações planejadas ficaram pelo meio do caminho e não atingiram a abrangência pretendida, pois as escolas públicas e particulares não chegaram a discutir e implementar ações relevantes de combate à homofobia em razão da discriminação ainda persistente em torno da temática.

A referida temática deve ser discutida de forma mais abrangente levando em consideração os contextos sociais nos quais se perpetuam as desigualdades e por vezes o abandono dos grupos minoritários. Não bastam ser elaborados documentos que orientem as práticas educativas curriculares, nos sentido da sexualidade e gênero, uma vez que é necessário, além disso, construir processos de inclusões sociais mais abrangentes, com teor democrático, em que a voz das minorias tenha presença significativa e possa intervir nas decisões políticas sobre educação e outros campos dos direitos.

Contudo, não interessam aos contextos políticos de poder a presença de grupos conscientes com voz autônoma, pois esses grupos incomodam a lógica da dominação e do controle. Foucault (2009) nos ajuda a compreender essa lógica com a teoria dos “corpos dóceis”, em que chama a atenção para o uso dos corpos para fins de poder. Em sua descrição aponta o surgimento dessa ideia no período da época clássica, século XVIII, em que se descobrem os corpos como “objetos manipuláveis que se modelam se treinam, se obedece e se torna hábil” (FOUCAULT, 2009 p. 132).

Podemos perceber, a partir do olhar de Lima (2012), que as ideias surgidas no período clássico, persistem como orientação de organização social, e podem ser hoje ainda mais significativas. O modelo de sociedade capitalista impõe às pessoas o caminho da competitividade que representa a necessidade de ser melhor e maior que o outro. Esse modelo coloca os “diferentes” em situação de prejuízo, pois há uma multidão de “iguais” combatendo as suas diferenças, tentando provar que são melhores que estes, por seguirem o caminho modelador de um pensamento social padronizado.

Os mesmos padrões também são usados como parâmetros de aceitação para as relações de gênero, funcionando como força coibidora das expressões das afetividades nas diversidades. Os discursos de poder, no sentido de formar padrões sociais, geram, segundo Foucault, as tensões de forças para forjar as verdades das coisas e das relações. Para este autor, a verdade se estabelece pelo poder do discurso, e este determina os padrões de gênero, de valores e de comportamentos. É possível notar que tem valido socialmente o discurso do opressor, e este discurso comumente determina a mulher como um ser submisso ao homem, os negros como força de trabalho braçal, e os gays como perturbadores da moral social. A esses se segue uma infinidade de outras determinações acerca de padrões impostos socialmente pela força do discurso moralista.

Tais discursos gerados pelos reguladores sociais, a exemplo da religião e da política, são reproduzidos também nas nossas escolas. Há uma intenção em curso, fundamentada nos discursos morais, que se apresentam em favor da família, da pátria e da religião. Ou seja, o discurso da ordem. A força desses discursos gera reações de aceitações e divergências. Assim ocorreu com o discurso político para as eleições de 2018, quando vozes uníssonas ecoaram nas mídias sociais produzindo efeitos devastadores na concepção da educação sexual nas escolas. A força desse mesmo discurso elegeu até um presidente (Jair Bolsonaro/2018). Notadamente parte significativa dos brasileiros tomou partido contra a ideia do ensinamento das questões de gênero e da sexualidade nas escolas, reforçando os preconceitos e discriminações que

caracterizam as origens do *bullying* homofóbico.

Na verdade, a educação brasileira foi forjada no período da colonização, num contexto que priorizou a educação do branco e desprezou a formação escolar dos negros e índios (LIMA, 2012). Essas raízes discriminatórias permanecem até hoje. Quando tratamos de temas como sexualidade e gênero, a discriminação se torna ainda mais acentuada em razão da força cultural dos padrões de comportamento determinados pela educação de fundamentos religiosos que foram os pilares da formação escolar no Brasil. As raízes de injustiça e desigualdade do modelo de país escravocrata pode ser superada pelo movimento de organização da sociedade civil no qual a educação tem um papel fundamental. Para Junqueira (2009), é necessário superarmos os discursos discriminatórios e excludentes nas nossas escolas pois,

Temos visto consolidar-se uma visão segundo a qual a escola não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, perpetuando concepções, valores e clivagens sociais, fabricando sujeitos (seus corpos e suas identidades), legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação (JUNQUEIRA, 2009, P. 14).

Compreendemos a escola como lugar propício para o crescimento humano, na escola estão presentes crianças, adolescentes e jovens em processo de desenvolvimento e de formação identitária. Por essa razão a escola pode ser uma terra fértil para se plantar novas ideias que minimizem os preconceitos e as intolerâncias. No entanto, a escola permanece como lugar hostil as diferenças, nelas, persiste um discurso de padrão de comportamentos com práticas de rigidez e de controle, na versão militarizada, gerando exclusões com tentativas de nivelamento comportamental.

Dinis (2011), expressa sua preocupação com o acolhimento das sexualidades e das diferenças na escola, pois onde deveria ser espaço de harmonia, reflete na realidade hostilidades com pessoas que se portam diferentes na sua maneira de ser, desde o modo de vestir, sentar, falar, fora da compreensão hétero reguladora das identidades, sobrepondo as diferenças entre coisas de meninos e coisas de meninas.

Pelo exposto, consideramos relevante conversar sobre o histórico das lutas da comunidade LGBT, este grupo social decidiu pelo enfrentamento às hostilidades e desrespeitos sofridos corriqueiramente nos ambientes sociais, constatamos que a decisão do movimento LGBT foi a organização em vista do fortalecendo das vozes da comunidade gay.

4. BREVE HISTÓRICO DAS CONQUISTAS DO MOVIMENTO LGBTQIAP+

Figura 13 Armário com poeira



Fonte: <https://www.42frases.com.br>

Neste capítulo registramos algumas conquistas históricas da comunidade LGBT edificadas no Brasil através das lutas dos movimentos sociais de orientação homossexual, como enfrentamento das práticas de violência social sofrida por essa população. Expomos as iniciativas de marcos legais com finalidade de solidificar os direitos LGBT, os entraves do Congresso para freiar os avanços e as iniciativas de resistências dos movimentos gays e afins para evitar os retrocessos. Discutiremos as linguagens inclusivas como instrumento de resistência e formação das consciências coletivas. Finalizamos a discussão sobre as práticas da educação em direitos humanos, de forma a contribuir com a formação dos professores na perspectiva do enfrentamento as violações dos direitos dos alunos homossexuais.

As tentativas históricas de controle e dominação das identidades e dos corpos provocaram as resistências e os embates sociais: “onde há relações de poder, existe a possibilidade de resistência. Isso porque o poder não nos aprisiona, poderemos sempre modificá-lo, sob determinadas condições e estratégias” (CARDOSO, 2018, P325).

A CF (1988) atesta em seu Art. 5º que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A partir desta garantia assegurada na lei maior do país, as discussões de temas relacionados aos direitos humanos ganham força, e as lutas contra a homofobia adquirem maior visibilidade. A sociedade civil organizada avança nas buscas por direitos coletivos e individuais, entre estes estão as pessoas gays, lésbicas, travestis, transsexuais e outras minorias subjugadas socialmente em razão das suas identidades sexuais e de gênero.

As vozes dos homossexuais brasileiros começaram a serem ouvidas de modo mais consistente através do Jornal Lampião e do grupo Somos de São Paulo, ambos tiveram curta duração, em média um ano e meio, contudo foram um importante registro do ativismo gay no Brasil. (SIMÕES, 2010). Esses movimentos tiveram significativa influência nas articulações dos grupos de resistência da comunidade gay, assinala Simões,

“Em fevereiro de 1979 deu-se o seu aparecimento público numa semana de debates sobre “movimentos de emancipação de grupos discriminados” promovida pelos estudantes do Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo quando o grupo foi batizado como Somos” (SIMÕES, 2010, P. 17).

O autor indica o Somos como um grupo voltado mais para questões internas dos subgrupos de identificação feministas. Consideravam importantes os relatos e trocas de experiências, o grupo era base de apoio afetivo com laços de amizade entre os seus integrantes. (SIMÕES, 2010). Havia uma parceria entre o grupo Somos e o Jornal Lampião, a edição número 10 do jornal (março de 1979), deu ampla visibilidade ao grupo Somos, com destaque para as suas experiências e aos chamados “movimentos de emancipação”. (SIMÕES, 2010).

Um recorte importante das lutas gays foram os anos 80/90 com o surgimento e enfrentamento da AIDS, “A epidemia deu ensejo a uma inusitada aproximação entre os ativistas homossexuais e as autoridades médicas”, (SIMÕES 2010, P. 25), pessoas que haviam passado pelo grupo Somos, tiveram destaque nas reflexões e busca de soluções para a questão de saúde que acometia em sua maioria as pessoas homossexuais. Os diálogos a respeito dessa problemática fez surgir em São Paulo a primeira ONG-AIDS: Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS – GAP/SP, em 1985, essa articulação teve uma resposta governamental com a criação do Programa Estadual de São Paulo de enfrentamento da doença com a direção do médico Paulo Teixeira. (SIMÕES 2010). Esse Programa tornou-se referência para todo o país e foi um marco importante dos direitos das pessoas homossexuais contaminados pela AIDS.

Cabe ressaltar a importante participação de pessoas que passaram pelo Somos e pelos outros grupos de São Paulo no processo que fez surgir a primeira ong-Aids brasileira, o, bem como a resposta governamental configurada no programa estadual de São Paulo, o primeiro criado no País. Sob a direção do médico Paulo Teixeira (que tivera alguma proximidade com o Somos nos seus primórdios), esse programa tornou-se um referencial importante de orientação não discriminatória e de defesa dos direitos dos afetados.

Destacamos no ano de 1995 a fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Bissexuais, Transexuais e Intersexos – ABGLT, a partir do VIII Encontro de Gays e Lésbicas, em Curitiba, neste evento participaram 84 entidades ligadas aos movimentos LGBT brasileiros, outro dado importante foi o financiamento deste evento com recursos públicos do Ministério da Saúde, (SIMÕES, 2010). Ainda no ano de 1995 a então deputada federal de São Paulo Marta Suplicy apresenta na Câmara dos Deputados o Projeto de lei no. 1.151/95 que diz

respeito a união civil entre pessoas do mesmo sexo. (SIMÕES, 2010). E ainda o Projeto de lei 672/2019 que inclui na lei de Racismo a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero.

O Programa Brasil sem Homofobia foi um reforço para as lutas das comunidades LGBTPQIA+, idealizado no Governo Lula em 2004 foi uma proposta de educação pensada para ser aplicada como instrumento de formação docente e de prática pedagógica na tentativa de formar os professores para o combate das discriminações e da homofobia na escola, foi resultado de muitas articulações dos movimentos LGBT em torno dos direitos humanos na busca de viverem suas liberdades sexuais.

Um dos objetivos centrais deste programa é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Buscamos a atitude positiva de sermos firmes e sinceros e não aceitarmos nenhum ato de discriminação e adotarmos um “não à violência” como bandeira de luta. (BRASIL, 2004, P. 07).

Este documento surge das bem sucedidas articulações entre o Governo Federal (Lula/2004), e a sociedade Civil Organizada, que direcionou o Plano Plurianual – PPA 2004-2007, com abrangência no Programa de Direitos Humanos voltado para ações de combate às discriminações e violências contra homossexuais. O Plano foi dedicado a Janaína, uma travesti engajada na luta por seus direitos,

Janaína foi registrada na certidão de nascimento com o nome de Jaime César Dutra Sampaio. Cearense do município de Canindé tornou-se Dr. Jaime ao se formar em Direito. A tendência ao travestismo, porém, foi mais forte do que as convenções sociais e Jaime se assume travesti, passando a viver como Janaína. Foi a primeira, talvez a única vez em toda história do Brasil, que uma travesti conseguiu sua carteira e filiação junto à OAB (BRASIL, 2004, p. 08).

Entretanto, a proposta não é foi acolhida no Congresso por ser considerada uma afronta à família tradicional brasileira. O documento foi apelidado de forma pejorativa de “kit gay” causando muitas polêmicas entre os políticos de linha conservadora no Congresso, que julgaram a propositura inadequada para ser ensinada nas escolas brasileiras. Acontece, então, o recuo do governo Dilma Rousseff (2011), que claramente cede aos grupos conservadores em nome da sua governabilidade.

No ano de 2013 o então deputado federal Jean Willys (PSOL) solicita através do requerimento de informações, esclarecimentos sobre a suspensão de envio para as escolas dos kits pedagógicos do Programa Brasil sem Homofobia, no mesmo requerimento, solicita informações sobre as despesas de confecção do material, considerando os gastos indevidos dos

recursos públicos, uma vez que o material pedagógico não foi utilizado. Não visualizamos no Portal da Câmara informações sobre eventuais respostas do Ministério da Educação direcionadas ao requerimento do deputado Jean Willy. Atualmente o Programa Brasil sem Homofobia encontra-se sob veto do Congresso e não está na pauta de discussões.

O Governo Bolsonaro (2018), provocou um importante retrocesso nas discussões da temática dos direitos LGBTQPIA+, o então presidente, defendia abertamente ideias conservadoras acerca da família e da heteromartividade. No ano de 2011, quando ainda era deputado federal, Bolsonaro afirmou que seria incapaz de amar um filho homossexual. Quando presidente, em evento evangélico na cidade de Imperatriz/MA, no ano de 2022, afirmou: “O que nós queremos é que Joãozinho seja Joãozinho a vida toda. Mariazinha seja Maria a vida toda, que constituam família, e seu caráter não seja deturpado em sala de aula”⁸.

A postura do chefe do estado de barrar projetos de leis não conservadores atrasou as demandas dos movimentos dos gays, lésbicas, transsexuais, e outros afins, que poderiam estar mais consolidados não fossem os direcionamentos que o governo Bolsonaro deu a essas pautas. Em seu governo tomou medidas de travar as questões dos direitos LGBTQIAP+, indicando ministros conservadores, a exemplo de Damares, então ministra dos Direitos Humanos, esta ministra afirmou publicamente que “meninos devem vestir azul, e meninas rosa”, tais falas vindas de representantes do povo, geram reforço nos papéis conservadores do lugar da mulher e do homem na sociedade e reforçam a homofobia e a postura de não aceitação das diferenças.

No âmbito da educação escolar o tema da sexualidade aparece pela primeira vez como conteúdo de orientação curricular nos PCNs (BRASIL, 1997). Esta temática estava interligava-se à preocupação com as doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo o HIV e o aumento da gravidez de adolescentes. A perspectiva curricular desse documento eram os temas transversais, dentre estes a sexualidade. Esta iniciativa do Ministério da Educação, sob a gestão do então Ministro Paulo Renato de Souza, demonstrou atenção com a formação dos estudantes na perspectiva da “relação entre educação e a inclusão dos sujeitos de direitos” (RODRIGUES; SILVA, 2020, p. 06).

⁸Maiores informações consultar: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/bolsonaro-adota-fala-homofobica-e-defende-que-joaozinho-seja-joaozinho-a-vida-toda.shtml>.

O documento mais recente sobre a educação no Brasil é a BNCC⁹ – Base Nacional Comum Curricular trata-se de um documento normativo, ou seja, todo o sistema de ensino nacional precisa adequa-se a esse documento seguindo suas orientações para implementações dos seus conteúdos nas escolas. Contudo, em termos de discussões a respeito da sexualidade e seus desmembramentos como gênero e homofobia, este documento não traz direcionamentos significativos, o mesmo discorre sobre a sexualidade no âmbito da biologia com a indicação da disciplina de ciências para ensinar sobre aspectos da sexualidade nos anos finais do Ensino Fundamental. Assim está dito em um dos objetivos: “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” BNCC, P.349.

Em contrapartida aos poucos instrumentos para o trabalho pedagógico na escola sobre respeito de gênero, sexualidade e direitos, temos o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH, com início no ano de 2003 no governo de Lula deu início e foi concluído no ano 2006. Este documento teve a coordenação do então ministro da educação Cristovam Buarque. Foi um marco importante para a disseminação de discussões importantes acerca dos direitos das minorias. Afirma o documento que o processo formativo pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições básicas da liberdade para o exercício da crítica, da criatividade, do debate de ideias e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade (PNEDH, 2008, p. 18).

O PNEDH reconhece como direito coletivo a livre expressão das pluralidades e valorização da diversidade, e aponta a educação como instrumento do exercício dos debates de ideias e da criatividade. Estamos de acordo com Rodrigues e Silva (2020), quando apontam que a educação pode contribuir para “novos possíveis”, quando prioriza a busca do conhecimento dos processos de domínios imperialistas, e faz do conhecimento um ato de liberdade e compromisso com novos olhares sobre a sociedade e as liberdades individuais e coletivas. Contudo, o PNEDH não conseguiu atingir significativamente as escolas do Brasil e pouco se escuta falar desta importante ferramenta de formação.

Em paralelo às demandas sociais das lutas das comunidades LGTBQIA+, subsistem as expressões populares na busca por direitos, um desses exemplos são as paradas de orgulho gay que a cada ano reúne milhões de pessoas na cidade de São Paulo, principal capital onde acontece esse movimento, com o objetivo de apresentarem suas pautas políticas de

⁹Documento online, disponível:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf.

reivindicações por direitos, e também expor seus modos de viverem suas afetividades.

Na Paraíba identificamos a realização da parada do orgulho gay nas cidades de caçazeiras (1ª edição 2022), João Pessoa (14ª edição 2023).

Figura 14 - Parada do Orgulho Gay



Fonte: <https://www.showdiario.com.br/noticias/entretenimento/589055/>

Simões assinala que as mais bonitas esperanças para os movimentos LGBT vêm das ruas com as Paradas de Orgulho LGBT, “onde as diferenças se mostram e convivem de forma estimulante e pacífica no mesmo espaço público” (SIMÕES, 2010, P. 34). Esses momentos de encontros nas ruas são estímulos para as lutas e renovam o desejo de uma sociedade onde se respeitem as diferenças com o acolhimento das multi-identidades.

4.1 A Linguagem Inclusiva

Hodiernamente reproduzimos em nossas falas e escritas linguagens preconceituosas que reforçam hostilidades perpetuadas em nossa sociedade especialmente contra as mulheres e a tudo que se refere ao feminino, “Através da linguagem criamos consciência e talvez possamos modificar padrões de pensamento. Ao mudar a forma de escrever e falar podemos mudar também a nossa mentalidade e das pessoas com quem nos comunicamos”. (FISCHER, 2020, P. 05).

Está em curso a propagação do uso da linguagem inclusiva como uma forma de resistência aos domínios da sexualidade, sobretudo, do domínio da linguagem masculina como integradora das expressões de gênero. Os movimentos feministas e os grupos LGBT, têm insistido que usos comuns da linguagem as quais fomos submetidos no processo de alfabetização e correntemente no uso da gramática, deixam de fora muitas identidades não

contempladas em falas genéricas. Frases como: O homem é dotado de inteligência, essa frase referindo-se as pessoas como dotadas de inteligência não inclui homens e mulheres. Quando pior há a associação positiva do uso dos substantivos quando referidos ao masculino e denotação negativa quando passa para o feminino, é o exemplo do substantivo mundano – (referente a mundo); e mundana (prostituta), observa-se que o mesmo substantivo, muda de sentido quando passa do masculino para o feminino.

Está em uso na linguagem de posts e campanhas de comunicação o uso da letra X e @, para marcações de gênero, como nos exemplos, ‘todxs’, ‘noss@s’. FISCHER, (2020), aponta que essas mudanças no uso da escrita embora simpáticas, não garantem a inclusão da igualdade de gêneros e ainda criam o problema de leitura para os deficientes visuais. Argumenta o autor: “Além disso, não promove uma real mudança na maneira de pensar mais inclusivamente. Não faz muito sentido ser neutro sem ser inclusivo”. (FISCHER, 2020, P. 07).

Outra expressão de linguagem que está se tornando popular é o uso dos pronomes ‘todos’, ‘todas’ com a nova inclusão de ‘todes’, usadas comumente nas saudações de reuniões coletivas. Sobre isto, ressalta Fischer, que esta tentativa da linguagem de se fazer acolhedora e inclusiva, não se sustenta na ortografia, para além de algumas frases, nesse sentido, fica ainda uma lacuna nas expressões gramaticais com predomínio da linguagem masculinizada quando referente aos coletivos. Assevera o autor: “fato é que não existem regras previstas nos dicionários, corretores ortográficos ou manuais de redação e sequer há uma unanimidade entre os que apresentam soluções para aplicar o gênero ‘e’.” (FICHER, 2020, P. 07).

O mesmo autor aponta algumas saídas para desconstruirmos o uso da linguagem excludente e preconceituosa: “Não use o termo ‘homem’ para se referir a homens e mulheres, como se fosse uma palavra universal. É a validação do sexismo mais explícita que existe. Substitua por ‘ser humano’ ou ‘humanidade’ para se referir ao conjunto da espécie humana”. (FICHER, 2020, P. 09).

A nossa fala do cotidiano inclui expressões naturalizadas como abragentes para referir-se aos homens e as mulheres, a gramática da língua portuguesa, utiliza comumente o plural dos pronomes no masculino, para falar dos coletivos, e foi dessa forma que fomos alfabetizados. Quando estamos reunidos em grupos com a presença de mulheres e homens e mesmo com pessoas de outras identidades de gênero, costumamos dizer “eles” reproduzindo, assim, o aprendizado gramatical com o uso dos pronomes plurais no masculino. Para superar esse aprendizado Ficher nos propõe:

Evite o uso de ‘eles’, ‘aqueles’ e substantivos no masculino para se referir a pessoas não identificadas ou desconhecidas. Muitas vezes o pronome pessoal ou masculino genérico é desnecessário e pode ser eliminado ou substituído por ‘quem’, ‘alguém’ ou outras palavras que mantenham o mesmo sentido. (FICHER, 2020, P. 09).

Em razão da nossa formação poderemos cometer equívocos gramaticais devido a nossa formação escolar de toda uma vida sem, contudo, alimentarmos a intensão de excluir. Dessa forma concernem a todos, todas e todes, o esforço permanente de mudarmos nossa linguagem escrita e falada. Pequenas atitudes cotidianas do uso da linguagem poderão fazer a diferença na vida social com o cultivo do respeito às diversidades. As leis sociais que estabeleceram as desigualdades com o predomínio da lógica de poder, dominação e opressão, pode nos parecer as vezes intransponíveis, em razão das sedimentações históricas do machismo, arraigado em nossos aprendizados, familiares, escolares e regionais. Contudo, esmorecer não é uma opção para os que sonham com um mundo transformado por novas práticas educativas em que o respeito ao próximo e as práticas de liberdade existam e subsistam.

4.2 Pressupostos da Formação Docente em Direitos Humanos

A formação docente é muito mais do que difundir conhecimentos. Refere-se a construção do pensamento crítico na perspectiva de compreender o contexto histórico com capacidade reflexiva e consciente em vista da transformação social. Nesse sentido a formação docente significa processos de ampliação dos horizontes acerca de temáticas revelantes para o trabalho docente. Significa também colaborar para as mudanças sociais com base em saberes diversos em torno das realidades fundamentais da humanidade, a exemplo dos direitos humanos. Demanda constituir processos nos quais os docentes se reconheçam como participantes, e não como meros espectadores, o que garante maior engajamento nas ações desenvolvidas na escola, sobretudo àquelas atividades que exigem maior empenho dos professores. Corroboramos com a ideia da “formação menor”, discutida nos estudos de Ribetto (2011).

Nesse modelo formativo são destacados os conhecimentos do dia a dia dos professores que, por vezes, deixam em segundo plano os conhecimentos hegemônicos a respeito da educação e de outras temáticas relevantes para a vivência pedagógica. Para a autora, “a formação menor, através do riso, do sonho, do êxtase, do delírio, da poesia, quebra em mil

pedaços a ideia de Uma realidade, de Um significado, de Uma maneira de produzir conhecimentos” (RIBETTO, 201, p. 116). Nesse sentido, a formação docente é feita e refeita no cotidiano educativo, mediante a prática/reflexiva, de forma colaborativa com os sujeitos do processo educativo, enxergando o valor de seus saberes “menores”, suas poesias, risos e angústias. No nosso entender, essa prática se alinha a uma educação que tem por norte os Direitos Humanos.

Num contexto de mudanças velozes, como o vivido pela sociedade contemporânea, notamos o acirramento das desigualdades sociais, das polarizações ideológicas aliadas ao agravamento dos preconceitos étnicos/raciais e de gênero. Nesse tempo de conflitos e desigualdades, a população LGBT sobrevive em um mundo hostil, em que a própria existência física pode estar ameaçada. Um simples passeio na rua pode deixar marcas de violências para sempre na vida dessas pessoas, quando não perdem a vida por motivos fúteis de agressão. Dessa forma, concordamos com Carvalho (2014), que não haverá mudanças significativas na educação, e por conseguinte na sociedade, sem engajamento na formação docente, que deve ser repensada sob o ponto de vista dos direitos humanos e dos valores constituintes, assegurados a todas as pessoas. Assim, a formação docente *em e para* os direitos humanos poderá contribuir para situar os professores em um mundo diverso, cheio de contradições e desequilíbrios, convidados a atuarem como fator de mudanças na construção da cidadania.

A educação *em e para* os direitos humanos articula-se com os valores da solidariedade, partilha, igualdade na diferença e na liberdade, pertinentes à dignidade da pessoa humana. Nessa lógica, a formação docente deve criar as ligações entre estes valores sem descuidar dos pontos da educação escolar indicados nos conteúdos curriculares, do saber pedagógico e das experiências. São essas articulações que anunciam as dimensões emancipadoras e transformadoras do processo educativo: “É através delas que é possível sensibilizar-se, indignar-se, atuar e comprometer-se” (CARVALHO, 2014, p. 191).

Inferimos em nossos estudos que os direitos são uma unidade indivisível, interdependente, e inter-relacionada, já que nenhum direito sobrevive alheio aos demais: quando um direito é violado, todos os outros também o são, assim a educação concebida como um direito social é inviolável, e sendo esta negligenciada desde a formação docente universitária até a prática pedagógica na escola, os outros direitos serão também infringidos e negligenciados.

Todavia, não será viável a formação docente em direitos humanos se não houver o comprometimento dos professores, pois a prática pedagógica dever estar em consonância com

a prática de vida do professor, do contrário, serão vazias, porquanto “Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo, é fazer certo” (FREIRE, 1996, p. 34).

A formação em direitos humanos ganha corporeidade na escola:

A escola, assim como a universidade, constitui-se em um espaço de socialização de experiências, saberes, aprendizagens, cultura, diversidade, representando assim um ambiente de afirmação da cidadania (CARVALHO, 2014, p. 194).

Para tanto, faz-se necessário a construção coletiva do planejamento pedagógico no qual todos sintam-se implicados e comprometidos, de modo que os estudantes enxerguem na organização pedagógica da escola um modelo de vivência democrática, não autoritária, para o favorecimento da participação coletiva e do diálogo. Nesse sentido, a escola tem o caráter de política pública, nela desenvolvem-se aprendizagens para a vivência plena dos direitos e da cidadania, em suma a atuação docente deve conduzir processos que priorizem o ser humano com base nos princípios da igualdade, liberdade, respeito às diversidades e acolhimento às diferenças, constituindo-se como *remédio* para superar a intolerância, a homofobia e as demais formas de preconceitos.

Com efeito, consideramos importante a discussão de alguns conceitos tais como diversidade sexual, gênero e identidade *de gênero* na escola, e, sendo assim, a educação poderá situar o estudante no campo da pluralidade sexual no ambiente escolar e social: “Não é possível definir a sexualidade humana sem deixar escapar algumas possibilidades de construções identitárias plurais e densas, afinal “definir é limitar” (NETO; AGNOLETI, 2014, p. 243).

Pelo exposto, compreendemos que interpelar o tema da diversidade sexual na escola é tarefa complexa. Em muitas ocasiões, o educador poderá ficar solitário no debate, pois parece proibido tocar em temas que envolvem conceitos religiosos ou discursos de poder que hierarquizam o masculino sobre o feminino. Os educadores que estiverem dispostos a discutir gênero e sexualidade num ambiente escolar hostil a esta reflexão, necessitam nutrir-se de conhecimentos científicos e devem estar atentos com a postura cuidadosa de uma linguagem não discriminatória para o “árido trabalho de desconstrução de mitos, não só junto aos estudantes, mas também por seus responsáveis” (NETO; AGNOLETI, 2014, p. 246).

Portanto, faz-se necessário pensar a educação pautada na inclusão e no respeito às diversidades sexuais, considerando tratar-se de um direito social inalienável, cercado de proteções legais conquistados a duras penas em processos históricos de organizações sociais.

Entre elas, mencionamos as lutas da comunidade LGBTQIA+, população que enfrenta temores e vulnerabilidades.

Outra questão relevante para essa discussão é o papel das famílias, o acolhimento que deveria acontecer seria em casa, mas este acaba por ser o lugar onde tem início grandes sofrimentos para os gays, lésbicas, travestis e outras expressões de gênero. Rejeições e abandonos compõem muitas histórias vividas pela comunidade LGBT, uma vez que as repressões vivenciadas em família apresentam-se no formato de imposições autoritárias de comportamentos padrões e até mesmo com castigos físicos: “Culpas e acusações são trocadas por pais atônitos e confusos, que, despreparados para lidar com uma questão tão delicada, muitas vezes enveredam por um caminho de negação e de rejeição”. Muitos pais expulsam seus filhos da convivência familiar, e esses são atirados na sarjeta e largados a própria sorte: “O sofrimento é intenso, e há mesmo aqueles que apelam para saídas mais drásticas, como a automutilação e o suicídio” (NETO e AGNOLETI, 2014, p. 247).

Somadas às rejeições praticadas na família, está também à escola como aparelho ideológico reprodutor de práticas discriminatórias contra essa população, representadas em atitudes preconceituosas e cerceadoras das liberdades, perpetradas em métodos de ensino moralistas e repressores. Há, portanto, a urgente necessidade de se colocar em pauta nas esferas pública (escolas) e privada (famílias) a discussão sobre os direitos humanos em que compete liberdade de expressão das sexualidades e das identidades de gênero. Torna-se imprescindível a construção do modelo de uma educação dialógica que aborde temas nem indispensáveis para a solidificação dos direitos humanos, a exemplo do respeito às diferenças, do cuidado com o outro, assim como a prevenção da saúde sexual e a gravidez precoce. Dessa forma,

A relação escola-família deve, no lugar de constituir uma parcela de recrudescimento da opressão, possibilitar a compreensão, a tolerância, o respeito e a valorização da diversidade. Por outro lado, o grande período de permanência na escola amplia as possibilidades relacionais e afetivas, não podendo a instituição se eximir ante a relevância da abordagem dessas questões representando um lócus privilegiado para o debate (NETO; AGNOLETI, 2014, p. 248).

A escola pode minorar o sofrimento das vítimas de preconceitos mediante a intervenção docente e a apropriação de metodologias de ensino que favoreçam a reflexão sobre a temática. Quando a escola se omite de enfrentar o *bullying* homofóbico, reforça o sentimento de inadequação dessa parte da população, culminando na baixo-autoestima e abandono da escola.

A educação desempenha na sociedade o importante papel de ensinar *a ver*, não no sentido da visão controlada e ou manipulada, mas, sim, de uma visão livre e democrática sobre questões sociais que envolvem as vidas dos sujeitos; questões essas que dizem respeito ao cotidiano e ao modo de ser e estar no mundo. Ensinar a ver é um trabalho educativo permanente que passa pelos princípios formulados pela UNESCO: 1. Aprender a conhecer; 2. Aprender a fazer; 3. Aprender a conviver e 4. Aprender a ser (CALISSE, 2014). Dessa forma, a educação em Direitos Humanos se propõe a desenvolver um método crítico de aprendizagem no qual os alunos são sujeitos do processo. Sendo assim, o processo metodológico aqui desenvolvido visa criar, a partir de uma pesquisa ação, um ambiente participativo, favorável para o envolvimento dos professores, nos sentido de buscar conhecimentos sobre a diversidade gênero, a homofobia e as várias expressões de sexualidades.

Sem a efetiva participação dos professores torna-se mais complexo o caminho para novas atitudes frente aos conflitos que acontecem na escola envolvendo a homofobia. Portanto, é necessária a abertura para fazer novas práticas pedagógicas, através de um processo dialógico “crítico e consciente”, que vise o acolhimento das diferenças (CALISSE, 2014, p. 111). Mudanças ocorridas no mundo nos últimos séculos tornam ainda mais necessária a formação para se pensar as diferenças. Nesse sentido, a escola carece de estratégias para o ensino de valores perdidos, e, ou, enfraquecidos na sociedade ao longo dos anos.

Nesses termos, para educar, sempre foi necessário estudar, conhecer, aprender. Ainda mas agora, este processo estar complexo, e exigem de nós, professores, uma reflexão e reelaboração constantes sobre as metodologias de ensino. (CALISSE, 2014). As mudanças no mundo desafiam a formação de professores a responder de modo eficaz as lacunas da educação dos dias de hoje, e, nesse cenário, a problemática da diversidade sexual é uma realidade desafiadora para o cotidiano escolar. A existência de pessoas que vivem e se expressam de modo diferente dos demais ainda causa rejeições e violências. A formação em Direitos Humanos compreende um processo metodológico divergente da discriminação por orientação sexual e expressões de gênero, de maneira a ensinar a ver as demandas existentes na escola no processo de concretização e efetivação dos direitos. Em razão disso, não é suficiente desenvolver na escola apenas os conteúdos curriculares obrigatórios. Para se formar pessoas comprometidas com a sociedade e edificadas no direito, no respeito dos sujeitos, a formação carece de intervenções adequadas dos profissionais docentes.

Pelo exposto, o caminho desejável é composto por procedimentos que culminam no processo de ensino/aprendizagem focados no desenvolvimento das habilidades e competências do aluno. As estratégias metodológicas não estão dissociadas umas das outras, mas sim constroem partes de um processo integrado, em que cada ação se liga coerentemente à construção do conhecimento. Os saberes precisam fazer sentido para a vida dos alunos, e esses devem se reconhecer como sujeitos do processo, na elaboração dos seus direitos e também dos direitos de seus semelhantes. Tal fato deve ser viabilizado na escola, na família e outros ambientes, nos quais precisamos desenvolver atitudes respeitadas coletivas e individuais.

Educar para os Direitos Humanos abarca a clareza sobre o perfil do aluno que queremos formar. Assim, direcionamos nossa reflexão para as competências que estão indicadas nos currículos escolares, em sua maioria limitados ao desenvolvimento das habilidades de leitura, cálculo e escrita. Em reuniões de planejamento, costuma-se ouvir que esse resultado já é o bastante; que quando a escola consegue atingir os alunos por essas habilidades, já realizou o seu papel. Também por isso, a metodologia da Educação em Direitos Humanos é desafiada a integrar os aspectos das habilidades de leitura, escrita e cálculo à capacidade de construção do saber crítico, no qual “o educando/a faz a distinção entre direitos e deveres e consegue expressar e defender seus direitos à saúde, educação, moradia, a terra, ou a dignidade do trabalho” (CALISSI, 2014, p. 114). Nesse âmbito, acrescentamos a capacidade de o educando/a praticar atitudes de respeito às diversidades da escola para ser possível reconhecer o outro como igual em dignidade. A esse respeito podemos atestar que a educação em Direitos Humanos se contrapõe aos saberes fragmentados da formação pedagógica, defendendo um conjunto de saberes integrados.

Nas escolas existe a tendência de predomínio do ensino com divisão das disciplinas, sem que estas indiquem clareza na sua função, como explica Calissi (2014): “Na prática, estas disciplinas se tornam muitas vezes incomunicáveis, a concepção sobre o que é e qual a função das disciplinas escolares é diversa” (CALISSI, 2014, p. 116). O autor aponta que alguns pensadores consideram o conhecimento escolar dependente do conhecimento acadêmico, sendo o primeiro a expressão simplificada do segundo, apresentada ao aluno pelo professor na sala de aula. No entanto, o saber escolar é relativamente independente do saber acadêmico, pois aqui se tem a ideia de que na escola os saberes são elaborados e reelaborados pelos professores e alunos em uma dinâmica de construção/desconstrução de conhecimentos advindos à escola por diversos canais, incluindo-se aqueles saberes adquiridos na convivência familiar e comunitária.

Porquanto a Educação em Direitos Humanos propõe a criação de processos formativos que promovam a construção da cidadania, o que perpassa pelo “conhecimento dos direitos fundamentais e do respeito à pluralidade e às diversidades” (CALISSI, 2014, p. 117). Para a realização dessa tarefa formativa é necessário dialogar com as diferentes áreas de conhecimento, pois não se faz cidadania na escola sem que haja o entrecruzamento dos saberes jurídicos, culturais e sociopolíticos. Conquanto, abrem-se as possibilidades de saberes conectados com a realidade dos estudantes, saberes que adentram no ambiente escolar e se juntam aos conteúdos formais, transformando-os e complementando o conhecimento num processo transversal e interdisciplinar: “A transversalidade estabelece relação entre conhecimentos sistematizados de forma interdisciplinar e questões da vida real e de sua transformação” (CALISSI, 2014, p. 118).

A partir do olhar sobre a importância da formação docente apresentamos no capítulo subsequente os resultados da nossa pesquisa com os dados coletados mediante questionários, visitas na escola campo e seminário realizado com os professores e professoras participantes deste estudo. Apresentamos o nosso produto pedagógico como resultado do nosso processo de formação, este instrumento consta de informações sobre a homofobia e tem sugestões de práticas que podem contribuir na superação do *bullying* homofóbico no ambiente escolar.

5. COMPOSIÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA: UM OLHAR SOBRE SI MESMO

O Auto Retrato
 No retrato que me faço
 - traço a traço -
 às vezes me pinto nuvem,
 às vezes me pinto árvore...
 às vezes me pinto coisas
 de que nem há mais lembrança...
 ou coisas que não existem
 mas que um dia existirão...
 e, desta lida, em que busco
 - pouco a pouco -
 minha eterna semelhança,
 no final, que restará?
 Um desenho de criança...
 Terminado por um louco!

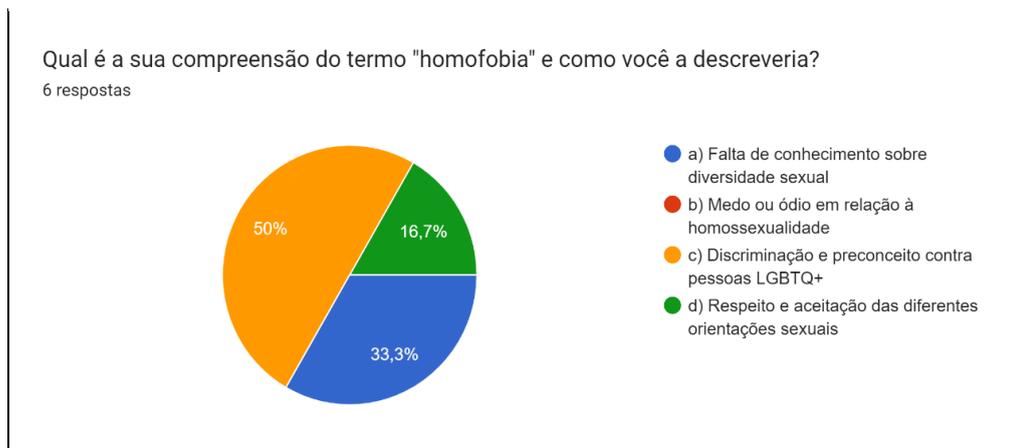
Mario Quintana

A poesia de Mario Quintana é o nosso portal para transpor as superfícies das nossas autoimagens no que dizem respeito as nossas práticas em sala de aula e a forma de nos relacionarmos com os nossos alunos e alunas. Pode ser comum pensarmos que estamos fazendo o nosso melhor, quando na verdade, ao confrontarmos outros pontos de vistas, poderemos perceber a necessidade de avançar no melhoramento das nossas práticas educativas no ensino, nos relacionamentos e nas fundamentações dos nossos conhecimentos.

Dessa forma seguem neste capítulo os resultados das entrevistas realizadas com os seis professores da Escola Maria Lourdes de Souza Amorim, realizadas através de questionário online elaborado na ferramenta do *Google Forms* e enviado por meio de link para os professores e professoras colaboradores do nosso estudo. Registramos as nossas impressões acerca das contribuições, ao passo que conjuntamente dialogamos com as referências teóricas sobre nossas impressões.

O questionário foi composto por dez questões de múltiplas escolhas, optamos por perguntas mais diretas com a intenção de facilitar a comunicação com os professores a partir daquilo que seria nossa intenção saber sobre os pontos de vista dos professores

Gráfico 4 – Compreensão sobre Homofobia



Fonte: Elaborado pela autora

Perguntamos inicialmente a respeito do conhecimento prévio dos professores/professoras sobre o conceito de homofobia. Parte deles/delas afirmou que homofobia significa respeito e aceitação das orientações sexuais. Constatamos que 16,7% dos participantes possuem compreensão errônea a respeito da homofobia. Afirma Dinis (2011), sobre a homofobia ser o preconceito e a discriminação contra as pessoas homossexuais, diz o autor que essa forma de preconceito é ainda tolerada na nossa sociedade e muitas vezes utilizada para afirmar a masculinidade. Nenhum professor respondeu que homofobia está associada ao medo e ódio das pessoas homossexuais. Para Dinis, (2011), é importante reconhecer a linguagem como construção cultural, implicando a negação de neutralidade nas formas de expressão utilizadas socialmente e também nos ambientes escolares, dessa forma a análise do significado do termo homofobia diz muito sobre a importância de falar a esse respeito nos ambientes da educação, em vista de confrontarmos possíveis preconceitos existentes e por vezes não expressos entre os educadores.

O conhecimento do conceito de homofobia atrela-se a construção social da sexualidade nomeada nas teorias pós-estruturalistas de heteronormatividade (CARDOSO, 2018). Este saber refere-se a regulamentações da sexualidade condicionando as práticas sexuais à reprodução da espécie, objetivado no padrão heterossexual. Louro, aponta as regulamentações da sexualidade relacionadas ao domínio de classe, a burguesia do século XIX, busca moldar a sociedade e seus dispositivos entre os quais estão a política e a sexualidade de acordo com os seus valores, “Era basicamente um projeto colonizador” (LOURO, 1999 P. 55).

Este projeto demarcava os papéis masculinos e femininos exercendo permanente vigilância dos comportamentos sexuais não conjugais e não heterossexuais. Essa prática de

vigilância persiste nos dias atuais e são representadas por discursos políticos de rejeição as diversidades sexuais, e na religião se sobrepõem nos ensinamentos sobre desvios, pecados e de erros.

A dificuldade em acolher as expressões de sexualidades que se apresentam na escola pode está relacionada com a pouca formação dos professores a respeito da temática da diversidade e do respeito às sexualidades. Observamos através do gráfico abaixo que alguns professores participantes da nossa pesquisa já tiveram acesso a alguma formação sobre a homofobia, contudo, os resultados revelam a necessidade da maioria dos professores de aprofundarem essa temática.

Gráfico 5- Formação sobre Homofobia



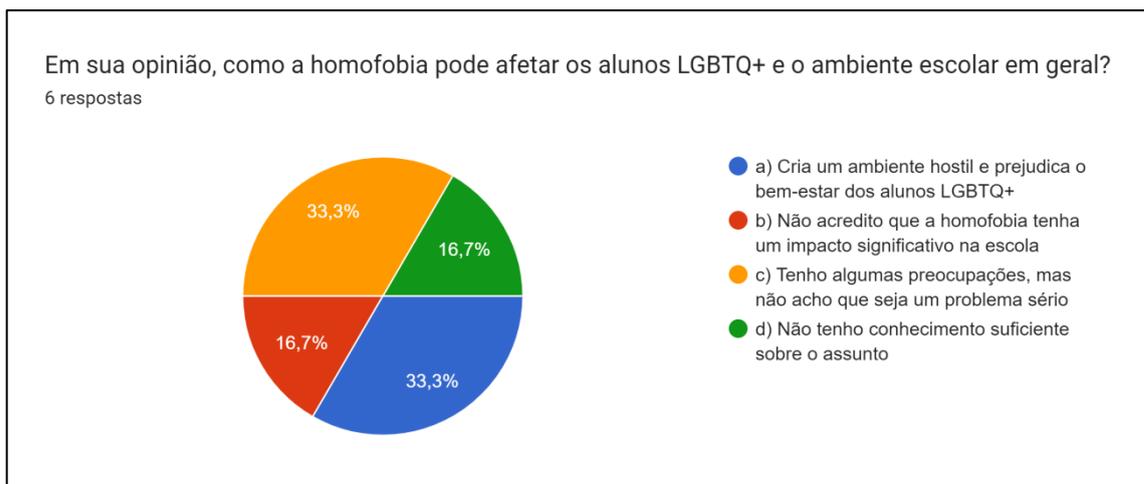
Fonte: Elaborado pela autora

Na perspectiva da educação em direitos humanos, Candau (2007) afirma da necessidade de transformar mentalidades, atitudes e comportamentos nas práticas cotidianas, a autora ressalta que cada ambiente precisa de abordagens adequadas, não podemos utilizar as mesmas linguagens e metodologias em todas as etapas de formação, cada fase necessita de abordagens específicas, dessa forma a formação continuada de professores faz-se um impositivo fundamental para a mudança de mentalidades e práticas.

Louro, 1999, afirma existir uma espécie de segregação sexual na escola, segundo a autora, a homofobia é não somente consentida, mas é também ensinada no ambiente escolar, dessa forma é comum acontecer de pessoas se recusarem a se aproximar dos homossexuais e afins, para não serem confundidos com as mesmas práticas, dessa forma a homossexualidade parece ser para alguns, algo contagioso, criando-se assim, a necessidade de manter a distância

de tais sujeitos. O gráfico sobre o ambiente escolar e homofobia revela em seus resultados semelhante com a discussão de louro, pois, a maioria dos professores da pesquisa afirma que a homofobia na escola não é algo sério, ao ponto de prejudicar os alunos LGBT, essa visão é preocupante, uma vez que pode revelar a segregação de que fala Louro, considerando que quando não nos aproximamos das pessoas e mantemos a distância, não conseguimos perceber a dor que está no outro.

Gráfico 6 – Ambiente escolar e Homofobia



Fonte: Elaborado pela autora

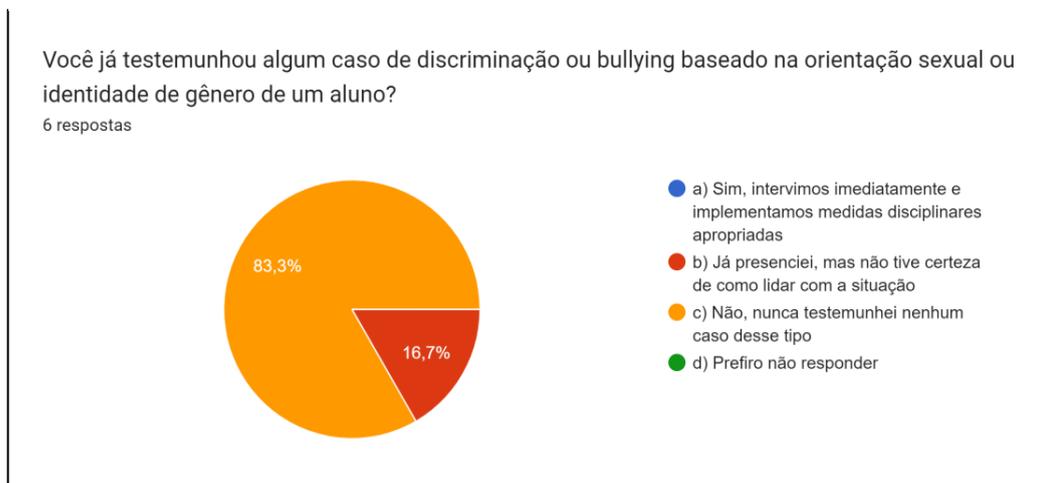
A escola é um espaço social onde ainda persiste a existência dos discursos hegemônicos de controles, subsistem as separações binárias entre coisas de meninas e coisas de meninos, é comum observarmos nos intervalos das aulas, uma divisão nas ocasiões de descontrações, os meninos agrupam-se para realizar seus momentos de brincadeiras, geralmente em torno de uma bola, as meninas juntam-se para dançar, e/ou praticar brincadeiras mais “femininas” a exemplo de pular corda, pique-esconde entre outras. Aqui não discutimos as brincadeiras em si, pois consideramos todas elas pertinentes aos meninos e as meninas, o nosso destaque refere-se aos agrupamentos, a separação nítida que acontece nos momentos livres da escola. Tais divisões são reflexos de processos de ensinamentos históricos de divisões entre as categorias do masculino e feminino que ainda persistem.

O embate dos dias atuais centra-se na necessidade de compreender e explicar que os esquemas binários não correspondem mais a nova realidade, Carvalho, problematiza sobre as múltiplas posições de gênero e sexualidade, a autora nos aponta:

O maior desafio da nova realidade não é somente admitir que os esquemas binários para explicação do gênero e sexualidade já não servem mais, mas também perceber que as posições de gênero e sexualidades são múltiplas, as fronteiras estão sendo constantemente ultrapassadas e mais, que a forma de ser de alguns sujeitos é justamente a fronteira. Os corpos trans, ou corpos em fronteira, são corpos rejeitados pela escola, justamente porque não buscam o enquadramento nem aceitação, mas romper com a lógica dominante de uma identidade normal. CARDOSO, 2018, P. 330.

Observamos neste resultado um provável silenciamento das realidades sofridas pelos homossexuais na escola, a maioria dos professores participantes afirmou nunca ter presenciado nenhum tipo de discriminação na escola em relação aos alunos homossexuais, seria uma realidade para ser comemorada, contudo, sentimos a necessidade de ponderar a esse respeito, uma vez que os dados estudados apresentam uma crescente hostilidade a presença de pessoas homossexuais nos ambientes sociais nas quais se inserem também as escolas. Os fatos indicam que a partir do Governo de Bolsonaro (PL), quando este se apresentava claramente homofóbico, cresceram as denúncias de agressões e violências sofridas pelas pessoas homossexuais¹⁰. Será que a escola está isenta dessa realidade?

Gráfico 7 – Testemunho de casos de homofobia o ambiente escolar



Fonte: Elaborado pela autora

¹⁰ De acordo com o Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o Disque 100 registrou 2.536 denúncias de janeiro a maio deste ano, contra apenas 565 no mesmo período de 2022 – o que indica um aumento de 303%.

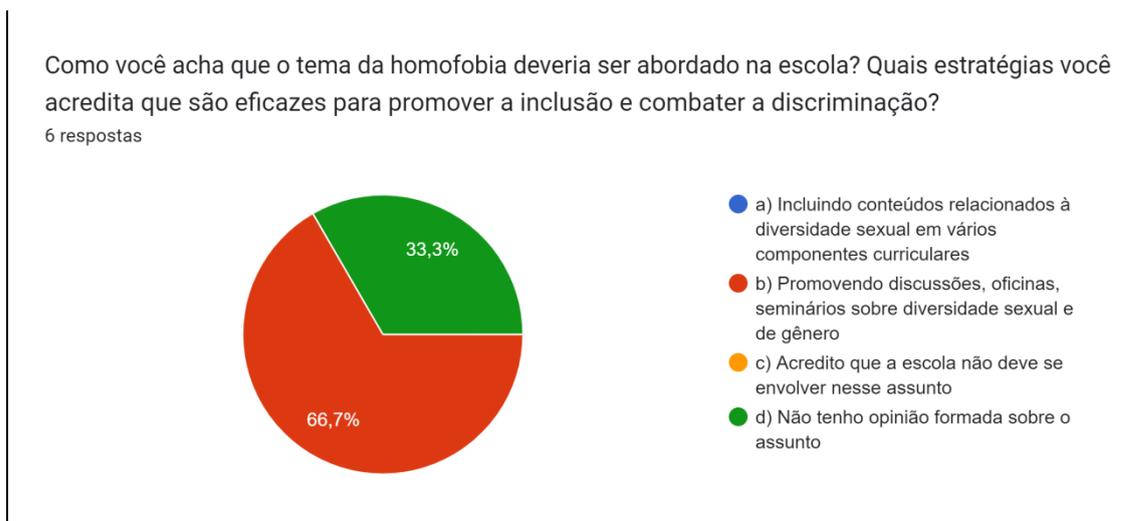
Sobre esta temática Dinis, 2011, reflete sobre a omissão que pode existir na escola:

Esse silenciamento, que se traduz também na omissão quando aparecem os casos de violência física ou verbal sofrida por estudantes que expressam sua diferença sexual e de gênero, é compartilhado pelas (os) professoras (es) que evitam discutir o tema da diversidade sexual e de gênero nas escolas. DINIS, 2011, P. 43.

Assentamos a existência de tabus a respeito da sexualidade na escola, muitos professores reservam-se ao silêncio sobre este tema por motivos diversos, entre os quais pode estar a pouca habilidade para tratar do assunto em razão da falta de formação sobre esta temática.

Neste ponto compreendemos que mesmo predominando a postura reticente da maioria dos professores, há o desejo de discutir este tema na escola, nesse sentido esta pesquisa trará uma boa contribuição no fomento desta conversa importante a ser realizada na escola.

Gráfico 8 – Discussão da Homofobia na escola



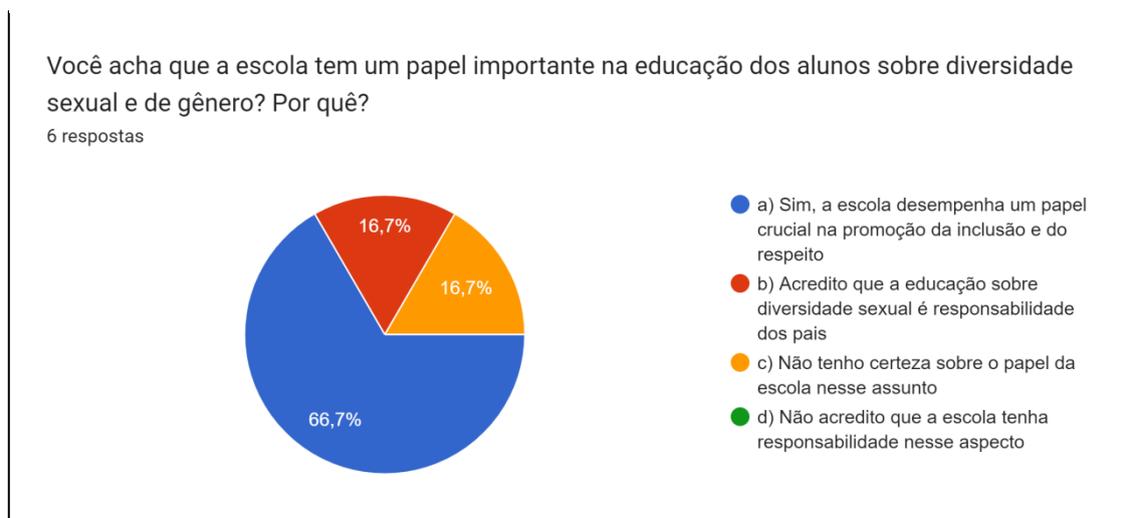
Fonte: Elaborado pela autora

Atestamos os estudos de SILVA (2016), em pesquisa realizada com alunos e egressos da UFMA - Universidade Federal do Maranhão – sobre o conceito de gênero e a crítica a dominação masculina sobreposta ao feminino. A autora analisa por meio da história oral a trajetória das construções das identidades sexuais na vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Desse estudo destacamos a fala de uma participante a respeito da construção das suas ideias de sexualidade:

Jéssica salienta e defende a importância da inocência infantil e da pureza da criança. Reitera que viveu sua infância brincando de boneca, fazendo casinha e panelinha de barro, mesmo! Ressalta que era tão inocente que quando os adultos conversavam, nós crianças não fazíamos questão de estar juntos. Diz que só veio a despertar para questões da sexualidade na adolescência, período no qual sua vida deixou de ser tão tranquila. O que se percebe é que Jéssica compreende sexualidade apenas como relação sexual, sendo este um ato impuro o que aumenta e cerca o assunto com tabus, preconceitos e impede uma conversa franca e desprovida de entraves entre pais e filhos, entre crianças e adolescentes e as pessoas adultas. Além disso, ao demonstrar uma opinião pessoal, com certos silenciamentos, reforça a ideia de que apenas algumas pessoas são autorizadas a falar da sexualidade, demonstrando ser esta uma abordagem que deve ser permeada por um discurso normatizante, entendido por ela, como princípios bíblicos. SILVA, 2016, P. 115.

Este recorte diz da importância de discutirmos temas relacionados a sexualidade na escola cada vez mais cedo, em vista de proporcionar aos nossos alunos a compreensão desmistificada das identidades sexuais. Com isso realçamos a ideia sobre a não existência de um único modelo de sexualidade, cada sociedade conduz suas ideias a respeito da sexualidade construídas a partir de seus discursos e apresentadas como verdades. Carvalho apresenta alguns dispositivos de saber poder edificados nos regimes sociais, a partir do século XVIII, “histerização do corpo da mulher; pedagogização do corpo da criança; socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso”. (CARDOSO, 2018, P. 324). Para a autora estes dispositivos formaram o mecanismo da sexualidade, eles não ocorrem isoladamente, mas encandeiam-se como reforço do controle dos corpos e das resistências.

Gráfico 9 – Papel da escola sobre diversidade



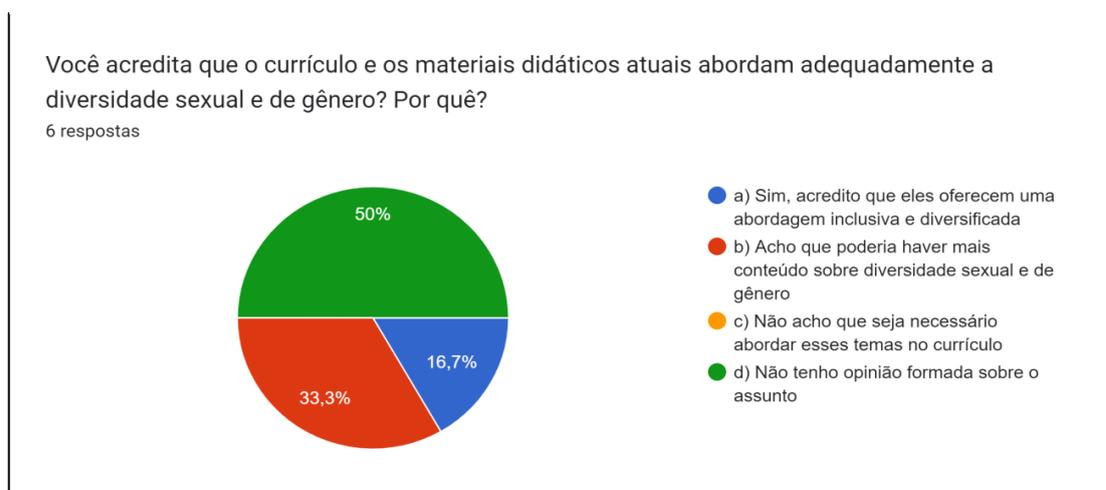
Fonte: Elaborado pela autora

Nesta consulta, a maioria dos professores concordam com a importância de a escola formar os alunos para o respeito à diversidade, embora ainda tenha professores que não concordem sobre essa importância e até aqueles que compreendem ser a educação para a diversidade sexual papel da família. Ponderamos ser essa discussão uma representação da sociedade, as pessoas dividem-se no tocante a formação sexual, muitos consideram que a escola não deve ser agente nesse assunto, e que essa formação deve ser resguardada à família. Contudo, insistimos nessa importância, considerando a formação para o respeito um imperativo necessário à construção de uma sociedade mais humanizada e respeitosa. Estamos de acordo com Louro 2007, sobre sermos intolerantes ao desrespeito:

Desprezar alguém por ser *gay* ou por ser *lésbica* é, para mim, intolerável. No entanto, na nossa sociedade, essa parece ser uma atitude comum, corriqueira, talvez mesmo “compreensível”. Conviver com um sistema de leis, de normas e de preceitos jurídicos, religiosos, morais ou educacionais que discriminam sujeitos porque suas práticas amorosas e sexuais não são heterossexuais é, para mim, intolerável. LOURO, 2007, P. 203.

Para nós também é intolerável desrespeitar as pessoas em razão das suas orientações sexuais. E quisá se fosse intolerável para toda a sociedade! Dessa forma, corroboramos ser a educação uma ponte substancial entre as pontas soltas na sociedade nas quais estão de um lado pessoas que se consideram normais por viverem os padrões da heterossexualidade e do outro àqueles e aquelas marcados de pervertidos e destruidores dos padrões familiares.

Gráfico 10 – Currículo, Gênero e diversidade



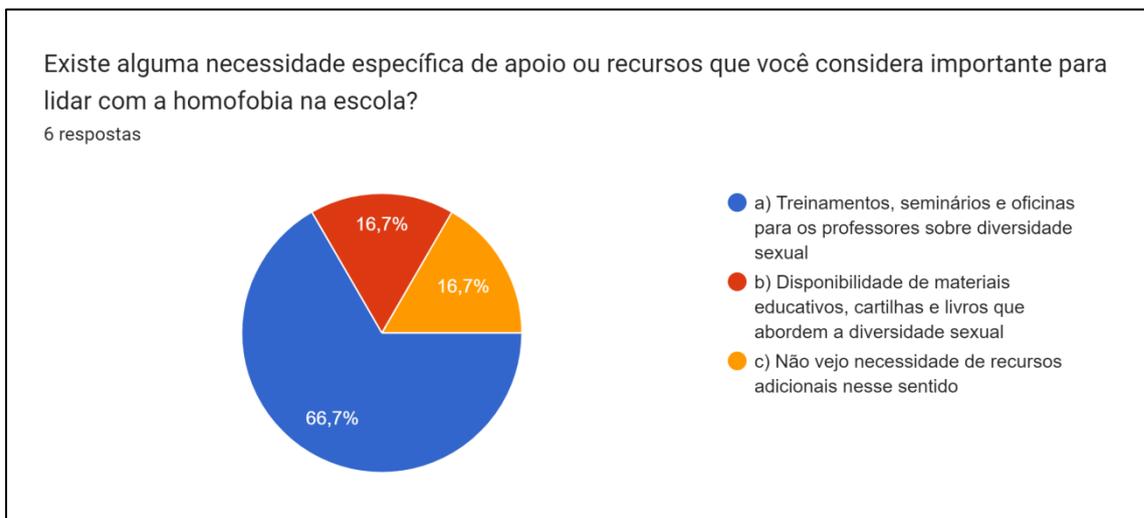
Fonte: Elaborado pela autora

Essa discussão é interessante do ponto de vista da importância do currículo na dinâmica da escola. É o currículo que indica os caminhos do ensino, com os métodos e práticas melhor favoráveis ao êxito daquilo que se pretende como conteúdos e vivências na no cotidiano da escola. Prado et all, 2013, problematiza esse tema considerando as dimensões curriculares como fator determinante no sexismo na escola, exposto no tratamento diferenciado com emninas e meninos, sugere os autores:

Frente a esse conjunto de questões, é desejável que o professor venha a desenvolver um conjunto de estratégias de combate às discriminações no campo do gênero na insistência de modelos que rompam as estereotípias e ofereçam às crianças e jovens a possibilidade de viver experiências menos discriminadoras e mais favoráveis a uma equidade de gênero quanto à participação de alunos e alunas nas atividades escolares. PRADO et all, 2013. P. 29.

Arriscamos aludir de modo geral, os currículos escolares como representações em seu cerne, de ideias políticas dimensionadas em suas elaborações, quase sempre alheias as realidades das escolas e dos públicos atendidos. Desse modo podemos considerar os currículos idealizações do poder social multifacetado e suas imposições aos corpos sob a forma do controle dos padrões. Nesse sentido o poder representa uma teia que se espalha na sociedade e que estabelece e determina as relações, “o poder está nas relações”, (CARDOSO, 2018 P. 322). Tal controle se exerce de maneira mais enfática sobre a sexualidade. As instituições sociais a exemplo da religião, família, escola e estado, elegeram um modo de comunicação assentada no binômio certo/errado para dizer sobre como as pessoas devem se comportar e quais atitudes são aceitáveis para a vida social.

Gráfico 11 - Recursos importantes contra a homofobia na escola



Fonte: Elaborado pela autora

Neste recorte os professores dizem da necessidade de treinamentos por meio de oficinas e seminários, para melhor lidarem com a homofobia na escola, de fato, percebemos como ainda poucas, as oportunidades de formação no que tange as questões da sexualidade e ainda menos sobre as diversidades sexuais e a homofobia. Corroboram RODRIGUES, et al, 2013, P. 169: “Embora a diversidade sexual esteja na escola como enunciado, as políticas públicas de formação de professores não dão conta de satisfazer a fragilidade do vivido pelos professores”.

Os ensinamentos a respeito do sexo e da sexualidade perduram na indicação negativa e proibida desta ligação, como uma espécie de lei feita para assegurar o distanciamento entre a prática do sexo associada ao prazer, corrobora Foucault, “não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças [...]” (FOUCAULT, 2014a, p. 92). De acordo com CARDOSO, (2018), essa ação do poder se dar em todos os âmbitos sociais de modo uniforme, embasado na ideia de lícito e ilícito com o objetivo de transformar sujeitos em pessoas subjugadas. Nesse sentido os corpos são alvos do poder para serem adestrados por meio de regras de comportamento enquadrados nas categorias de aceitáveis e rejeitados.

Para Foucault, o poder não se apresenta como negativo, se assim o fosse seria rejeitado, pois somente teria serventia para reprimir, proibir, mas se ele é aceito socialmente é porque sua face é agradável e produz saber,

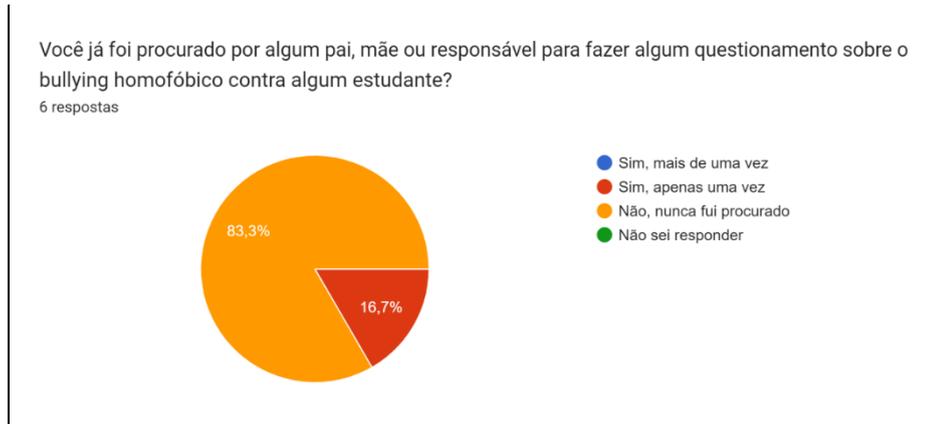
Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte é porque produz efeitos positivos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também no nível do saber. (FOUCAULT, 2015, p. 239).

Concebemos a ideia de Foucault, relacionada à construção do conhecimento em vista da geração do prazer e da alegria. Apresentar os mecanismos da sexualidade e dos desejos associados à ideia de felicidade pode ser um atrativo mascarado do poder para manter os sujeitos dentro da sua lógica dominante. Ilustramos esse ponto de vista a partir da construção do saber religioso disseminado entre as pessoas como fonte de alegria. Nessa visão as pessoas serão felizes se participarem do seguimento de suas orientações forjadas em seus discursos, e suas crenças, com argumentos sustentados na ideia de família padrão, constituídas por mãe, pai e filhos. Apropriam-se desse ensinamento muitos setores da sociedade.

Posto isso, concebemos a escola como instituição participante dessas construções sociais, cabendo a ressalva de que muitos educadores e educadoras teimam em seguir linhas

contrárias, com fomentos de ideias e práticas de ensino sobre a sexualidade que imprimam em seus alunos o respeito e o acolhimento as sexualidades e identidades de gênero.

Gráfico 12 – Família e bullying homofóbico na escola



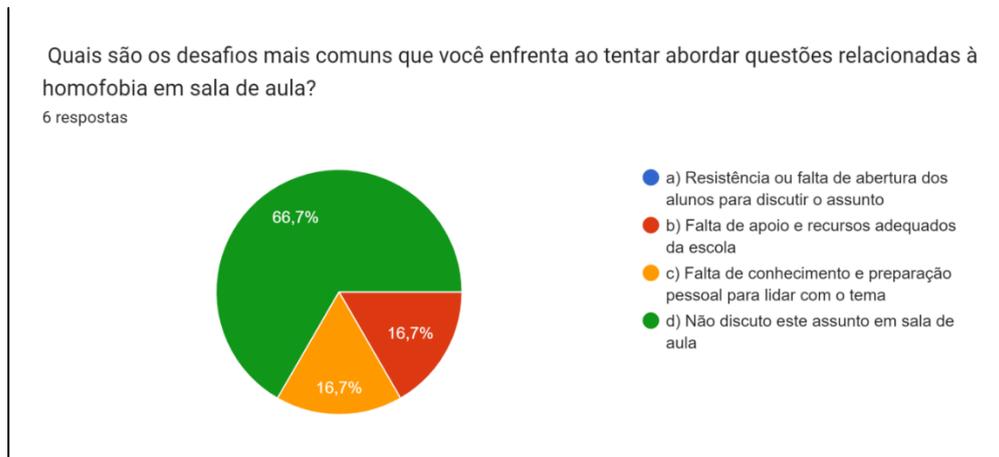
Fonte: Elaborado pela autora

Pelo exposto no gráfico, depreende-se a existência de silenciamento sobre a homofobia na escola e nas famílias. A homossexualidade é um assunto ainda censurado em muitas realidades familiares e também escolares. Em seus cotidianos as famílias e as escolas notam as características homossexuais dos meninos e meninas, percebem as piadinhas e as gozações dirigidas a esses sujeitos, contudo optam por não verem, não ouvirem e muito menos falarem sobre o assunto. Assim atestamos:

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. LOURO, 1999, P. 31.

Nesses contextos, homossexuais, meninos e meninas, escolhem viver em grupos isolados, nos quais exercem com maior liberdade suas expressões de afetividades com toques e palavras receptivos nesses ambientes de convivências. Os próprios homossexuais manifestam sua condição humana e decidem assumir os discursos sobre si mesmos com o uso de linguagem construída com suas próprias falas que dizem sobre suas existências e experiências. Assim, teimam em sair dos enquadramentos sociais e das normas repressoras e insistem por viverem em si mesmas as essências dos seus sentimentos e desejos, tais pessoas ultrapassam as lógicas estabelecidas pelas instituições de poder/saber, “Onde há relações de poder, existe a possibilidade de resistência”. (CARDOSO, 2018, P. 325).

Gráfico 13 – Desafios para o enfrentamento da homofobi na sala de aula



Fonte: Elaborado pela autora

Confirmamos neste resultado o que dissemos anteriormente. Quando o assunto é homofobia, predomina-se o silêncio e edifica-se a ideia de que não existem esses fatos no dia a dia da escola. O Programa Brasil sem Homofobia (2004), chama a atenção sobre pesquisas realizadas recentemente pela UNESCO envolvendo estudantes brasileiros, bem como os pais e professores do ensino fundamental, estas pesquisas revelam que pais e professores tendem a silenciar, e até mesmo colaborar com a reprodução do preconceito e da violência contra pessoas homossexuais. Segundo pesquisa realizada em quatorze capitais brasileiras, um terço dos pais de alunos não aceitam a amizade de seus filhos com colegas homossexuais, taxa que sobe para 46% na cidade do Recife. Denota-se uma maior rigidez às aceitações sobre as homossexualidades na região Nordeste, visto que esta região do Brasil é conhecida por ser constituída de homens machos tendo a rudez como virtude.

Aponta Louro (2007) sobre a relevância de refletirmos os modos como se regulam as normas e a vigilância dos sujeitos quando assumem as identidades e as formas de exercerem os seus prazeres sexuais constituídos em homens e mulheres na convivência em sociedade. Reiteramos os apontamentos de Nascimento, quando afirma:

As redes de significação da sociedade insistem em nomear grupos e relações Criando, uma dinâmica de padronização que afeta os indivíduos trans. O desconhecimento de quem são, marginaliza suas diferenças produzindo valorações negativas e intolerâncias. NASCIMENTO, 2019, P. 19.

O trato dispensado às pessoas trans no sentido de reforço negativo das suas identidades, pode ser aplicado às demais expressões de identidades de gênero e práticas afetivas divergentes das ideias hegemônicas, pois “as representações são recriadas alimentando as hegemonias culturais”. NASCIMENTO, 2019, P. 19.

Finalizamos o nosso estudo com a apresentação do produto pedagógico, como proposta prática para trabalhar todos ou parte dos desafios destacados na nossa pesquisa. Trata-se de uma cartilha informativa, elaborada no formato lúdico, com recursos de ilustrações, histórias baseadas na realidade social, construídas com linguagem simples objetivando a melhor compreensão. As histórias têm cunho real porque falam de situações corriqueiras nas famílias e na sociedade, contudo não retratam histórias acontecidas de fato, com uma exceção, pois uma das histórias foi elaborada com base nas partilhas dos professores feitas no seminário realizado na escola campo. Usamos nomes fictícios nas histórias contadas.

Compomos a cartilha com dinâmicas, resultantes de vivências em formações de professores e trocas de experiências feitas entre colegas professores nos espaços escolares. Este produto será oferecido no formato impresso aos professores participantes desta pesquisa, a gestão da escola campo e as secretárias de educação dos municípios de Guarabira e Alagoa Grande, esta última em razão de ser a instituição onde estamos locadas por concurso público. Desejamos e nos dispomos a estender esse conteúdo no formato virtual, em PDF, a todos os professores que tenham interesse nesse produto.

Consideramos essencial ampliar as vozes dos atores que integram os movimentos LGBT por essa razão, nesta cartilha oferecemos um instrumento no qual os educadores poderão compreender melhor cada temática estudada no nosso trabalho, consideradas relevantes para o enfrentamento da homofobia na escola. Nossas contribuições estão organizadas em textos que apresentam perspectivas sobre a educação, no sentido de mostrar aspectos da educação em e para os direitos humanos e suas metodologias para o amparo das pessoas vulneráveis da sociedade e também da escola.

5.1 Nossa galeria – Motivação para o dia a dia

A galeria de fotos dos eventos da escola, durante o ano letivo, que apresentamos aqui é um mosaico colorido e vibrante de memórias e aprendizados. Cada imagem captura um momento único, desde as expressões concentradas dos alunos no combate ao suicídio, colação de grau e até os sorrisos radiantes nas apresentações culturais. Essa galeria não é apenas um registro de atividades; é um testemunho do crescimento, da criatividade e do espírito comunitário que floresce nos primeiros anos de escolaridade.

Figura 15 – Dia do Folclore



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 16 – Dia do professor na escola



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 17- Ações de prevenção ao suicídio – setembro 2021



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 18 – Colação de Grau da turma do 5º ano de 2021



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 19 – Encerramento do ano letivo 2021



Fonte: Acervo pessoal da autora

6. PONDERAÇÕES FINAIS



“A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem”.

Paulo Freire

Esta pesquisa foi concebida no sentimento de empatia que nutrimos por nossos alunos em geral, e ainda mais, pelos alunos que apresentam vulnerabilidades diversas, e por essa razão, podem sofrer de tratamentos por parte dos seus colegas de escola e em algumas circunstâncias também de professores. Ao longo da nossa pesquisa, constatamos diversas produções teóricas que discorrem sobre a temática da homofobia na educação, nesse sentido o nosso trabalho não é incomum, contudo, traz a novidade de ter sido desenvolvido por uma pesquisadora que não é militante nas causas LGBT, que não vêm desses movimentos, embora reconheça a importância social e política de cada um deles.

O nosso lugar de origem é a Igreja Católica, Instituição que agrega diversas ressalvas a respeito das vivências homoafetivas, e ensina em seus discursos que a homossexualidade é pecado, condenada por Deus. Não adentramos na discussão teológica dessa temática porque não foi esse o nosso objetivo. Nossa aspiração foi refletir sobre as violências que as pessoas LGBT sofrem todos os dias na nossa sociedade e também na escola.

Do lugar de onde viemos, trazemos o aprendizado do amor universal e do respeito irrestrito a todas as pessoas humanas. Na nossa vivência escolar buscamos aplicar estes valores no nosso ofício de professora, por vezes falhamos, e não são poucas vezes, mas, persiste o desejo de fazer da escola um lugar de acolhimento, onde seja agradável para todos e todas estarem e permanecerem, seja qual for a orientação sexual implícita ou explícita que cada pessoa imprime em suas identidades de gênero.

Esse estudo foi atravessado por muitos desafios, a saúde chamou forte para o cuidado do corpo, e assim atendemos, realizamos uma cirurgia que nos deixou três meses sem conseguir produzir conteúdos da pesquisa, o corpo doía, a recuperação foi lenta, assim, mantivemos o cuidado que o corpo precisava naquele momento. Após a cirurgia vieram algumas doenças ocasionais que também limitaram as produções. Não podemos esquecer a importância da nossa família para a nossa recuperação e a compreensão da orientadora, do mestrado, que aguardou com paciência e afeto o nosso retorno às produções. Passados estas tribulações, retomamos o nosso percurso, pois tínhamos em vista a importância da nossa pesquisa para o nosso crescimento pessoal e profissional, o compromisso com o Programa de Formação de Professores, e também o desejo de colaborar com a prática educativa da escola onde atuamos na função de professora do fundamental I.

Nos apontamentos finais da nossa pesquisa, olhamos no retrovisor e asseveramos a importância da formação de professores, para a superação das pedagogias dos insultos, quando ocorrem os reforços de preconceitos e intolerâncias, para a travessia que conduzem às práticas do respeito e do acolhimento na escola. Almejamos fecundar o terreno da educação com ações de sensibilidades por parte dos profissionais de educação, a fim de que olhem as realidades das pessoas homossexuais e consigam enxergar suas dores e sofrimentos provocados pelos desrespeitos advindos de alunos e por vezes, das suas referências de ensino que são os professores. Assentimos na vivência dos direitos humanos na escola, uma vez que todos são iguais em condições humanas, com necessidades a serem supridas pelo Estado Brasileiro na constituição de suas leis e incidências nas políticas públicas.

Consideramos que a aplicação dos direitos ganha novos desafios em um cenário social de mudanças rápidas, de transformações culturais e de comportamentos. Grandes desafios pedem grandes mudanças porquanto a educação necessita estar alinhada aos novos padrões de relações construídas a partir das diversidades postas no contexto contemporâneo. Nesse contexto de complexidades a formação de professores é um desafio para a educação: “É necessário pensar o educador como agente de transformação, em articulação com seu tempo e contexto histórico” (CARVALHO, 2014, p. 178).

Indicamos a educação como direitos de todos, nesse sentido, nenhum aluno deveria ser excluído do processo de formação escolar por motivos de discriminações e preconceitos, porquanto cabe ao Estado assegurar a educação como um “bem fundamental” (CARVALHO, (2014, p. 177), e como um direito essencial para todos/as. Para tanto é necessário que os professores tenham instrumentos de formação que contribua no exercício pedagógico pautado no

acolhimento e no respeito. Contudo, para que os professores consigam exercer ações que produzam mudanças, precisam de instrumentos que os prepare para o enfrentamento dos desafios que chegam para a escola. Isso posto confirmamos a ideia de a escola como lugar privilegiado de formação, para alunos e também para os professores, pois, estamos sempre vivenciando trocas de aprendizagens, ensinamos aprendendo, e aprendemos ensinando.

Não podemos deixar de registrar o debate político acerca da formação de professores, as nossas escolas refletem algumas precariedades do trabalho desses profissionais, muitos destes, dependem de vontades políticas para manterem os seus empregos, dessa forma limitam-se a fazer o seu trabalho sem correr o risco de desagradar ninguém, assim os limites que se atravessam na prática docente, formam barreiras para o desempenho de um trabalho exercido com liberdade de fala e de prática.

Notamos que persiste certo desconforto em alguns colegas de profissão quando apresentamos as discussões da nossa pesquisa, tais atitudes podem denotar receio em acolher e trabalhar esta temática com os alunos, os motivos podem ser diversos, desde o temor de desagrar os pais, gestores e políticos conservadores, e também outros entraves provocados por preconceitos existentes e não deliberados em muitos dos profissionais de educação. “A escola é sem dúvida um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual”. LOURO, 1999, P. 3. Concordamos com a autora, o ambiente escolar ainda não favorece a liberdade de expressão seja em palavra ou comportamentos, ainda mais quando se refere a pessoas homossexuais.

As políticas públicas para a formação de professores foi impletada nos anos 80, nesse período a classe trabalhadora da educação buscava a superação do ensino meramente técnico para uma formação mais abrangente que atendesse os desafios da educação e que fosse capaz de refletir e mudar as condições de ensino e de aprendizagens. Os anos seguintes foram de construções e renovações das maneiras de fazer o trabalho pedagógico. Nessa reflexão nos interessou afirmar a necessidade de a formação dos professores abranger os desafios dos tempos de hoje, onde ocorrem apelos enfáticos para novos públicos e realidades que chegam a escola. As famílias mudaram, a sociedade mudou, as concepções de mundo mudaram, os professores precisam também estar alinhados a essas mudanças e adequar o seu fazer pedagógico a essa realidade.

Almejamos que este trabalho seja um instrumento de colaboração para a formação docente no tocante a temática do enfrentamento da homofobia na escola, sabemos dos desafios de tratar desse assunto com nossos alunos, muitos professores podem temer as reações das

famílias e dos instrumentos de controle da educação, muitos professores podem ser homofóbicos e preconceituosos, contudo, o ato de ensinar deve ser ousado e destemido, por esse motivo teimamos na ideia de semear novas concepções acerca do fazer da educação um ato de respeito a todos os seres humanos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Altemir Gonçalves; LOURENÇO, Lélia Moura; PEREIRA, Beatriz. (organizadores). *Bullying Conhecer e Intervir*. In. CARVALHOSA, Susana Fonseca. *Um modelo ecológico para intervenção do bullying nas escolas*. Juiz de Fora, Ed. UFJF. 2011.
- _____, In. SOUZA, Rosário; PEREIRA, Beatriz; LOURENÇO, Lélío Moura. *O bullying, locais e representações dos recreios*. Juiz de Fora, Ed. UFJF. 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem* 12ª Edição – 2006 – HUCITEC. Texto online: file:///C:/Users/casa/Downloads/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 16ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2019.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais/ Ensino Fundamental: Orientação sexual*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- BRASIL Sem Homofobia Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília, 2004. Texto online - https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf
- BRAGA, Eliane Rose Maio. *Gênero, sexualidade e educação: questões pertinentes à Pedagogia*. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. FAUSTINO, Rosângela Célia. **Educação e Diversidade Cultural**. Maringá: EDUEM, 2010, pp. 205-218.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução, Renato Aguiar, - 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2004. Disponível em <http://acervo.novaescola.org.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em 21 de fev. de 2021.
- CARDOSO, Helma de Melo. *Gênero, sexualidade e escola: contribuições da teorização de Foucault*. *Revista Tempos e espaços em educação*. v. 11, n. 01, Edição Especial, p. 319-332, dezembro, 2018.
- DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ, 21ª edição, Ed. Vozes, 2002.
- DINIS, Nilson Fernandes. *Homofobia e Educação: quando a omissão também é signo de violência*. **Educar em revista**, UFPR, Curitiba, n.39, p.39-50, jan./abr., 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Professora sim tia não, cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Ollho D'água. 1997.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites. 2001. 316 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2001.

FISCHER, André. Manual prático de linguagem inclusiva – uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégias semânticas. Tecidas Consultoria 360. São Paulo, 2020.
Disponível:https://www.sindiupes.org.br/wpcontent/uploads/2021/05/2021_05_12_manual_fischer_atualizado-1.pdf

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete, 36. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; MELO e Vilma de Lourdes Barbosa, (organizadores). In. NETO, José Baptista de Mello; AGNOLETI. Educação para a diversidade sexual: A escola enfrentando a lesbo-homo-bi-transfobia. Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos. João Pessoa Editora da UFPB, 2014.

_____. (organizadores). In. CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Direitos Humanos e Educação: A formação docente como um direito. Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos. João Pessoa Editora da UFPB, 2014.

_____. (organizadores). In. CALISSI, Luciana. A escola como espaço de formação/ transformação estratégias metodológicas para a educação em/para os direitos humanos. Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos. João Pessoa Editora da UFPB, 2014.

GIORDANI, Annecy Tojeiro. Normas editoriais, orientação aos autores:cartilhas./ Annecy Tojeiro Giordani, Priscila A. Borges Ferreira Pires. Revisão de Diná Tereza de Brito. - Cornélio Procopio: Editora UENP, 2020. 16 f. il. color. ISBN: 978-65-87941-03-5.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (organizador) Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação** On-line PUC-Rio nº 10, p. 64-83, 2012. Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev_edu_online.

_____. Homofobia nas escolas: um problema de todos. Brasília: UNESCO, p. 13-51, 2009. Disponível:
[bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf](#)

LAROSSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística, Campinas, 2002.

- LIRA, A.; JOFILI, Z. O tema transversal orientação sexual nos PCN e a atitude dos professores: convergentes ou divergentes? **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, v. 3, n. 1, p. 22-41, 2010.
- LIMA, José Rosamilton. O desafio da Escola em Trabalhar com a Diversidade. Revista do Mestrado em Letras *Linguagem, Discurso e Cultura* – UNINCOR; ISSN 1807-9717 - **REVISTA MEMENTO** v. 3, n. 1, jan.-jul. 2012.
- LOURO, Guacira Louro. (organizadora). O Corpo Educado. In. LOURO, Guacira Louro. Pedagogias da Sexualidade. Tradução dos artigos, Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 1999.
- _____, Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas, **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. Dezembro, 2007.
- MARTINS, J. G. B. A., FIGUEIREDO, L. S., Aragão, J. A., SANTOS, L. G., & Sousa, E. A. de. (2019). Sexualidades e bullying homofóbico na escola. **Revista Intersaberes**, 14(32), 445-472.
- MARTINS, J. G. B. A., DUQUE, A. N. F., NASCIMENTO, J. F., MARTINS, M. G. B. A., ARAGÃO, J. A & SOUSA, E. A. Enfrentamentos ao bullying homofóbico na escola: convite para uma reflexão **Temporalidades – Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 32, v. 12, n. 1 (Jan./Abr. 2020).
- MARTINS, Daniel Ganzarolli. Um ambiente chamado escola: Narrativas atravessadas por afetos e encontros. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói 2019.
- NASCIMENTO, Robéria Nádia Araújo. Novas formas de ser: mídia e transexualidade a partir de narrativas de (re) construção identitária. **Revista Fameco**, mídia, cultura e tecnologia, E-ISSN: 1980-3729. 22 de fevereiro 2019.
- NÓVOA, António. O Desafio do trabalho do Professor no mundo contemporâneo. SINPRO-SP Janeiro de 2007.
- OLIVEIRA, Carlos André Nogueira; ADI, Ashjan Sadique. Questões de gênero e sexualidade: implicações na docência. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 479-499, maio/out. 2018. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23891>>. Acesso em: 06 mar. 2021.
- PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Ministério dos Direitos Humanos, 3ª reimpressão simplificada. Brasília, 2018. Disponível: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>.
- RODRIGUES, José Rafael Barbosa; SILVA, Josenilda Maria Maués. Democracia diferença em tramas político-curriculares contemporâneas: O Escola Sem Homofobia em análise. **Educar em Revista**, v. 36 e 75686, 2020.
- RODRIGUES Alexsandro; BARRETO Maria Aparecida Santos Corrêa. (organizadores). Currículos, gêneros e sexualidades: Experiências misturadas e compartilhadas. In. PRADO,

Marco Aurélio Máximo; NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; MARTINS, Daniel Arruda. Escola e política do armário na produção e reprodução das hierarquias sexuais no Brasil. Vitória, ES: Edufes, 2013. Páginas: 22 a 46.

RIBETTO, Analice. Pensar a formação de professores desde a experiência e desde o menor da formação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.109-119, jul./dez. 2011.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Pedagogia da preguiça: inspirações macunaímicas para pensar a escola e o Brasil contemporâneo. Ed. UERJ, P. 369 – 394. Rio de Janeiro, 2018 .

SILVA, D. R. Q.; COSTA, Z. L. S.; MÜLLER, M. B. C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação. **Educação**, v. 41, n. 1, p. 49-58, 29 maio 2018.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da.(organizadora). Usos e desusos do gênero e diversidade no processo educativo. In. Gênero, sexualidade e história oral: Um percurso na pesquisa educacional. Edufma, 2016. Páginas 101 a 118.

_____. In. RODRIGUES, Alexsandro; RAMOS, Hugo Souza Garcia; SILVA, Ronan Barreto Rangel. Gênero e sexualidade nas escolas: Leituras que nos aproximam do campo dos direitos humanos, de alunos e professores. Edufma, 2016. Páginas: 165 a 182.

THIOLLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

POCAHY, Fernando. (organizador). Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer. In. SIMÕES, Júlio Assis. Uma visão da trajetória do movimento LGBT no Brasil. Porto Alegre: NUANCES, 2010. 176 pg.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES MESTRADO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Roteiro de Entrevista

Objetivo: Levantar dados acerca do conhecimento dos professores participantes da pesquisa sobre o Bullying homofóbico e sobre as políticas de direitos humanos da comunidade LGBTQIA+.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Idade:

Sexo:

Tempo de atuação na Educação Básica

Tempo de docência nas salas de aula do Ensino Fundamental

Formação:

1. Qual é a sua compreensão do termo "homofobia" e como você a descreveria?

- a) Falta de conhecimento sobre diversidade sexual
- b) Medo ou ódio em relação à homossexualidade
- c) Discriminação e preconceito contra pessoas LGBTQ+
- d) Respeito e aceitação das diferentes orientações sexuais

2. Durante a sua formação como professor, você recebeu algum treinamento específico para lidar com a homofobia na escola?

- a) Sim, recebi treinamento abrangente sobre o assunto
- b) Recebi algum treinamento básico, mas acho que poderia ser mais aprofundado
- c) Não recebi nenhum treinamento específico sobre homofobia
- d) Não me recordo do treinamento recebido

3. Em sua opinião, como a homofobia afeta os alunos LGBTQ+ e o ambiente escolar em geral?

- a) Cria um ambiente hostil e prejudica o bem-estar dos alunos LGBTQ+
- b) Não acredito que a homofobia tenha um impacto significativo na escola
- c) Tenho algumas preocupações, mas não acho que seja um problema sério
- d) Não tenho conhecimento suficiente sobre o assunto

4. Você já testemunhou algum caso de discriminação ou bullying baseado na orientação sexual ou identidade de gênero de um aluno? Se sim, como você lidou com essa situação?

- a) Sim, intervimos imediatamente e implementamos medidas disciplinares apropriadas
- b) Já presenciei, mas não tive certeza de como lidar com a situação
- c) Não, nunca testemunhei nenhum caso desse tipo
- d) Prefiro não responder

5. Como você acha que o tema da homofobia deveria ser abordado na escola? Quais estratégias você acredita que são eficazes para promover a inclusão e combater a discriminação?

- a) Incluindo conteúdos relacionados à diversidade sexual em várias disciplinas
- b) Promovendo discussões, oficinas, seminários, sobre diversidade sexual e de gênero
- c) Acredito que a escola não deve se envolver nesse assunto
- d) Não tenho opinião formada sobre o assunto

6. Você acha que a escola tem um papel importante na educação dos alunos sobre diversidade sexual e de gênero? Por quê?

- a) Sim, a escola desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e do respeito
- b) Acredito que a educação sobre diversidade sexual é responsabilidade dos pais
- c) Não tenho certeza sobre o papel da escola nesse assunto
- d) Não acredito que a escola tenha responsabilidade nesse assunto

7. Você acredita que o currículo e os materiais didáticos atuais abordam adequadamente a diversidade sexual e de gênero? Por quê?

- a) Sim, acredito que eles oferecem uma abordagem inclusiva e diversificada
- b) Acho que poderia haver mais conteúdo sobre diversidade sexual e de gênero
- c) Não acho que seja necessário abordar esses temas no currículo
- d) Não tenho opinião formada sobre o assunto

8. Existe alguma necessidade específica de apoio ou recursos que você considera importante para lidar com a homofobia na escola?

- a) Treinamentos seminários e oficinas para os professores sobre diversidade sexual
- b) Disponibilidade de materiais educativos cartilhas e livros que abordem a diversidade sexual
- c) Não vejo necessidade de recursos adicionais nesse sentido

9. Você já foi procurado por algum pai, mãe ou responsável para fazer algum questionamento sobre o bullying homofóbico contra algum estudante?

- a) Sim, mais de uma vez
- b) Sim, apenas uma vez
- c) Não, nunca fui procurado
- d) Não sei responder

10. Quais são os desafios mais comuns que você enfrenta ao tentar abordar questões relacionadas à homofobia em sala de aula?

- a) Resistência ou falta de abertura dos alunos para discutir o assunto
- b) Falta de apoio e recursos adequados da escola
- c) Falta de conhecimento e preparação para lidar com o tema
- d) Não discuto este assunto em sala de aula

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL - TAI



ESCOLA MUNICIPAL MARIA LOURDES DE SOUZA AMORIM

Educando para a cidadania

End. Rua Ernane Pedrosa de Miranda, nº 26, conj. Mutirão / PB
CEP: 58200.000 Fone: (83)3271-8943

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL (TAI)

Estamos cientes da intenção e autorizamos a realização do projeto intitulado **DA “PEDAGOGIA DO INSULTO PARA A PEDAGOGIA DO RESPEITO”**: **SABERES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NA REFLEXÃO SOBRE O BULLYING HOMOFÓBICO**. Desenvolvida pela aluna Uzenilda Florentino do Curso de MESTRADO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da professora ROBÉRIA NÁDIA ARAÚJO NASCIMENTO.

03.808.933/0001-06
ESCOLA MUNICIPAL MARIA
LOURDES DE SOUZA AMORIM
Rua Ernane Pedrosa de Miranda, 26
Conj. Mutirão - CEP:58.200-000
Guarabira - Paraíba

José Roberto Monteiro Alves

Assinatura e Carimbo do responsável institucional

José Roberto Monteiro Alves
GESTOR ESCOLAR
MAT. 0023352

ANEXO B – PARECER DE CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA / UEPB - PRPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DA "PEDAGOGIA DO INSULTO PARA A PEDAGOGIA DO RESPEITO": SABERES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE NA REFLEXÃO SOBRE O BULLYING

Pesquisador: Uzenilda Florentino

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 57813422.5.0000.5187

Instituição Proponente: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.618.366

Apresentação do Projeto:

Lê-se: " O nosso estudo focaliza o contexto escolar para fomentar discussões acerca da homofobia, no sentido de pensar e desenvolver possíveis práticas de respeito e tolerância às diferenças de orientação sexual que promovem episódios de exclusão e violência nos espaços educativos. A proposta é, à luz de uma educação para os Direitos Humanos, visibilizar a existência do bullying homofóbico nos ambientes de ensino-aprendizagem a fim de inspirar posturas contrárias à intolerância fomentando uma cultura de paz. "

DIANTE DO EXPOSTO, O ESTUDO SE MOSTRA RELEVANTE.

Objetivo da Pesquisa:

OS OBJETIVOS ATENDEM AO RECORTE TEMÁTICO.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

ATENDE A RESOLUÇÃO

466/12

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

ATENDE A RESOLUÇÃO

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA / UEPB - PRPGP



Continuação do Parecer: 5.618.366

CAMPINA GRANDE, 01 de Setembro de 2022

Assinado por:
Gabriela Maria Cavalcanti Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@setor.uepb.edu.br

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA / UEPB - PRPGP



Continuação do Parecer: 5.618.366

escola para a seleção inicial dos colaboradores da pesquisa, na ocasião foi apresentado (a primeira versão) o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) para a coleta de assinatura dos professores que aceitaram participar da realização das etapas necessárias para a efetivação do nosso trabalho. " DEVAMOS SEGUIR ENTÃO O TRÂMITE ADEQUADO PARA A APRESENTAÇÃO E COLETA DO PARTICIPANTE NA PESQUISA, ATRAVES DO ACEITE DESTES COM A ASSINATURA DO TCLE, ONDE NUNCA DEVRÁ SER ASSINADO E APRESENTADO ESSE TERMO ANTES DA LIBERAÇÃO E APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM QUE TENHA SIDO SUBMETIDO O PROTOCOLO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1923592.pdf	31/07/2022 21:44:31		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_UEPB_Uzenilda_atualizado.pdf	31/07/2022 21:44:02	Uzenilda Florentino	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TLCE.pdf	31/07/2022 21:42:06	Uzenilda Florentino	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_b.pdf	19/07/2022 18:33:49	Uzenilda Florentino	Aceito
Declaração de concordância	DECLARACAO_DE_CONCORDANCIA.pdf	12/04/2022 21:33:34	Uzenilda Florentino	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	img014.jpg	31/03/2022 17:16:43	Uzenilda Florentino	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó CEP: 58.109-753
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 Fax: (83)3315-3373 E-mail: cep@setor.uepb.edu.br

PRODUTO PEDAGÓGICO

*MENINAS E MENINOS VESTEM
O QUE QUISEREM!*



*Ilustrado por
METUSALÊM ENGRACIO*



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**UZENILDA FLORENTINO
ROBÉRIA NÁDIA ARAÚJO NASCIMENTO**



**CARTILHA PEDAGÓGICA: BULLYING HOMOFÓBICO NA ESCOLA:
COMBATER OU DEIXAR DE VER?**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como parte das exigências para a obtenção do título de Mestra em Formação de Professores.



**A EDUCAÇÃO É O MEIO MAIS EFICAZ DE PREVENIR A INTOLERÂNCIA. A PRIMEIRA ETAPA PARA A EDUCAÇÃO PARA A TOLERÂNCIA CONSISTE EM ENSINAR AOS INDIVÍDUOS QUAIS SÃO SEUS DIREITOS E SUAS LIBERDADES, A FIM DE ASSEGURAR SEU RESPEITO E DE INCENTIVAR A VONTADE DE PROTEGER OS DIREITOS E LIBERDADES DOS OUTROS.
DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE A TOLERÂNCIA-UNESCO 1995.**

AUTORAS



UZENILDA FLORENTINO

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB Campus III, Pós-graduada (especialização) em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Pós-Graduada (especialização) em Formação Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC; Especialização em Supervisão escolar pela FAMART; Professora da Primeira Fase do Ensino Fundamental do Município de Alagoa Grande -PB; Mestranda no Programa de Pós Graduação em Formação de Professores - PPGFP/UEPB; com a orientação da Prof^a. Dr^a. Robéria Nádia Araújo Nascimento, integrante do Grupo de Pesquisa TECLIN (Tecnologias, Culturas e Linguagens). Desenvolvendo pesquisa sobre Saberes para a formação docente na reflexão sobre o Bullying homofóbico. Área de interesse, Bullying escolar; Homofobia; Formação docente; Direitos Humanos.

ROBÉRIA NÁDIA ARAÚJO NASCIMENTO

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Associada da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/ Departamento de Comunicação Social). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP/UEPB), vinculada à Linha de Pesquisa Ciências, Tecnologias e Formação Docente. Atuação nos Grupos de Pesquisa (CNPq): Comunicação, Cultura e Desenvolvimento; Comunicação, Memória e Cultura Popular; O círculo de Bakhtin em diálogo, e Teorias do Sentido: Discursos e Significações (TEOSSENO). Em sinergia com esses espaços, orienta os eixos temáticos: Mídias, Educação e Diversidade Cultural; Gênero, Etnias e Currículo Escolar; Estudos Culturais, Representações e Sociabilidades; Identidades, Formação Docente e Práticas Pedagógicas.



SUMÁRIO

- 01** APRESENTAÇÃO
- 02** HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS
- 03** O CASAMENTO IGUALITÁRIO
- 04** DINÂMICA: LISTA DE DIREITOS
- 05** BULLYING: A DOR QUE FERRE O CORAÇÃO
- 06** TUDO BEM SER DIFERENTE
- 07** DINÂMICA: AMASSANDO BONECO
- 08** “SOMOS SUJEITOS DE IDENTIDADES TRANSITÓRIAS E CONTINGENTES”
- 09** A MENINA QUE DEIXOU DE SER PRINCESA
- 10** DINÂMICA: PAINEL DE ROSTOS
- 11** TRANSGRESSÃO MASCULINA
- 12** ANTÔNIO O MENINO QUE AMA DANÇAR
- 13** DINÂMICA: DANÇA COLETIVA
- 14** CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 15** PARA SABER MAIS
- 16** REFERÊNCIAS



Apresentação

A elaboração da cartilha pedagógica sobre o *bullying* homofóbico, como produto educacional resultante da pesquisa, traz informações sobre os direitos da comunidade LGBTQIAP+, suas conquistas e os desafios que ainda enfrentam para sobreviverem numa sociedade que ainda se opõe à diversidade. Pensamos nesse instrumento como um meio de acesso ao conteúdo dos direitos humanos e dos direitos dos *gays*, *lésbicas* e *travestis* de modo desmistificado, com a discussão coletiva do seu conteúdo, conforme se espera de uma pesquisa ação, Em suma, este tutorial didático é um projeto coletivo com sínteses das ideias discutidas no seminário realizado na escola e os dados do questionário, incluindo as fotos dos participantes para que se vejam como parte do produto elaborado.

A cartilha é um instrumento muito utilizado para difundir informações, material que apresenta conteúdo de maneira lúdica, por meio de textos, imagens e ilustrações coloridas (GIORDANI, 2020). São materiais com objetivos informativos e educativos considerando-se aspectos importantes sobre o público a que se dirige numa linguagem clara e objetiva, através de um visual atraente que preze pela fidelidade das informações. Nesse sentido, a cartilha se pauta na clareza do tema, na leveza do conteúdo, na ênfase do lúdico, com o objetivo de despertar o interesse do uso do material nas salas de aula. Utilizamos a variante linguística adequada ao meio educativo, evitando o uso de jargões coloquiais que possam vir dificultar o entendimento da abordagem.

A ideia é apresentar um conteúdo conectado com a realidade educativa



transformando as informações sobre homofobia em objeto didático/pedagógico. De modo a contribuir com a formação docente para a criação de um ambiente pedagógico livre de preconceitos e discriminação.

Compreendemos que o nosso Produto Pedagógico precisa estar alinhado aos pilares formativos da educação em direitos humanos, porquanto, indicamos as quatro etapas metodológicas para a formação em Direitos Humanos, que consistem em: "Ativação e problematização do conhecimento prévio, mediação e aprofundamento do conhecimento, execução e aplicação do conhecimento e síntese: Mobilização de saberes" (CALISSI, 2014, p. 119). A primeira etapa consiste na escuta atenta e interessada pelos saberes que os estudantes trazem para a escola. As experiências apreendidas em vivências comunitárias e familiares chegam para a sala de aula e devem compor parte dos diálogos constitutivos do aprendizado, sem deixar, contudo, a contextualização necessária dos conteúdos convencionais. É provável que os estudantes cheguem à escola com noções prévias acerca dos Direitos Humanos. Essas noções podem ser positivas ou negativas. Aqui, destacamos o papel fundamental do professor em verificar tais noções e aprimorá-las em um trabalho conjunto com os alunos. Daí a importância de professores bem formados nessa temática para a construção da cidadania.

A ativação do conhecimento prévio introduz a etapa seguinte que é a mediação, como parte do processo de interação entre estudante e professor, neste ponto arrola-se a articulação entre os conhecimentos prévios e os saberes elaborados cientificamente. "Mediar significa por tanto, possibilitar e potencializar a construção do conhecimento pelo aluno... deve quebrar o comodismo do estudante perante o objeto, ou seja, trazer desafios estimulantes..." (CALISSI, 2014, p. 125). Pode-se desenvolver a mediação por meio de várias estratégias, em uma



temática sobre homofobia, o professor pode acessar comparações através de histórias reais, notícias e pesquisas. Para isso, buscamos os recursos nos conteúdos múltiplos e transversais que possibilitem elaborar estratégias didáticas em sintonia com a prática pedagógica.

Na etapa da síntese são estabelecidas relações entre os diversos saberes adquiridos para ser possível perceber diferenças e semelhanças entre as concepções iniciais e as novas compreensões advindas do processo de formação/reflexão. Desse modo, tem-se uma visão clara de que os saberes podem interferir na sociedade e possibilitar ações de mudanças na comunidade.

A orientação sexual divergente do padrão heterossexual pode ser exposta a situações vexatórias, com deboches e agressões físicas, fechar os olhos a essa realidade pode denotar pouco interesse de intervir nessas questões em defesa das vítimas de violência por orientação sexual.

Desse modo, esse instrumento didático/pedagógico, posiciona-se como contraponto a toda e qualquer forma de discriminação, seja ela advinda em razão da orientação sexual ou outras formas de preconceitos.

Nossa Cartilha está organizada a partir dos principais conceitos que abrangem o nosso estudo: Direitos humanos. Bullying, Homofobia e diversidade. Cada conceito está ilustrado com uma história fictícia, baseadas na realidade social e da escola, após as histórias sugerimos uma conversa sobre a temática seguida de uma dinâmica que poderá contribuir para a melhor afixar os conteúdos trabalhados.

Desejamos a todos os professores que terão acesso a esse instrumento, um excelente trabalho!





HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS



NO SÉCULO XIX UNIDOS PELA ABOLIÇÃO, PESSOAS ESTAVAM CANSADAS DE VIVER NA ESCRAVIDÃO, LUTARAM POR SEUS DIREITOS, PELO TRABALHO DAS MULHERES, ESSE AVANÇO IMPORTANTE TROUXE MUDANÇAS GIGANTES!

A CONVENÇÃO DE GENEBRA, LUGAR QUE FICA DISTANTE, FOI ASSINADA NO ANO DE 1864, E FOI MUITO INTERESSANTE, ESTABELECEU OS PADRÕES PARA PROTEGER AS VÍTIMAS DE CONFLITOS ARMADOS E DOS PERIGOS DESTES DERIVADOS.



APÓS A SEGUNDA GUERRA ACONTECIDA NO MUNDO, AS ATROCIDADES DO NAZISMO ALERTOU A HUMANIDADE, TERIAM QUE ELABORAR REGRAS DE PROTEÇÃO, ASSIM CRIARAM OS DIREITOS PARA TODOS OS HUMANOS ESSE FATO ACONTECEU NO ANO DE 1948 E NINGUÉM NUNCA ESQUECEU.

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS PROCLAMA A IGUALDADE DE AGORA EM DIANTE TODOS TEM A LIBERDADE DE PENSAR COM DIFERENÇAS DE CRENÇA, ESSE GANHO É PARA SEMPRE PARA QUEM É E NÃO É CRISTÃO.





DIREITO A VIDA, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA, TODOS OS HUMANOS TÊM, NÃO PODEMOS VIOLAR OS DIREITOS DE NINGUÉM, PESSOAS PENSAM DIFERENTES, PESSOAS SÃO DIFERENTES, ISSO NÃO É RUIM, AFINAL TODOS NASCEMOS E TEREMOS O MESMO FIM.

DEPOIS DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS, OUTROS TRATADOS VIERAM, OS PACTOS FORAM ADOTADOS OS POVOS TODOS VENCERAM, EM MUITOS LUGARES DO MUNDO OS DIREITOS AMPLIARAM-SE, ECONOMIA É UM BEM PARA TODAS AS PESSOAS, O SOCIAL ASSEGURADO E A CULTURA TAMBÉM. SOMOS O MESMO POVO NENHUMA PESSOA AQUÉM.



A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS É HOJE FUNDAMENTAL EM NÍVEIS NACIONAL E IGUALMENTE GLOBAL, CABE A CADA UM DE NÓS FAZER PARTE DOS PROCESSOS E CONTINUAR LUTANDO PELO RESPEITO DE TODOS, POIS, OS DIREITOS ACONTECEM QUANDO HÁ APLICAÇÃO COM AS LUTAS NÓS FAREMOS UMA BOA EDUCAÇÃO.



"O casamento igualitário"

João e Lucas são um casal gay que sonham em se casar e ter uma vida feliz juntos. No entanto, eles vivem em um país onde o casamento igualitário ainda não é legalizado. A história segue a luta do casal e outros ativistas LGBTQ+ para mudar as leis e garantir o direito ao casamento para todos os casais, independentemente da orientação sexual.

Impedidos de poderem se casar, os jovens decidiram morar juntos, e assim seguiram, trabalhando e construindo juntos um significativo patrimônio econômico.

Aconteceu que João adoeceu quando tinha 42 anos de idade, a doença evoluiu rapidamente e João faleceu três meses depois de ter descoberto um tumor maligno.

Com a morte de João, sua família, que sempre rejeitou a sua orientação sexual e cortou relações quando ele decidiu morar com Lucas, procurou rapidamente a justiça para ter direito aos bens conquistados por João e Lucas.

O fato de não haver nenhum documento legal que comprovasse a união civil de João e Lucas, e assegurasse o direito de herança, essa falha na justiça deu espaço para que a família de João entrasse na justiça para ter direitos aos seus bens.

PARA CONVERSAR:

1. Qual a sua opinião sobre os direitos de casais homo afetivos?
2. A atitude da família de João de querer sua herança é adequada?
3. Você considera que os direitos e a justiça deve ser igual para todos?

DINÂMICA: OS DIREITOS SÃO SOMENTE PARA ALGUNS?

Passo 1. Dividir os participantes em grupos de acordo com a quantidade de alunos presentes na sala de aula. Pedir para cada grupo escolher um líder.

Passo 2. Explicar que cada grupo terá cinco minutos para criar uma lista de direitos iguais que todas as pessoas devem ter. Por exemplo, direito à educação,



direito à saúde, direito à igualdade de gênero, direito à liberdade de expressão, entre outros.

Passo 3. Depois que os grupos tiverem suas listas prontas, pedir para que cada líder compartilhe a lista do seu grupo com os outros.

Passo 4. Criar uma tabela no quadro branco com todas as listas compartilhadas pelos grupos. Discutir a importância dos direitos mencionados nas listas.

Passo 5. Finalizar com uma mensagem de conscientização sobre a necessidade de lutar pela igualdade de direitos para todos.

BULLYING A DOR QUE FERRE O CORAÇÃO



A prática do bullying é um fenômeno lamentavelmente corriqueiro nas escolas e na sociedade, cotidianamente pessoas que possuem características diferentes das consideradas comuns, são hostilizadas por seus pares e destratados em ambientes sociais. O bullying se identifica como intenção livre e consciente de magoar e destratar alguém que se torna vítima de agressividades contínuas em seu cotidiano seja escolar ou social. SOUSA, et all, 2011.

Na escola o bullying é muitas vezes tolerado pelos profissionais da educação como brincadeira entre os alunos, como parte da interação entre eles, SOUSA, et all, 2011. Contudo, essas práticas de agressões verbais e físicas, recebidas repetidas vezes, causam grande dor nas vítimas, e estas muitas vezes revidam com a mesma violência. O bullying é algo sério e precisa ser visto com muita atenção pela escola e pela família.

Nesta cartilha falamos da modalidade de bullying homofóbico que ocorre entre



alunos no dia a dia das escolas quando existe a presença de alunos com características homossexuais, esses meninos e meninas tornam-se vítimas de agressividades e xingamentos por parte de colegas, e, por vezes esses xingamentos passam despercebidos pelos educadores.

A discriminação por orientação sexual descrita no Conto Pela Noite retrata a dor das pessoas gays quando insultadas em suas condições humanas:

— Sabe que quando eu saía na rua as meninas gritavam biiiiiichal! Não, não era bicha. Nem veado. Acho que era maricas, qualquer coisa assim.

— fresco - Santiago disse. — era fresco que se dizia.

Isso: fresco, elas gritavam. Bem alto, elas queriam ferir. Elas queriam sangue. E eu nem era, porra, eu nem sabia de nada. Eu não entendia nada. Era super inocente, nunca tinha trepado. Só fui trepar aqui, já tinha quase vinte anos. E cheio de problemas, beijava de boca fechada. - sorriu, contornando os aros dos óculos com as pontas das unhas roídas. (ABREU, 1983, P.153).

Nota-se nesse poema a dor e a raiva do personagem pelos xingamentos sofridos em razão de ser diferente. A dor expressa no poema representa um contingente de pessoas magoadas e feridas socialmente por não se enquadrarem em padrões determinantes das identidades. No texto o personagem ainda não tem consciência da sua homossexualidade, contudo, o seu modo de agir e de ser sofreu as rejeições e os ataques forjados em linguagens preconceituosas. Concordamos com **BAKHTIN, 2006**: "toda palavra é ideológica e toda utilização da língua está ligada à evolução ideológica" P. 124.

Nesse sentido os xingamentos ditos no texto, comumente utilizados na vida social, estão longe de ser mera forma de expressão, mas constituem parte de uma linguagem ideológica construída socialmente a partir de estereótipos criados em torno das pessoas homossexuais, com o intuito de provocar dor e sofrimento.



Dessa forma muitas pessoas homossexuais, lésbicas, transvestis, transexuais, tendem a sentir-se fora dos padrões sociais e com isso instaurar dentro de si mesmos um processo de luta e rejeição às suas condições humanas de suas identidades. Corroborando Carvalho, "Os discursos de sexualidade são muitos, entrecruzados, hierarquizados e articulados em torno de relações de poder". CARDOSO, (2018 P. 237).

Os xingamentos não são atos isolados, há no curso da história elaborações de formas de opressões e repressões das sexualidades com intenções de inibir as expressões afetivas entre pessoas do mesmo sexo, através da construção do saber e do poder. Indica Cardoso, "A medicalização da sexualidade, tratada como uma disfunção orgânica tornou mais eficaz o controle, mas também produziu outro efeito, trabalhou como mecanismo de dupla incitação: prazer e poder". CARDOSO, (2018, P. 326). Nessa compreensão o sexo é prática reveladora das verdades, o discurso sobre o tema não são proibidos, pelo contrário são estimulados, dessa forma suas práticas pervertidas podem ser observadas e controladas. Existe uma relação do sexo com a procriação, os corpos são identificados como reprodutores e não reprodutores. Nesse percurso forma-se a diferenciação entre as sexualidades consideradas normais e pervertidas, "O sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso" (FOUCAULT, 2015, p. 345).

Porquanto, a sexualidade não é um constituinte da natureza, mas sim um dispositivo histórico, vinculado a diversas práticas, discursos e métodos em vista de produzir prazeres. CARDOSO, (2018). Nesse sentido nota-se que foi



elaborada uma fala social a respeito do sexo com função de indicar o certo e o errado, o permitido e o proibido, tais falas utilizaram-se do poder das instituições de controle para impor comportamentos sexuais.

"não existe uma verdade sobre a sexualidade, mas discursos sobre sexualidade que circulam como verdades". CARDOSO, (2018, P. 327).

Se essa é a realidade social a que pertencemos, como essas questões atravessam o mundo escolar? Como a escola enfrenta ou silencia sobre o bullying? Como construir uma escola sem violência de preconceito?

Convido você a discutir sobre as implicações dessas questões no espaço escolar. De acordo com CANDAU, 2007, o respeito às diferenças deve ser articulado, sugere a autora o trabalho pela não padronização das pessoas e a luta contra as desigualdades presentes na nossa sociedade, afirma a autora: "nem padronização, nem desigualdade" P. 400. O espaço escolar representa um lugar favorável de articulação para a vivência do respeito. Para tanto, faz-se necessário o esforço para aplicarmos em nossas escolas práticas de afeto e acolhimento. Nesse sentido a formação docente pode ser um traço importante do desenho de um modelo de escola onde os alunos sintam que podem ser o que quiserem ser, onde os nossos alunos sintam que não serão excluídos, insultados ou violados apenas por serem diferentes em suas orientações sexuais e vivências afetivas diversas da heteronormatividade.



TUDO BEM SER DIFERENTE



Meu nome é Francisco, foi assim me chamaram quando eu nasci... na minha infância brincava com minhas amigas e me sentia parte do mundo delas. Roupas, maquiagens, sapatos, bolsas e bijuterias, tudo fazia sentido, realçava a meu ser.

Usava roupas femininas e me sentia eu mesmo, mas as pessoas não viam dessa maneira. Ouvi muitos xingamentos, ofensas vindas da minha própria família. Aos 13 anos fui expulso de casa, passei a morar na rua sentia muita fome, vergonha e humilhação.

Um dia olhei para o céu e falei com Deus porque tanto sofrimento, tanta dor?! Nada fazia sentido, eu não queria viver daquela maneira, não queria sentir fome, sentir o estômago vazio, doendo.

Passei a me prostituir para ter o que comer, e às vezes poderia ter um lugar para dormir. Vivi assim por dois anos. Comecei a trabalhar na rua mesmo, fazendo o cabelo das minhas amigas travestis, com o dinheirinho que ganhava, aluguei um quartinho e fui expandindo meu trabalho.

Esse personagem poderia diversos outros nomes e viver em muitos lugares do Brasil e do mundo, essa realidade descrita nesta história fictícia, faz parte de um contingente real de sofrimento e abandono em que vivem muitas das pessoas travestis. Francisco poderia ser João, José, Antônio, Marcelo...

Para conversar:

1. Você conhece alguém do sexo masculino que se veste como mulher? Caso conheça, qual a sua opinião sobre essa pessoa?
2. Você seria amigo ou amiga de pessoas que se vestem de maneira diferente do seu gênero?



3. O que você acha da frase dessa música: "Ser um homem feminino não fere o meu lado masculino, se Deus é menina ou menino, somos masculino e feminino"?

DINÂMICA: AMASSANDO O BONECO

Passo 1. Cada aluno recebe um boneco de papel. O professor orienta que deverão dizer um xingamento com o boneco e ao mesmo tempo amassá-lo. A cada xingamento o boneco vai sendo amassado.

Passo 2. Em seguida os alunos abrem o boneco amassado e tentam deixá-lo do jeito que era antes.

Passo 3. O professor reflete sobre as marcas que os xingamentos vão deixando nas pessoas que escutam. Essas marcas ficarão para sempre na vida dessas pessoas.

"Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes"

GUACIRA LOUROS

A diversidade é uma realidade social que não podemos ignorar seres humanos não são produtos fabricados em série, pessoas são diversas em suas culturas, religiões e sexualidade. A diversidade está presente em grupos de indivíduos ou elementos, com diferenças culturais, étnicas, religiosas, de gênero, habilidades, orientação sexual, idade, entre outras. Quando a diversidade é aceita, celebrada e incentivada, ela pode gerar maior compreensão mútua, aprendizado, inovação e inclusão social. O respeito e promoção da diversidade são princípios fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O debate sobre diversidade na escola justifica-se pelos muitos formatos de pessoas, comportamentos e crenças. Somos acostumados a viver em sociedade de modo a separar e diferenciar comportamentos de acordo com padrões culturais e sociais, e na escola acontece muitas vezes processos de exclusão de pessoas



quando se apresentam como diferentes.

Respeitar ou reconhecer a diferença significa aqui considerar as histórias, as necessidades, as reivindicações e as especificidades de indivíduos ou grupos e, ao lado disso, considerar as circunstâncias sociais, políticas e históricas da produção da diferença, as relações assimétricas que nortearam e norteiam sua produção e os conjuntos de representações sociais em circulação. JUNQUEIRA, 2009. P.397/398.

Historicamente o papel social do ser feminino passa por modelagens e questionamentos dos comportamentos padrões, em que as mulheres precisam estar adaptadas ao modo social de sentar, falar, se vestir. O que aparece fora do padrão social causa muitas vezes estranhamentos, Assim, corrobora Lopes: "o que caracteriza o masculino e o feminino, é um construto social elaborado no discurso e que está discursivamente ligada ao sexo: homens devem ser masculinos e mulheres devem ser femininas". (LOPES, 2003, P. 115).

Dito isso, apresentamos a história de Melina (nome fictício), uma menina que muda o seu comportamento por não sentir-se mais adequada àquilo que se esperava dela na escola e na família. Essa história tem cunho real e foi inspirada em relatos de professores no seminário realizado no curso deste trabalho.

A MENINA QUE DEIXOU DE SER PRINCESA



Em uma escola do Reino azul, vivia Melina uma linda, menininha bem comportadinha. Melina era uma menina muito queridinha, todos a amavam, ela sempre obedecia... Sempre fazia as tarefinhas... Vestia lindos vestidinhos de princesinha, tudo certinho.



O tempo foi passando e Aninha ficou crescendo e deixou de ser comportadinha, as roupas da menina mudaram, não obedecia, se vestia do jeito que queria, falava o que pensava, não segurava mais as palavras, Melina cresceu e passou a ser uma menina rebelde.

Certo dia o professor alegria, perguntou para a menina: "Melina por que você mudou tanto? Onde foi parar aquela menininha toda comportadinha?" a menina Respondeu: "Aquela nunca foi eu, aquela era a menina que queriam que eu fosse".

Para discussão:

1. Em sua opinião por que Aninha mudou o seu comportamento?
2. O que você achou das mudanças da menina?
3. Você já viveu experiências de mudar o seu comportamento?

DINÂMICA: Pannel de rostos.

Passo 1. O professor orienta os alunos a desenharem o próprio rosto em um pedaço de papel e colorir como acharem melhor.

Passo 2. Em seguida cola todos os rostos em uma cartolina;

Passo 3. Expõe o pannel para refletir as diferenças e a diversidade das pessoas humanas.

TRANSGRESSÃO DA MASCULINIDADE

Ser um homem feminino, Não fere o meu lado masculino
Se Deus é menina ou menino, Somos masculino e feminino.
Baby do Brasil e Pepeu Gomes (1983- relançamento, 2015).

Há em curso um questionamento sobre a identidade social masculina, os movimentos das mulheres por direitos sociais crescem ao lado de reflexões a respeito do modo de ser e agir dos homens na vida social e familiar. Corroborando TILIO, 2003 que os homens estão buscando uma maneira diferente de agir tentando redescobrir suas identidades masculinas e construir um equilíbrio entre



o que foi ensinado a sobre a masculinidade hegemônica e os novos parâmetros de ser homem nos dias de hoje.

Os meninos, ainda são incentivados a fazerem parte desse mundo masculinizado, que, frequentemente, envolve agressividade física e tipos específicos de práticas de esportes como futebol e lutas, compreendidos como essencialmente masculinos. RODRIGUES, 2003. Contudo as mudanças são vislumbradas e se avizinham. Cresce o número de menino que se identificam com outras práticas a exemplo de colaborar nos afazeres de casa, dividir os cuidados com filhos e em novas práticas sociais como a dança. Assim ilustramos nosso ponto de vista com a história de Antônio (nome fictício) um menino que ama dançar e faz da sua arte sua alegria e sua sobrevivência.



Antônio, o menino que ama dançar.¹¹

O primeiro presente de Antônio foi uma bola, ele agradeceu ao seu pai, sabia do esforço que tinha feito para agradá-lo. Guardou o presente sem saber direito o que faria com ele. Não levava o menor jeito para jogar futebol.

No dia anterior a entrega do presente, ouviu seus conversarem: "nosso

¹¹ Alguns homens bailarinos que vivem ou viveram da sua arte:

Thiago Soares - Thiago Soares é um bailarino brasileiro. Chegou aos palcos das grandes companhias de balé tendo iniciado a sua arte na dança com o breakdance e hip-hop até tornar-se primeiro bailarino do Royal Ballet de Londres.

Mikhail Baryshnikov - bailarino americano, um dos maiores da história. Ele dançou com a companhia ABT onde posteriormente se tornou diretor artístico

Carlinhos de Jesus - É um dançarino e coreógrafo brasileiro. Em 1991, Carlinhos foi o único dançarino popular com participação especial no Rock in Rio daquele ano.



filho precisa tomar jeito de homem, ele é muito desajeitado, e já tem nove anos!". Essa foi a voz do seu pai. Ouviu em seguida sua mãe: "para mim ele já é um homem, não precisa tomar nada". Seu pai fala novamente: "Se as pessoas começarem a falar dele, a culpa será sua". A resposta da sua mãe foi o silêncio...

Essas palavras doeram no coração do menino... Nem ele sabia direito o que era, só tinha a certeza de uma coisa, amava a dança, nos momentos de encontro entre ele e a música, a dança fluía com tamanha leveza que parecia flutuar...

A escola era um lugar difícil para Antônio, estava sempre perto das meninas, os meninos o rejeitavam, o chamava de veado, bichinha, Antônio nem sabia direito o significado dessas palavras, só sabia que doía...

No seu bairro havia uma escolinha de dança, a professora o acolheu com carinho, e nesse lugar o menino era feliz, conseguia se transportar para um universo mágico, pleno, acima de todos os xingamentos, rejeições e controles. Na dança o menino era feliz, na dança o homem Antônio era feliz.

Para conversar:

1. Você acha que Antônio era um menino diferente?
2. Dançar é para meninos?
3. Será que os pais de Antônio aprenderam a aceitá-lo do jeito que ele era?

DINÂMICA: DANÇA COLETIVA

Passo 1. Organizar o grupo em círculo ou em linhas horizontais.

Passo 2. Cada participante deve escolher um movimento de dança e compartilhá-lo com o grupo.

Passo 3. Após todos compartilharem o seu movimento individual, criar uma coreografia coletiva unindo todos os movimentos em uma sequência.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições teóricas e ilustrativas desta cartilha trazem em seu bojo o real desejo de contribuirmos com a formação de novas consciências a respeito das diversidades humanas presentes em nossa sociedade e também em nossas escolas.

O mundo moderno pede pensamentos e atitudes modernas, não é mais possível vivermos no século XXI com atitudes comportamentais dos anos 50 em que homens e mulheres possuíam papéis sociais hierarquizados, homens com exercício de poder e dominação e mulheres donas de casa submissas e obedientes. Homens e mulheres mudaram!

Mulheres e homens querem e buscam viver suas liberdades individuais e coletivas em ambientes sociais propícios ao acolhimento e o respeito. Esses ambientes precisam ser construídos, e, a escola, como ambiente social que é não poderá ficar de fora.

Uma escola que represente um ambiente social de acolhimento e respeito passa por profissionais formadas para esta finalidade, de modo que, a formação docente esteja voltada para aplicação de temas relevantes e atuais como a diversidade sexual, e o respeito às diferenças. Estes temas devem estar contemplados no plano formativo da escola, e assumidos como prerrogativa de uma prática pedagógica acolhedora e respeitosa onde meninos e meninas podem ser o que quiserem ser!



PARA SABER MAIS:



CLOSE

Close é um longa-metragem belga lançado em 2022, dirigido por Lukas Dhont. Trata-se de uma crítica às “caixas” e formas socialmente pré-estabelecidas com que expressamos o amor, regidas por normas heteronormativas onde o afeto está restringido pelos limites da moralidade sexual do patriarcado.



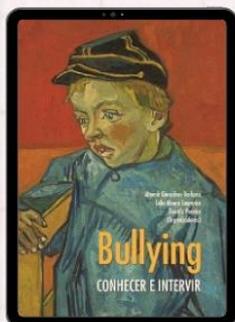
VERMELHO, BRANCO E SANGUE AZUL

Vermelho, Branco e Sangue Azul é um filme de comédia romântica com temática LGBT+ norte-americano de 2023, dirigido por Matthew Lopez. Este filme é estrelado por Taylor Zakhar Perez e Nicholas Galitzine que interpretam o filho da presidente dos Estados Unidos e um príncipe britânico, respectivamente, que se apaixonam.



UM GRITO DE SOCORRO

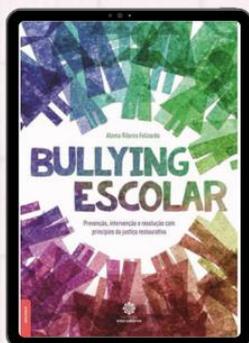
Filme: Um grito de socorro, lançado em 2013, apresenta a história de um garoto que faz parte de um time de futebol e sofre com vários tipos de violências por parte dos seus colegas.



BULLYING CONHECER E INTERVIR

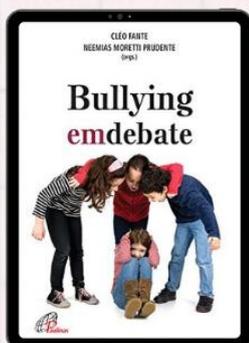
Autor: Altemir Gonçalves Barbosa et. All. 2003. Este livro traz o conceito de bullying e as formas de como essa prática acontece na escola. Leitura enriquecedora para os que desejam se aprofundar neste tema.





BULLYING ESCOLAR

Autor: Aloma Ribeiro Felizardo. O livro aborda o que caracteriza o bullying nas escolas? Como prevenir que aconteça? Como reconhecer os agressores? O que fazer ao identificar um caso? A conscientização da comunidade escolar sobre esse assunto é o primeiro passo para revertermos as estatísticas atuais, que mostram índices elevados desse fenômeno nas instituições educacionais no Brasil.



BULLYING EM DEBATE

Autores: Cléo Fante e Neemias Moretti Prudente. Os autores buscam esclarecer, de forma didática, o que é realmente o bullying, apresentando seus tipos, personagens, causas, consequências e estratégias de prevenção. O livro aborda diversos temas, com enfoques diversificados, entre eles segurança pública, justiça, Ensino Infantil e cyberbullying, tornando-se uma fonte inesgotável de inspiração e um apoio na busca pela erradicação dessa prática tão nociva.



REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Fernando. Triângulo das Águas: Conto Pela Noite, p. 99 - 210. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem 12ª Edição - 2006 - HUCITEC. Texto online: file:///C:/Users/casa/Downloads/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf

CARDOSO, Helma de Melo. Gênero, sexualidade e escola: contribuições da teorização de Foucault. Revista Tempos e espaços em educação. v. 11, n. 01, Edição Especial, p. 319-332, dezembro, 2018.

CALISSI, Luciana. A escola como espaço de formação/ transformação estratégias metodológicas para a educação em/para os direitos humanos. Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos. João Pessoa Editora da UFPB, 2014.

Convenção de Genebra, 1864 texto online: <http://dhnnet.org.br/educar/redeedh/anthist/gen1864.htm>.

Declaração Universal dos Direitos Humanos - texto online: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Declaração de princípios sobre a tolerância, texto online: <https://www.oas.org/dil/port/1995%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Princ%C3%ADpios%20sobre%20a%20Toler%C3%A2ncia%20da%20UNESCO.pdf>

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIORDANI, Anncy Tojeiro. Normas editoriais, orientação aos autores: cartilhas./ Anncy Tojeiro Giordani, Priscila A. Borges Ferreira Pires. Revisão de Diná Tereza de Brito. - Cornélio Procópio: Editora UENP, 2020. 16 f. il. color. ISBN: 978-65-87941-03-5.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (organizador) Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.



LOPES, Luiz Paulo da Moita. Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e família. Campinas SP: Mercado das Letras, 2003.

_____, RODRIGUES, Renata Lopes de Almeida. A arte de construir um menino ao contar histórias em família. Campinas SP: Mercado das Letras, 2003. P. 67 - 88.

_____, In TILIO, Rogério. O Jogo Discursivo na vida afetiva: A construção de masculinidade hegemônicas e subalternas. Campinas SP: Mercado das Letras, 2003. P. 89 - 111.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológico. In. CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: Desafios atuais. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. P. 399 - 412.

